UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ALINNE NAUANE ESPÍNDOLA BRAGA

ENTRE O MODO DE FAZER A POLÍTICA E A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA PARTIDÁRIA NO QUILOMBO DO CURIAÚ

FORTALEZA - CEARÁ

2023

ALINNE NAUANE ESPÍNDOLA BRAGA

ENTRE O MODO DE FAZER A POLÍTICA E A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA PARTIDÁRIA NO QUILOMBO DO CURIAÚ

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador Prof. Dr. José Raulino Pessoa Júnior

FORTALEZA – CEARÁ
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo SidUECE, mediante os dados fornecidos pelo(a)

Braga, Alinne Nauane Espindola.
Entre o modo de fazer a política e a representatividade política partidária no quilombo do Curiaú [recurso eletrônico] / Alinne Nauane Espindola Braga. - 2023.
160 f. : il.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Profissional Em Planejamento E Políticas Públicas - Profissional, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. José Raulino Pessoa Júnior.
1. Representatividade. 2. Política. 3. Quilombo. 4. Políticas Públicas. . I. Título.

ALINNE NAUANE ESPÍNDOLA BRAGA

ENTRE O MODO DE FAZER A POLÍTICA E A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA PARTIDÁRIA NO QUILOMBO DO CURIAÚ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrad Profissional em Planejamento e Política Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicadc da Universidade Estadual do Ceará, com requisito parcial para a obtenção do título d mestre em Planejamento e Políticas Públicas Área de concentração: Planejamento e Política Públicas.

Aprovada em: 27/02/2023

BANCA EXAMINADORA

José Raulino Chaves Pessoa Júnior

Prof. Dr. José Raulino Chaves Pessôa Júnior (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Marcos Paulo Cavalcanti De Mello
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA ANDREA LUZ DA SILVA
Data: 13/04/2023 21:46:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Maria Andrea Luz da Silva
Universidade Estadual do Ceará - UECE

RESUMO

O escopo da pesquisa foi analisar como ocorrem as práticas políticas no quilombo do Curiaú relacionadas a criação das associações comunitárias e os processos de segmentação política oriundas dessa prática. Os quilombos mais do que povos culturalmente diferenciados, apresentam também formas de territorialidade para além da propriedade privada da terra, pois constroem coletivamente a vida sob uma base geográfica, física e social, formadora de uma identidade negra. Essa identidade é um elemento decisivo para as comunidades quilombolas é ela que vai identificar uma comunidade afrodescendente a partir de sua autoafirmação. Neste escopo, necessária se faz os modos estabelecidos da relação de poder: representação e representatividade. Assim, buscou-se explorar a dinâmica que envolve representatividade, política, Estado e quilombo em uma porção do espaço agrário da Amazônia amapaense. A investigação realizou-se por meio de um desenho metodológico de orientação qualitativa, por se considerar que esse tipo de abordagem proporciona uma compreensão ampla e fundamentada do contexto estudado, nela se reconhecendo que os discursos não devem ser analisados como externos aos atores que os produziram, mas como parte dos mesmos. A coleta dos dados envolvendo os sujeitos que participam das atividades políticas no Curiaú foi a etapa final do levantamento e obtenção dos dados. A entrevista foi a técnica adotada para a coleta de dados empiricos visando entender através da fala dos entrevistados os elementos importantes e pertinentes a esta pesquisa. Detectou-se na comunidade do Curiaú, através desse estudo uma forte liderança familiar, cultural e política das mulheres do Curiaú. Elas buscam um maior nível de escolaridade que homens, participam na renda e reivindicam políticas públicas para a comunidade.

Palavras- Chave: Representatividade. Política. Quilombo. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The scope of the research was to analyze how political practices occur in the Quilombo do Curiaú related to the creation of community associations and the processes of political segmentation arising from this practice. Quilombos, more than culturally differentiated peoples, also present forms of territoriality that go beyond private land ownership, as they collectively build life on a geographic, physical and social basis, forming a black identity. This identity is a decisive element for quilombola communities, it is what will identify an Afro-descendant community based on its self-affirmation. In this scope, the established modes of power relations are necessary: representation and representativeness. Thus, we sought to explore the dynamics that involve representativeness, politics, State and quilombo in a portion of the agrarian space of the Amapá Amazon. The investigation was carried out through a qualitative methodological design, considering that this type of approach provides a broad and grounded understanding of the studied context, recognizing that the discourses should not be analyzed as external to the actors who produced them. , but as part of them. Data collection involving subjects who participate in political activities in Curiaú was the final stage of the survey and data collection. The interview was the technique adopted for the collection of empirical data in order to understand, through the speech of the interviewees, the important and pertinent elements of this research. Through this study, a strong family, cultural and political leadership of women from Curiaú was detected in the community of Curiaú. They seek a higher level of education than men, participate in income and demand public policies for the community

Keywords: Representativeness. Policy. Quilombo. Public policy

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 7

2 DELINEANDO O OBJETO DE PESQUISA: O LÓCUS DA PESQUISA.... 16

2.1 Escravidão na Amazônia: contextualizando o Quilombo do Curiaú..... 16

2.2 Definindo a categoria quilombo: um estudo sobre a Comunidade Quilombola Do Curiaú..... 27

3 ENTRE O MODO DE FAZER A POLÍTICA E A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA PARTIDÁRIA NO QUILOMBO DO CURIAÚ..... 30

3.1 Estado e Racismo..... 33

4 REPRESENTATIVIDADE NEGRA E POLÍTICA: O CASO DO QUILOMBO DO CURIAÚ..... 43

4.1 Representatividade nas democracias..... 43

4.2 Negra e política: um espaço de representações socioculturais..... 46

5 DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA: UMA RELAÇÃO DE MUITAS FACES, CONEXÕES E TENSÕES..... 49

5.1 Escopo da Análise..... 49

5.2 Categorias de Entrevistados..... 51

5.3 Resultados e Discussão..... 59

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 64

REFERÊNCIAS..... 66

ANEXO A - Estatuto da Associação dos Moradores do Curiaú..... 68

ANEXO B – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido..... 83

ANEXO C – Transcrição das entrevistas..... 89

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que o lócus da pesquisa já foi discutido em outros trabalhos acadêmicos, mas neste trabalho buscou-se uma abordagem diferenciada sobre o quilombo do Curiaú que ainda não foram referenciadas nos mapeamentos, atlas e cartografia dos povos tradicionais, pois buscou-se discutir o hiato existente entre a representação e representatividade política no contexto das pautas dos povos remanescentes. Nesta perspectiva as comunidades quilombolas concebem os quilombos contemporâneos, ou seja, elas se estabeleceram e lutaram durante décadas em condições adversas, mantendo sua maneira peculiar de sobrevivência.

Trata-se de um tema tão relevante para a academia que merece debate e constante atualização, para que essas comunidades quilombolas não continuem invisibilizadas também no meio acadêmico.

A escolha deste objeto de pesquisa se justifica pela necessidade de abordar a resistência da comunidade, os conflitos e a forma de organização política dos quilombolas do Curiaú, além de abordar a outro aspecto relevante a ser considerado neste estudo está diretamente relacionado à análise dos conflitos modernos na forma de organização política dos quilombolas. Ressaltamos ainda que a luta pela terra, os conflitos, a vulnerabilidade social e a invisibilidade dessas comunidades são amplamente discutidas nesta investigação. Deve-se ressaltar que a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), definiu:

> O termo “quilombo” tem assumido novos significados na literatura especializada e também para indivíduos, grupos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos no Brasil (ABA, 1994, p. 1).

A categoria analítica quilombo não se alude a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica, como apontado por alguns pesquisadores, ou seja, o quilombo contemporâneo não se caracteriza por grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea, como no imaginário popular que vincula a palavra estreitamente a Palmares, isso pode ser corroborado pelo fato do quilombo do Curiaú está situado a 8 km da cidade de Macapá.

De acordo com as informações do site da Coordenação Estadual de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Amapá – CONAQ/AP (http://quilombolasdoamapa.blogspot.com.br/), existem 138 comunidades quilombolas em todo Estado do Amapá, localizadas em todas as regiões e circunvizinhas de 08 municípios, atualmente existem mais de cinquenta Associações que congregam a CONAQ/AP, que tem

por finalidade lutar pela emancipação dos direitos dos quilombolas e garantir a preservação do direito à terra.

A CONAQ/ AP tem como objetivo trabalhar em defesa do direito dos quilombolas do Estado do Amapá, tendo como principal meta defender os territórios quilombolas do Amapá, o trabalho desenvolvido nessas 138 comunidades tem como missão fortalecer suas políticas.

O Curiaú recebeu oficialmente o título de Comunidade Quilombola, no dia 03 de novembro de 1999, conferido pela Fundação Palmares, tornando-se a primeira comunidade quilombola reconhecida no estado do Amapá (MORAIS, 2011).

A contribuição africana está presente na sociedade amapaense desde o período colonial, quando vários africanos vieram para o Amapá, misturando-se e adaptando-se aos padrões culturais existentes, construindo e mantendo uma cultura até hoje manifestada nas festas religiosas, na música, na culinária, na linguagem e outras práticas artísticas como, por exemplo, nas manifestações de: marabaixo, batuque, tambor, candomblé, capoeira, ladainhas, procissões, folias e tradições dos antepassados da comunidade negra que fazem parte da formação cultural do Amapá (MORAIS, 2011)

A presente pesquisa tem como tema de estudo analisar a relação entre as práticas políticas no quilombo do Curiaú relacionadas a criação das associações comunitárias e a representativa política partidária. Devemos atentar que a participação, contudo, precisa ultrapassar os limites do ato de votar, pois anterior a esse ato necessitamos pensar em direitos e obrigações enquanto participante da comunidade, do município, do Estado e do País. Dessa maneira:

> O conceito de comunidade quilombola, portanto, tem origem no campesinato negro, povos de matriz africana que conseguiram ocupar uma terra e obter autonomia política e econômica. Ao quilombo contemporâneo está associada uma interpretação mais ampla, mas que perpetua a ideia de resistência do território étnico capaz de se organizar e reproduzir no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo, sua forma particular de viver (ANJOS, 2006, p. 53).

Na citação supracitada podemos identificar que o quilombo contemporâneo possui uma interpretação mais abrangente e, ao mesmo tempo, mantém a luta e a resistência do território étnico, sendo capaz de ao longo dos anos reproduzirem no espaço geográfico.

A Constituição Federal de 1988 passou a reconhecer as comunidades quilombolas, conforme expresso no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), como grupos étnicos com direito a políticas sociais.

> No decorrer dos anos, a disputa jurídica em torno do artigo 68 tem se intensificado e inúmeros têm sido os conflitos, embates e debates dos remanescentes quilombolas com o capital. Um dos grandes enfrentamentos das comunidades quilombolas diz

> respeito à titulação das terras. Inúmeros são os conflitos e embates entre empresários ligados ao agronegócio, ao turismo e os quilombolas. O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil incide diretamente nos territórios quilombolas e gera diversos conflitos socioambientais (MATOS; EUGENIO, 2020, p. 26).

A Constituição Brasileira de 1988 reconhece o direito de posse da terra dessas populações negras, oriundas dos quilombos, este processo de reconhecimento teve início no ano de 1995. A maioria dessas comunidades é formada por dezenas de famílias, e algumas reúnem milhares de habitantes, principalmente nos estados do Maranhão e da Bahia. Geralmente essas comunidades estão localizadas em locais isolados, como são remanescentes de quilombos essas comunidades tem um modo de vida em que predominam a posse coletiva da terra, a agricultura de subsistência e a criação de animais.

O nosso objeto de estudo teve como um marco normativo importante a Constituição cidadã de 1988 uma vez que se garantiu o reconhecimento ao direito de posse de terras as populações negras, bem como a participação política a implementação do sistema representativo, uma vez que discutiremos a questão as categorias quilombo e representação/representatividade se faz necessário delimitarmos esse marco legal.

Visto que essa participação é garantida constitucionalmente após a nossa Constituição de 1988 que prevê em seus fundamentos a soberania, a cidadania e o pluralismo político, entre outros, garantindo o funcionamento do sistema representativo implantado no Brasil e que já há algum tempo suscita maiores questionamentos sobre sua existência. Em seu Título II há um capítulo destinado aos direitos políticos e prevê o sufrágio universal direto e secreto para o exercício da soberania popular. Dessa maneira, coaduna-se esse pensamento com a citação supracitada:

> verifica-se que os direitos fundamentais podem ser considerados simultaneamente pressuposto, garantia e instrumento do princípio democrático da autodeterminação do povo por intermédio de cada indivíduo, mediante o reconhecimento do direito de igualdade (perante a lei e de oportunidades), de um espaço de liberdade real, bem como por meio de outorga do direito à participação (com liberdade e igualdade), na conformação da comunidade e do processo político, de tal sorte que a positivação e a garantia do efetivo exercício de direitos políticos (no sentido de direitos de participação e conformação do status político) podem ser considerados o fundamento funcional da ordem democrático e, neste sentido, parâmetro de sua legitimidade. (SARLET, 2006, p. 72)

Nessa linha de raciocínio um governo representativo é aquele em que os representantes são eleitos pelos governados, ou seja, não é por meio de nenhum atributo divino, e sim, através do voto que se dá a legitimação para a chegada ao poder. Nesse modelo de governo, os representantes, apesar de eleitos pelo povo, conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores. Portanto, os representantes ao chegarem ao poder

não necessitam ficar vinculados à vontade dos governados, uma vez que os mandatos não são imperativos.

Dentro dessa perspectiva de debate entre poder e representatividade vale destacar o conceito de poder para versar com a análise, pois:

> supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma 'apropriação', mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, que admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é 'privilégio' adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito conjunto de suas posições estratégicas - efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados" (FOUCAULT,2008, p. 29).

Nesta análise Foucaultiana, podemos ratificar também que "uma sociedade sem relações de poder somente pode ser uma abstração" (Foucault, 2008, p. 222), isto implica que qualquer agrupamento humano vai estar sempre permeado por relações de poder, isso implica dizer que o Estado não detém a prerrogativa de ser o centro constituidor das relações de poder.

> Em si mesmo o poder não é violência nem consentimento o que, implicitamente, é renovável. Ele é uma estrutura de ações; ele induz, incita, seduz, facilita ou dificulta; ao extremo, ele constrange ou, entretanto, é sempre um modo de agir ou ser capaz de ações. Um conjunto de ações sobre outras ações (FOUCAULT, 2008, p. 220).

Assim, a representação, é complexa e transita em dois polos que vão do simples ao complexo. Em linhas gerais, o poder não é desempenhado diretamente pelo povo, contudo por meio dos representantes, que são eleitos por via da eleição. Logo, o consentimento, de representante para representados, é essencial. Dessa maneira, o trabalho surge com os seguintes questionamentos:

De que forma ocorrem as práticas políticas no quilombo do Curiaú relacionadas a criação das associações comunitárias e os processos de segmentação política oriundas dessa prática? Qual a relação entre as práticas políticas no quilombo do Curiaú relacionadas a criação das associações comunitárias e a representativa política partidária?

E como escopo geral a dissertação foi orientada em analisar como ocorrem as práticas políticas no quilombo do Curiaú relacionadas a criação das associações comunitárias e os processos de segmentação política oriundas dessa prática. Dentro desse delineamento foram definidos os seguintes objetivos específicos: explorar a relação entre Estado, nação e racismo; descrever o problema do racismo e da representatividade política no Brasil; analisar

as práticas políticas no Quilombo do Curiaú e os processos de segmentação política e representatividade política; compreender as noções de atividade política, representatividade e racismo dos moradores do quilombo do Curiaú;

A pesquisa em tela, quanto aos objetivos, pode ser classificada como exploratória. Assim, buscou-se explorar a dinâmica que envolve representatividade, política, Estado e Quilombo em uma porção do espaço agrário da Amazônia amapaense.

Primeiramente foi realizado, como marco norteador, o levantamento bibliográfico, objetivando instrumentalizar a interpretação do tema proposto, por meio de um processo de enquadramento teórico relacionado ao conceito de quilombo, Estado, nação, racismo, representatividade e representação política.

Em relação à legislação e as políticas públicas que envolvem a questão quilombola no Brasil, partimos da concepção de que o marco inicial dos direitos das comunidades quilombolas se deu com a inserção do Artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, referente ao reconhecimento da propriedade definitiva e emissão dos respectivos títulos. No tocante às políticas públicas para atender as demandas quilombolas no Brasil, há o Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, e o Decreto n.º 6.261, de 20 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola

A investigação realizou-se por meio de um desenho metodológico de orientação qualitativa, por se considerar que esse tipo de abordagem proporciona uma compreensão ampla e fundamentada do contexto estudado, nela se reconhecendo que os discursos não devem ser analisados como externos aos atores que os produziram, mas como parte dos mesmos. Sob esse prisma, os investigadores qualitativos procuram descrever o objeto em estudo em suas dimensões autênticas, não se restringindo ao campo da observação, visto que o contexto no qual os participantes na investigação estão inseridos é complexo, o que implica que os fatos não possam ser analisados de forma isolada (Bordan & Biklen, 1999).

O investigador qualitativo vê-se assim na contingência natural de ter que interagir com os participantes na pesquisa, proporcionando um ambiente de confiança, a fim de compreender seus comportamentos e suas experiências, o que implica que a sua permanência no campo de pesquisa não possa ser instantânea. Essa é, precisamente, a mensagem que Bordam e Biklen (1999) pretendem passar:

> Os estudos qualitativos não são ensaios impressionísticos elaborados após uma visita rápida a determinado local ou após algumas conversas com uns quantos sujeitos. O investigador passa uma quantidade de tempo considerável no mundo empírico recolhendo laboriosamente e revendo grandes quantidades de dados. (BORDAN; BIKLEN, 1999, p.6)

A seleção de documentos prescritivos oficiais, possibilitou a apropriação dos objetos de estudo, é importante destacar que a seleção dos documentos exigiu rigor científico. Dessa forma, alguns documentos foram selecionados a priori para entender e fundamentar a ação política dos moradores do Curiaú e representatividade desse grupo na esfera pública possibilitando dialogar com as categorias Estado e racismo. Assim, se buscou ata de reuniões dos moradores, criação das associações de moradores, projetos e políticas públicas implementadas no quilombo.

Durante o momento de das entrevistas buscamos respeitar o tempo do entrevistado, seu cotidiano, seus afazeres e, acima de tudo, sua trajetória de vida, foi possível aprender a esperar, retornar outras vezes e conviver um pouco mais no quilombo do Curiaú. Vivenciar esses momentos, seja na produção da farinha na casa da família Ramos as quintas feiras, no jogo de futebol de futebol das mulheres nas segundas feiras. Captar cada imagem e gravar os áudios sem invadir a privacidade dos(as) entrevistados(as), descobrir que as memórias do passado, a organização política, as discussões, as tensões e conflitos.

Na primeira fase da pesquisa de campo, iniciamos o primeiro contato com a Comunidade Quilombola do Curiaú em, em 13 dezembro de 2022. A escolha por essa comunidade não foi algo aleatório, pois a sua proximidade com a capital da cidade de Macapá facilitou o acesso e permitiu uma economia na pesquisa, o que garantiu a viabilidade da investigação.

Decorreram alguns momentos de expectativas, pois ali se estabelecia nosso primeiro contato com os representantes da Comunidade Quilombola Curiaú. O principal desafio foi adquirir a confiança da comunidade, pois passaríamos um período de pelo menos 6 meses de experiências de convivência com os moradores dessa comunidade.

Posteriormente, apresentamos o projeto da pesquisa do mestrado para Antônia Ramos e as demais lideranças da comunidade e representantes das associações de moradores e da associação de mulheres. Percebemos um clima de acolhimento entre os integrantes das Famílias Ramos e Silva, apenas um dos membros questionou: “para que serviria a pesquisa? E se não era coisa do governo, pois os mesmos estavam cansados de promessas”. Diante dos questionamentos do quilombola, surgiu a preocupação do papel das pesquisas acadêmicas realizadas nas comunidades quilombolas e o possível retorno que isso produzirá no cotidiano

dessas pessoas. Posto isso, realizamos os esclarecimentos referentes ao objetivo do estudo e respondemos algumas dúvidas sobre porque deveríamos investigar, entrevistar os moradores da comunidade.

Posteriormente, finalizamos esses contatos com as lideranças da comunidade quilombola do Curiaú reorganizamos o cronograma de atividades do projeto elaborado ainda em 2020 e traçamos um novo plano de metas na execução da pesquisa de campo, no qual definimos: a) Entrevistar os (as) idosos (as) e lideranças das comunidades; b) Conhecer organização política dos moradores; c) Mapear as atividades da associação de mulheres; d) Captar imagens, vídeos e áudios das atividades políticas, reuniões, assembleias; e) Vivenciar e participar das experiências, produção das multiterritorialidades e deslocamentos dos membros das comunidades quilombolas.

A coleta dos dados envolvendo os sujeitos que participam das atividades políticas no Curiaú foi a etapa final do levantamento e obtenção dos dados. A entrevista foi a técnica adotada para a coleta de dados empiricos visando entender através da fala dos entrevistados os elementos importantes e pertinentes a esta pesquisa. Observa-se na proposta de método hermenêutico-dialético de Minayo (1994, p.77) que “a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida. Essa compreensão tem, como ponto de chegada, o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala”. A entrevista se caracteriza por uma situação de interação entre pesquisador e sujeito, nessa relação observa-se a percepção do outro e de si mesmo, como afirma Minayo (1994, p.57):

> A entrevista se caracteriza por uma situação de interação entre o pesquisador e sujeito, onde observa-se a percepção do outro e de si mesmo. A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. (MINAYO, 1994,p.57)

Os sujeitos participantes da entrevista foram selecionados considerando o vínculo de particiapação política na comunidade, além de terem participado diretamente da coordenação, dos processos de planejamento da criação de associações na comunidade.

Para coletar os dados junto aos moradores da comunidade do Curiaú foram realizadas entrevistas semiestruturadas concebida por Laville e Dione (2000), como uma série de perguntas feitas verbalmente, em uma ordem prevista, mas na qual o se fez necessário acrescentar perguntas de esclarecimento às questões fundamentais. As perguntas que

organizaram a entrevista resultaram do embasamento teórico, suposições e informações prévias sobre o fenômeno investigado.

Para analisar as entrevista, foi utilizada a análise de conteúdo, que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, o conteúdo pode ser uma análise dos “significados”, exemplo: a análise temática, ou também uma análise dos “significantes”, análise léxica, análise dos procedimentos. (BARDIN, 1997).

Como destaca Franco (2005, p. 14) tal técnica está sustentada em “pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem”. Essa análise pode colaborar para ampliar os conhecimentos em torno dos fenômenos da vida real, para tanto, os investigadores precisa ter alguns cuidados no tratamento dos dados, como: eliminar toda a forma de subjetividade e ser exaustivo, sistemático e rigoroso. Estes cuidados nos ajudaram a ultrapassar as mensagens aparentes em torno do objeto em estudo.

Dessa maneira, a estrutura das seções seguirá uma lógica determinada. Em primeiro lugar, o trabalho está divido em quatro partes, duas teóricas e duas empíricas além desta introdução e das considerações finais. A segunda fez-se uma contextualização do objeto da pesquisa, definindo a categoria quilombo, bem como, delineando as particularidades do quilombo do Curiaú.

Na terceira seção discutiu-se o modo de fazer política e a representatividade política partidária no quilombo do Curiaú, assim estendeu-se o diálogo teórico para a relação do Estado e do racismo no Brasil, tentando compreender a teia de significados existente nessa relação.

Os dados coletados na quarta seção serviram para a definição de representatividade e mais especificamente sobre a representatividade política partidária negra no quilombo do Curiaú.

Enquanto a quarta seção enquadrou o teste da hipótese levantada na presente pesquisa e ofereceu um suporte para a observação de que ocorre um déficit ou mesmo um hiato na relação entre representantes e representados da comunidade quilombola do Curiaú, na qual aqueles não atuam em seus mandatos para uma ação responsiva dos anseios deste grupo específico, observou-se a possibilidade de haver uma crise na representação, o que formaria um cenário de desconexão entre as partes dessa relação, expondo uma ação governamental descolada dos anseios da comunidade quilombola do Curiaú.

Na seção cinco fez-se o delineamento metodológico da pesquisa, apresentando as relações de participações em assembleias, organização política, as tensões e muitas faces da representatividade política no quilombo do Curiaú.

2 DELINEANDO O OBJETO DE PESQUISA: O LÓCUS DA PESQUISA

Quilombo é uma comunidade formada por escravos negros que conseguiram fugir das fazendas e estabelecer seus próprios territórios, geralmente na época colonial ou no período escravista no Brasil. Essas comunidades eram compostas por pessoas que haviam escapado e buscavam viver em liberdade e autodeterminação.

2.1 Escravidão na Amazônia: contextualizando o Quilombo do Curiaú

A Amazônia também experimentou a escravidão, no entanto, atingiram proporções menores que as conhecidas em outros Estados do Brasil, como bem, se observa:

> A escravidão negra na Amazônia pode não ter se apresentado com a mesma força que tivera em outras regiões do Brasil. Os trabalhos de Vicente Salles e Anaíza Vergolino e Figueiredo fizeram um levantamento de dados, no que tange a presença do negro na Amazônia colonial, do século XVIII e XIX, relativizando o mito do "vazio africano". O que não se pode esquecer é o significado histórico e nem ocultar a experiência escravista negra, na análise historiográfica. Até porque, várias e comuns foram as estratégias elaboradas para "bater nos quilombos, que se espalhavam cada vez mais, inclusive para além dos domínios portugueses (COELHO; GOMES; QUEIROZ, 2005, p. 108)

A invisibilidade da escravidão negra na Amazônia que os registros oficiais históricos impuseram, é resultado do medo que os fazendeiros nutriam pela resistência negra. Destarte, essa maneira de viver foi passada de geração em geração, de modo que os atuais integrantes das comunidades quilombolas revivificam as culturas originais e a religiosidade de seus antepassados nas terras que hoje ocupam. São, pois, esses agrupamentos sociais que o artigo 68 do ADCT da Constituição Federal chama de comunidade remanescente de quilombo.

Neste sentido, se faz necessário focalizar mais especificamente no objeto de estudo da pesquisa, assim demarcar a história do negro no Amapá, está intimamente ligada com o tráfico de escravos da África para o Brasil no período colonial, segundo alguns autores a mão de obra negra, igualmente, no Amapá como na Amazônia como um todo ocorreu seu início, em meados do século XVIII, com os trabalhos na agricultura e nas fortificações militares como mecanismo de defesa territorial.

Podemos perceber que a contribuição africana está presente na sociedade amapaense desde o período colonial, quando vários africanos vieram para o Amapá, misturando-se e adaptando-se aos padrões culturais existentes, construindo e mantendo uma

cultura até hoje manifestada nas festas religiosas, na música, na culinária, na linguagem e outras práticas artísticas como, por exemplo, nas manifestações de: marabaixo, batuque, tambor, candomblé, capoeira, ladainhas, procissões, folias e tradições dos antepassados da comunidade negra que fazem parte da formação cultural do Amapá. (MORAIS,2009)

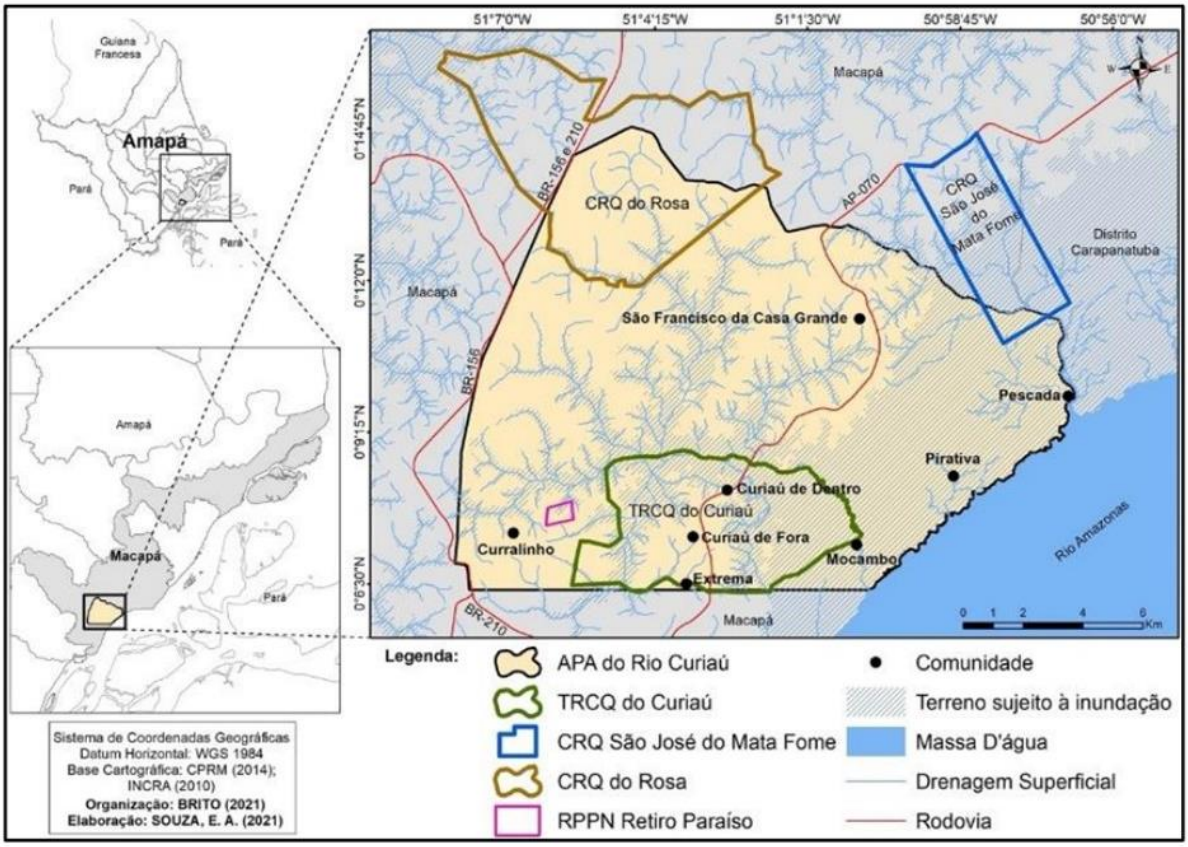
Possivelmente, o negro deve ter adentrado o espaço amapaense para ser utilizado nas lavouras de arroz e nos serviços de fortificações, tais como pedreiras, olarias, serrarias, entre outros trabalhos pesados.

Segundo estimativas de Vicente Salles, havia em Macapá, no ano de 1788, cerca de setecentos e cinquenta escravos africanos. As fugas para a Guiana Francesa e dos escravos desta para Grão- Pará eram tão constantes naquele período que as autoridades de ambos os lados frequentemente negociavam a troca de fugitivos. Essa situação perdurou até 1848, quando um decreto do governo francês aboliu definitivamente a escravidão nas colônias (GOMES, 1999, p. 321).

Entende-se que a formação de quilombos na região amazônica, foi relegada ao esquecimento, por motivos das seguintes categorias: etnicidade e a territorialidade que se convertem em discriminação, e pelo medo da resistência negra que os senhores sentiam, por verem a possibilidade de ameaçar e alterar as relações sociais consolidadas na dominação.

Essa análise se coaduna com a comunidade quilombola, localizada na cidade de Macapá (Estado do Amapá) e sua população é formada predominantemente por negros descendentes de escravos. Na parte estrutural, a vila do Curiaú é composta por habitações de madeira e alvenaria, no entanto, essa última, aproximadamente 5 anos foram introduzidas esse tipo de habitação na comunidade, pois até então todas as casas eram de madeira. Possui também na comunidade uma (1) escola de ensino fundamental, um posto de saúde, um posto policial, uma creche e dois centros comunitários. A comunidade foi transformada em Área de Remanescente de Quilombo em 03 de dezembro de 1999, com uma área de 3268,94 hectares e Área de Proteção Ambiental (APA), pelo Decreto Estadual n° 1417/92, com uma área geográfica de 23.000 hectares. Residem atualmente na área cerca de 1.500 pessoas divididas em quatro comunidades - Curiaú de Dentro, Curiaú de Fora, Casa Grande e Curralinho, o presente estudo se limitou a analisar as vilas de Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora. Como se observa na figura 1

Figura 1 – Localização do Quilombo do Curiaú



Fonte: Soares (2017)[1]

O Quilombo do Curiaú é uma comunidade quilombola localizada na região de Curiaú, no estado do Amapá, Brasil. É uma das poucas comunidades quilombolas que sobreviveram até os dias de hoje e é considerada uma das mais antigas do país, com uma história que remonta ao século XVII

Os habitantes do Quilombo do Curiaú são descendentes de escravos negros que fugiram das fazendas e estabeleceram sua própria comunidade. A comunidade é conhecida por sua cultura rica e diversa, incluindo tradições musicais, culinárias e religiosas, e por sua luta pela preservação de sua história e identidade cultural.

No entanto, o Quilombo do Curiaú enfrenta muitos desafios, incluindo a falta de recursos e acesso à terra, a pressão de atividades econômicas externas e a falta de reconhecimento e proteção por parte das autoridades. Essa afirmação pode ser entendida na entrevista da presidente da associação de moradores do Curiaú, conforme segue abaixo:

[1] SOARES, Liliane Rodrigues. Identidades Quilombolas e territórios em disputa no cerrado do Amapá. Geografia das Redes de Mobilização Social na América Latina. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 2 – Comunidades tradicionais na luta por territórios ISSN: 1980-4555. Curitiba 1 a 5 de novembro de 2017. UFG/UNIFAP. lilianesoares@unifap.br Disponível em:https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt02_1506924650_arquivo_liliane_soares_trabalho_singa2017.pdf. Acesso: 11 jun.2021

> Então ele tem o título de quilombo, o quilombo vem ser uma instituição coletiva, onde a gente pode fazer, quanto quilombola descendente e remanescente, pode ter um pedaço, o que diz o regimento, de acordo com a metragem, porque o fato de ele ter o título, ele tem de mitos, tem metragem. Mas ele não é dono da terra, ele é dono da edificação que ele constrói, que a terra é coletiva. (CELESTINA RAMOS, TRABALHO DE CAMPO, 2022)

Em 2005, o Quilombo do Curiaú foi reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, o que ajudou a proteger e preservar sua cultura e história. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir a sobrevivência e o desenvolvimento da comunidade quilombola

E inconteste que as comunidades remanescentes de áreas quilombolas surgem na contemporaneidade dando uma maior notoriedade aos movimentos sociais rurais, e suscita uma nova discussão o número de quilombos existentes no Brasil se dá em nível expressivo que remontam dos tempos da escravidão brasileira. E este fato vem fortalecer a luta dos novos[3] movimentos sociais, em especial os Negros que surgem no cenário das lutas sociais desde a década de oitenta.

Seguindo este pensamento, este movimento se configura na conjuntura do referencial coletivo e/ao longo, não-hierarquizado, que regula suas ações com embasamento em valores tradicionais, solidários, comunitários. As teorias procuram de certa forma dar conta de uma mudança no plano da realidade social, da linha dos processos econômicos para um quadro mais cultural. Nesse sentido, parece apropriado para o estudo de minorias étnico-raciais, culturais.

Assim, se percebe o movimento social como agente de pressão social, que mobiliza o Estado para uma reação, uma resposta. A partir do momento em que é incitada, a atuação do Estado passa também a reverberar sobre o movimento. Acredita-se que este foi foco muito presente especialmente na última e na atual gestão governamental em âmbito federal, para as políticas públicas que atendam as novas demandas étnico-raciais que não foram contempladas na história brasileira.

> A invisibilidade dos grupos rurais negros no Brasil é a expressão máxima da ordem jurídica hegemônica e também expõe uma forma de violência simbólica. Sua característica principal é a criminalização daqueles que lutam para permanecer em suas terras. Como bem demonstrou Foucault (1999), a violência não é uma invariante ou um objeto natural, mas uma espécie de significante sempre aberto para receber significados. Daí por que, para falar em violências é preciso, antes de tudo, contextualizar, produzir referências, descrever percursos e experiências que foram guardadas na memória dos grupos, expor fatos que não se encontram nos documentos escritos, no mundo dos papéis, em cartórios ou biblioteca (LEITE, 2010, p. 18).

O processo de invisibilidade das comunidades quilombolas se apresenta na forma de violência simbólica na disputa pela terra, em que estão envolvidos grandes latifundiários e pequenas comunidades quilombolas.

Pode-se corroborar a assertiva acima, citando a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Essa Comissão reúne uma série de grupos sociais, dentre eles as comunidades quilombolas, povos indígenas, quebradeiras de coco-de-babaçu, faxinalenses, ciganos, parteiras entre outros. A princípio, cada um desses segmentos tem seu auto identificação, a partir de referenciais coletivos e, na maioria das vezes, localizados. A união desses grupos sob a categoria de comunidade tradicional tem levado a sua autodenominação sob esse mesmo signo.

Compreende-se que a execução de políticas públicas pressupõe a uma classificação de grupos sociais abandonados de políticas públicas. Dessa forma, à medida que o Estado procura abranger segmentos sociais excluídos de seus serviços estabelece que tais grupos condescendam com uma expectativa do Estado sobre o que são eles. Essas categorias têm o poder de interferir na realidade e, enquanto são manejadas pelo Estado, pode-se inferir que o Estado passa a interferir sobre a realidade dessas comunidades.

Podemos deduzir, também, que se trata da “ambientalização” dos conflitos sociais. Conceitualmente, trata-se de um neologismo, utilizado nas ciências sociais, para fazer referência a novos fenômenos ou percepções de fenômenos que são vistos em uma perspectiva de processo (LOPES, 2006).

Os moradores do Curiaú, vinculados à associação de moradores e associação de mulheres, incorporaram a temática socioambiental em suas pautas como estratégia para exigir do Estado políticas públicas. Dentre as demandas, estão: a regularização fundiária, a defesa dos modos de vida da população local e o combate a incorporação de tudo que não esteja ligado a cultura local e que possa representar uma ameaça à reprodução material e simbólica da comunidade.

Nota-se outro ponto tem-se provocado que é a própria composição do Estado. Ocupa lugar de destaque neste processo de diálogo com o governo federal é a presença de diversos atores engajados em movimentos sociais que atuam como mecanismo de pressão junto ao Estado. Acredita-se que essa característica na composição de órgãos como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir e o Ministério do Desenvolvimento Agrário/Incra, reforçada por uma diretiva política superior no sentido de envolver os movimentos, foi um dos fatores que proporcionou uma relação dialógica com o movimento social desde o início.

Outro fator determinante para a atuação e fortalecimento de movimentos sociais negros foi a nossa Constituição Federal de 1988, em seu art. 68 (ADCT) dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, amparar e reconhecer legalmente as comunidades quilombolas como se segue. *"Aos remanescentes de comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos"*. No entanto, antes mesmo deste preceito constitucional ser aprovado, já havia grupos quilombolas lutando juridicamente com outros grupos sociais (fazendeiros, grupos privados) a fim de garantir manutenção de suas terras já ocupadas por comunidades quilombolas.

A constituição Brasileira de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, consagra aos remanescentes das comunidades de quilombos o direito à propriedade de suas terras. A inclusão deste preceito constitucional foi motivada pela premência de reparar uma injustiça histórica cometida pela sociedade escravista brasileira contra o povo negro. Uma reparação que se concretiza através do reconhecimento dos direitos das comunidades de descendentes dos antigos escravos possibilitando-lhes, finalmente, o acesso à propriedade e suas terras. No entanto, está se torna a principal dificuldade para os remanescentes de quilombos, pois:

> Na luta jurídica pela terra, os instrumentos de que dispõe as comunidades são aqueles próprios de seu mundo particular, ou seja, o direito costumeiro baseado na prática social e na oralidade, confrontando-se com a sociedade da escrita que exige mais papéis, documentos escritos como evidencia de posse ou de propriedade, de um tema, e, que as comunidades negras não têm (MOURA, 2001, p. 348)

Nesta perspectiva, na sociedade atual a escrita, ou seja, o documento escrito tomou um espaço de centralidade e poder, afetando principalmente as comunidades quilombolas que se valem da sua história oral para garantirem a posse de suas terras, no entanto, este mecanismo torna-se ineficaz para combater a força do capital aplicado pelos grandes proprietários de terras no Brasil.

O ineditismo da matéria tem suscitado também interpretações divergentes quanto ao significado e alcance do direito consagrado aos remanescentes de quilombos pela Constituição e as formas para a sua aplicação. Tais divergências têm dificultado o processo de definição de normas administrativas e legislativas, uma vez que vários condicionantes políticos e sociais convergem para a perda de terras por muitas comunidades quilombolas.

Acrescenta-se, ainda, neste processo que mesmo após a concepção de comunidade, em que os quilombolas, vendo-se alijados, foram gradativamente sendo

removidos de suas terras de origem, para se constituírem em outros locais, em implicação do crescimento urbano, especulação imobiliária, pressão dos setores economicamente mais fortes, ou seja, a força do capital atuando contrariamente aos interesses das comunidades quilombolas

Neste sentido amplo que devesse entender o termo "que estejam ocupando suas terras" do art. 68 do ADCT, o qual indica a proteção dominial plena, vale dizer: propriedade e posse. Isto não representa dizer que as terras ocupadas, necessariamente, tenham servido como local de resistência à escravidão. Eis mais uma razão por que comunidades que se formaram após a abolição merecem o amparo do art. 68 do ADCT.

De acordo com o Art. 2º, do mesmo decreto, os remanescentes das comunidades dos quilombos são os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais especificas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, económica e cultural. Para a medição e demarcação das terras, devem ser levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

Os quilombos mais do que povos culturalmente diferenciados, apresentam também formas de territorialidade para além da propriedade privada da terra, pois constroem coletivamente a vida sob uma base geográfica, física e social, formadora de uma identidade negra. Essa identidade é um elemento decisivo para as comunidades quilombolas é ela que vai identificar uma comunidade afrodescendente a partir de sua autoafirmação

Vale ressaltar que mesmo anterior ao reconhecimento do Curiaú como quilombo pela Fundação Palmares como remanescente de quilombo, a comunidade logo ficou sendo reconhecida como população tradicional. Sabe se da existência de uma inesgotável conceituação teórica sobre o conceito de população tradicional, o que versa afirmar que não há uma uniformidade em torno do conceito de comunidades tradicionais, neste sentido:

> (...) O Banco Mundial define como tradicionais os grupos sociais cuja identidade social e cultural é distinta da sociedade dominante que os toma vulneráveis por serem desfavorecidos pelos processos de desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 1990). A Organização Internacional do Trabalho, cujas convenções tratam de povos tradicionais e tribais, põe mais ênfase na noção de residência prévia na área, antes da

> conquista, colonização ou estabelecimento das fronteiras atuais dos países (230/231). (COLCHESTER, 2000, p.225-256).

Ainda nesta linha de pensamento sobre as populações tradicionais, pode-se elencar alguns pressupostos que determinam a definição deste grupo social:

a) Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;

b) Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento e transferido de geração em geração por via oral;

c) Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz económica e socialmente;

d) Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;

e) Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação o mercado;

f) Reduzida acumulação de capital;

g) Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal as relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;

h) Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, a pesca e atividades extrativistas;

i) A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;

j) Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;

k) Auto identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

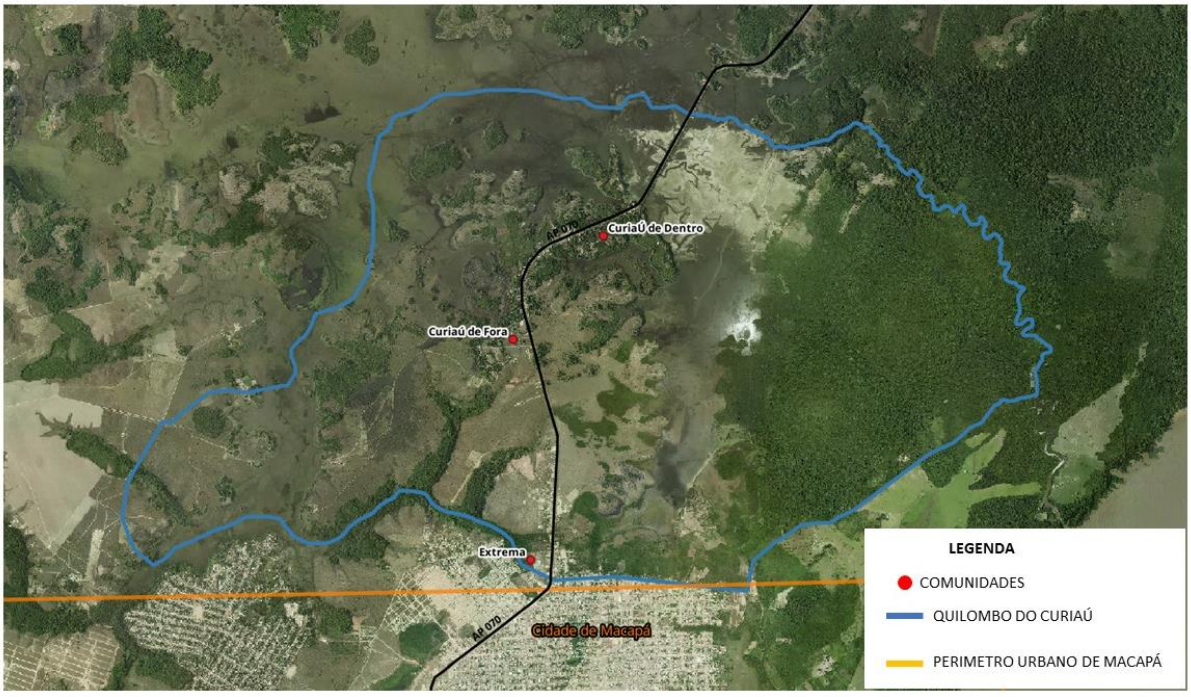
> Um dos critérios mais importantes para definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da identidade (DIEGUES, 1994, p.89).

Tornou-se, portanto, mais evidente que as populações "tradicionais", seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quilombolas, mas principalmente as sociedades indígenas, desenvolveram através da observação e experimentação um extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais e, até hoje, as únicas práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais (DESCOLA, 1990).

Destarte, processa-se que a denominação de comunidade tradicional, mesmo que abranja critérios de ordem cultural é, mormente, atrelada a potencialidade ambiental da comunidade, isto é, as tradições e técnicas que abrangem o manejo dos recursos naturais na comunidade do Curiaú são amplas.

No Estado do Amapá a comunidade do Curiaú é respeitada como possuidora de um histórico e ecológico, constituído por várias famílias ligadas entre si, por laços de sangue e afinidade. Trata-se, na verdade, de um núcleo composto por cinco pequenas vilas: Curiaú de Dentro, Curiaú de Fora, Casa Grande, Curralinho e Mocambo, que procuram manter-se fieis às tradições, nomeadamente quanto as festas, danças, crenças religiosas e culinárias. (MORAIS &MORAIS, 2005). Como pode-se visualizar na figura abaixo:

Figura 2 - Quilombo do Curiaú



Fonte: Elaborado pela autora com informações da SEMA/AP

Dessa maneira, ao se pensar historicamente o papel do negro, os quilombos não representam simples esconderijo de negros fugidos e ignorantes. Na verdade, "o que vai definir este ou aquele local enquanto quilombo é a existência, neles, do elemento vivo,

dinâmico, ameaçador da ordem escravista (...)" (GUIMARÃES, 1988, p.39). Esse quadro histórico distancia-se da percepção ingênua (não menos determinada ideologicamente) que atribui aos quilombos/quilombolas uma atitude covarde e politicamente fragmentada ou mesmo inexistente. A atual luta pela legalização de terras e a autoafirmação das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos, vinculam-se a um histórico de lutas por direitos e conquistas étnico-raciais. Assim,

> Organizados e se organizando para garantir seu direito imemorial à propriedade das terras que ocupam e reivindicam, lutando contra a especulação imobiliária e a pressão de fazendeiros ou contra a remanejamento de suas comunidades em função de grandes empreendimentos [...], as comunidades negras do campo se reassumem como remanescente de quilombos e exigem o respeito que lhes é devido. (ANDRADE, 2000, p.3)

Aprofundando mais essa contradição entre o modo de produção capitalista e os tradicionais modos de produção da vida material típicos da realidade sociocultural quilombola, pode-se concluir que se trata mais uma vez, da veiculação de uma concepção etnocêntrica. Esta concepção propugna a ideia de que existe uma verdade única e universal, entendida como centro", a partir da qual "se institui as atribuições do certo e do errado" (BONETI, 2006, p.21) Este entendimento é fruto "da dominação do rural pelo urbano, a partir da emergência do capitalismo enquanto sistema económico que privilegia a industrialização, no qual uma "ideologia urbano industrial () cria a figura do outro aquele que impediria o avanço do industrialismo e como tal representaria o atraso (WHITAKER, 2002, p. 37). Este outro é representado por

> Todas as comunidades (camponeses, índios, silvícolas, etc.) exploradas pelo sistema econômico, com suas perversas articulações. Essas populações enfrentam um dilema que se traduz socialmente num duplo preconceito. Se resistem e o avanço do sistema, buscando resguardar dessa forma seu equilíbrio em relação a mãe natureza e suas formas próprias de manejo do ecossistema: são acusados de primitivos, selvagens, retrógrados etc. Quando por outro lado, cedem à pressão do mercado, aderem aos desejos e ao imaginário social do consumo, passando a vender seus produtos, são culpabilizados pela degradação do ecossistema, o qual na maior parte das vezes já fora impactado por aquelas mesmas forças económicas, as quais acabarão por destruir qualquer resistência à integração. Em suma se lutam para se integrar estão degradando o meio ambiente e se resistem estão impedindo o progresso (WHITAKER, 2002, p. 37).

O conhecimento profundo que as populações tradicionais têm das ocorrências da natureza imprime um modo de vida criativo que deveria servir de referencial na busca de uma sociedade sustentável.

Notou-se durante as visitas na comunidade quilombola que a categoria território é muito importante, pois está se converte em poder para as mulheres do Curiaú, ou seja, é a

demarcação de seu espaço territorial, uma vez que a relação de pertença com a terra se transforma como um elemento de luta pela sobrevivência de seus saberes como comunidade quilombola. Desse modo, registrou-se que as mulheres do Curiaú levam a sério a defesa da terra, a sua preservação e posse, sendo elucidativa a seguinte entrevista:

> "Não podemo perder esse titulo de quilombo, porque sinão a gente perde o titulo da terra e ai aonde a gente vamos morar, é isso que a gente vem brigando na comunidade, né é pa tudo mundo tomar consciência e dá valor no que é nosso. Temo que resgatá a nossa cultura pra gente que é mais importante da gente" (Informante 2) ER-, 37 anos)

Nos relatos dados pelas entrevistadas, a terra e a manutenção da cultura foram reiteradas vezes repetidas como elementos de integração na comunidade, pois elas temem que futuramente ocorrerá um desaparecimento lento e gradual da propriedade comunitária quilombola. Segundo os relatos obtidos no trabalho de campo, as moradoras afirmaram que os moradores de Macapá, não respeitam a comunidade e sempre a área está sendo alvo de disputas jurídicas.

A partir do desenvolvimento urbano, ocorrido na cidade de Macapá, especialmente para a área norte, atualmente o Curiaú faz fronteira com bairros periféricos, como Novo Horizonte e Brasil Novo, o que tem ocasionado dificuldade à comunidade, não somente por questões fundiárias, mas com as reincidentes invasões sem contar com as influências de ordem cultural, que se exprimem nas palavras de Silva:

> Hoje a comunidade está tão evoluída que foi preciso ser preservada por vários motivos. Um deles era a chegada da cidade dentro do lugar. Mesmo nós, querendo preservar, há necessidade de mudar certas coisas pelo desenvolvimento da sociedade. Por causas modernas, estamos perdendo dia após dia nossos hábitos, costumes e nossa maneira de ser (SILVA, 2000, p. 33)

Embora apresente uma considerável extensão territorial, a Vila de Guru, isto é, a sua área habitada organiza-se ao longo de três ruas: Joaquim, Santo Antônio e Januário Clarindo, além da rodovia estadual Alceu Paulo Ramos, que dá acesso à comunidade, estendendo-se desde a BR 156 a entrada do Curiaú de Fora.

Retrata-se então, que o grande objetivo dos moradores da comunidade do Curiaú é garantir e preservar a cultura quilombola, por isso essa necessidade de garantir a posse da terra, uma vez que nela se processam as relações sociais que dão continuidade a cultura do quilombo. "As áreas ocupadas pelas populações tradicionais são os espaços onde se localizam as casas, roças e vegetal Logo, a noção de área ocupada corresponde às terras usadas pelos moradores para garantir sua reprodução de modo de vida" (BENATTI, 2001, p 292)

> O papel histórico e efetivo do Estado brasileiro, que obstaculizou a possibilidade de sobrevivência, preservação do raizes, valorização de cultura e reconstrução da identidade negra durante a escravidão e depois delo, impedindo o acesso à terra e as bases eletivas de produção e reprodução física e cultural do sujeito negro. (GUSMÃO, 1992).

Partindo desse entendimento, a tradição oral trabalha como sustentáculo da reminiscência coletiva e da proteção dos direitos das terras de quilombo, uma prática social vigente, até então, na comunidade de Curiaú, que passa a não mais ocupar a centralidade, tendo em vista que em 03 de novembro de 1999, Curiaú ganhou oficialmente o título de "comunidade remanescente de quilombo". atribuído pela Fundação Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura. Isso representou a segurança de direitos constitucionais e políticos, mormente no que se alude à demarcação de suas terras. Os problemas enfrentados pela comunidade eram muitos, segundo os próprios moradores, desde a manutenção da atividade agrícola, que é de subsistência, até a realização das tradições festivas e, sobretudo, a segurança das pessoas e da propriedade, que ainda é esta última, um bem comum.

2.2 Definindo a categoria quilombo: um estudo sobre a Comunidade Quilombola Do Curiaú

Os quilombos tiveram um papel importante na luta contra a escravidão e a opressão racial no Brasil, pois foram locais onde os escravos negros puderam se reunir, formar suas próprias comunidades e proteger sua cultura e tradições. Embora tenham sido frequentemente perseguidos pelos senhores de escravos e pelas autoridades coloniais, muitos quilombos sobreviveram e se mantiveram até os dias de hoje.

Na contemporaneidade, os quilombos são reconhecidos como patrimônios culturais e símbolos de resistência e luta contra a opressão e a escravidão. Algumas comunidades quilombolas ainda existem e lutam por direitos e reconhecimento oficial, incluindo acesso a terras e recursos, preservação de sua cultura e proteção contra a exploração e a opressão.

> O termo “quilombo” tem assumido novos significados na literatura especializada e também para indivíduos, grupos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos no Brasil (ABA, 1994, p. 1).

Nesse documento, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica, como apontado por alguns pesquisadores, ou seja, o quilombo contemporâneo não se caracteriza por grupos isolados ou

de uma população estritamente homogênea, como no imaginário popular que vincula a palavra estreitamente a Palmares.

> O conceito de comunidade quilombola, portanto, tem origem no campesinato negro, povos de matriz africana que conseguiram ocupar uma terra e obter autonomia política e econômica. Ao quilombo contemporâneo está associada uma interpretação mais ampla, mas que perpetua a ideia de resistência do território étnico capaz de se organizar e reproduzir no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo, sua forma particular de viver (ANJOS, 2006, p. 53).

O autor ressalta ainda que o quilombo contemporâneo possui uma interpretação mais abrangente e, ao mesmo tempo, mantém a luta e a resistência do território étnico, sendo capaz de ao longo dos anos reproduzirem no espaço geográfico.

Essa compreensão da atual ressemantização do conceito de comunidades quilombolas é de suma importância, pois propõe pensar e refletir de forma heterogênea o movimento quilombola como espaço de luta e resistência onde as próprias populações se (re)conhecem.

O quilombo é um espaço de resistência cultural, que mantém as suas tradições, conhecimentos e fazeres revividos pelos seus ancestrais que muito contribuíram para a (re) estrutura da identidade étnica e cultural de uma coletividade.

> A primeira delas fala do quilombo como resistência cultural, tendo como tema central a persistência ou produção de uma cultura negra no Brasil. O segundo plano de ressemantização do quilombo passaria pela sua vinculação à resistência política, servindo de modelo para se pensar a relação (potencial) entre classes populares e ordem dominante. O terceiro plano de ressemantização do quilombo é operado pelo movimento negro que, somando a perspectiva cultural ou racial à perspectiva política, elege o quilombo como ícone da "resistência negra" (ARRUTI, 2008, p. 5)

Partindo desta perspectiva, o quilombo está entrelaçado com a memória, com o passado da matriz africana. As discussões que permeiam as comunidades remanescentes quilombolas no cenário acadêmico, jurídico e político são caracterizadas por controvérsias, interrogações e incriminações (MELO, 2012). Nesta perspectiva, no cenário atual é impossível citar os remanescentes quilombolas sem atribuir-lhes um adjetivo, seja através do contemporâneo, seja porque se fazem necessárias distinções, entre os mesmos, quando se faz uso de "urbanos ou rurais" (ARRUTI, 2008). O vocábulo quilombola possui um caráter polissêmico, aberto, com grandes modificações empíricas de eventos no tempo e no espaço.

> Um exemplo paradigmático da importância assumida por esta ressemantização foi a realização, em 20 de novembro de 1981, no Recife, da Missa dos Quilombos, marco do revisionismo histórico da Igreja no Brasil. Nela, pela primeira vez em todo o mundo católico, altos representantes da Igreja, reunidos em uma celebração coletiva

> destinada a uma multidão, se penitenciaram e pediram perdão pelo posicionamento histórico da Igreja diante dos negros, da África e, em especial, dos negros aquilombados (HOORNAERT, 1982), marcando uma inflexão ideológica dos agentes eclesiais engajados socialmente, até então refratários à questão racial. Outro exemplo seria dado pela discussão em torno dos chamados Monumentos Negros, que desembocaria no tombamento tanto do Terreiro de Candomblé da Casa Branca (Salvador, BA), quanto da Serra da Barriga (União dos Palmares - AL) (ARRUTI, 2008, p. 321).

Contemporaneamente, podemos apreender que há uma crescente valorização e respeito sobre a representatividade que os quilombos possuem, não só para os afrodescendentes, mas pra toda sociedade, considerando diferentes campos como, por exemplo, social, político e cultural, se configurando como um espaço de resistência de ato políticos e de lutas de um povo que não se renderam mais a escravidão.

3 ENTRE O MODO DE FAZER A POLÍTICA E A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA PARTIDÁRIA NO QUILOMBO DO CURIAÚ

Quando se fala sobre a importância do estudo da história, o que vem à mente? O senso comum é que se trata de um estudo sobre o passado da humanidade – um conjunto de observações sobre a evolução, tendo como base uma região, um período ou um povo. Contudo, essa visão linear da história, como uma ciência do conhecimento pela investigação, cai por terra quando considera-se a realidade da formação das Nações. Na qual, as relações de poder foram forjadas mediante o discurso daqueles que tinham os meios necessários para controlar o que deveria ser dito – assim nasce um fenômeno que pode-se chamar de uma única história, nos termos propostos por Adichie, (2019)

> As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (ADICHIE, 2019, p.89)

A partir dessa narrativa de uma via, colonizadores foram alçados à condição de heróis, libertadores dos "povos oprimidos"; povos ricos culturalmente passaram a ser vistos como vítimas e sofredores, vendidos como escravos; personagens que lutaram por justiça no mundo foram condenados, acusados de motim e de desordem pública; e, ainda hoje, tantos outros exemplos continuam existindo, sendo reproduzidos pela população cada vez mais conectadas com os meios de comunicação a serviço de uma minoria privilegiada.

Nesta perspectiva proposta por Chimamanda, o presente projeto objetiva analisar a narrativa da história contada pelos moradores do Quilombo do Curiaú, localizado no município de Macapá-AP, a partir dessa narrativa, compreender a construção da atuação dos indivíduos da comunidade no protagonismo na construção de sua trajetória, abrangendo nesta análise a luta e conquistas de direitos através de atuações políticas, que considera-se nessa pesquisa como ***representação e representatividade***. Entretanto, antes de aprofundar-se na análise destes conceitos, é importante compreender o processo de conquistas de direitos, e para isso, se faz necessário analisar os conceitos desenvolvidos por Thomas Hobbes, em sua obra Leviatã. O Capítulo XIII do Leviatã abre com a conhecida proclamação da igualdade natural entre os homens:

> A natureza fez os homens tão iguais nas faculdades de corpo e mente a ponto que, embora possa se encontrar algumas vezes um homem de corpo manifestamente mais forte, ou de mente mais rápida que outro, quando se leva em conta todo o conjunto, a diferença entre um homem e outro não é tão considerável a ponto de que um deles

> possa, com base nela, reclamar para si algum benefício ao qual o outro não possa pretender tanto quanto ele.

Neste ponto, pondera-se que a igualdade suscitada pelo autor não é absoluta, mas relativa a um certo termo: o cerne da igualdade preconizada é a igualdade quanto à impotência de impor sua vontade aos demais com base em qualquer superioridade natural de força física ou perspicácia intelectual. Essas habilidades podem existir, mas são incapazes, no estado de natureza, de prover qualquer homem de um poder irresistível ao qual todos os demais tivessem de se curvar.

A razão humana pode, portanto, chegar à conclusão de que a maneira mais eficiente de se garantir a preservação da vida é estabelecer as condições que conduzem a uma paz estável e duradoura entre os homens: que cada homem deve esforçar-se pela paz, na medida em que tem esperança de obtê-la, e assim, no pensamento Hobbesiano.

O pensamento hobbesiano encontra-se com dois polos: o homem e o Estado. Na condição de reconhecerem a necessidade de transferência de todo poder e liberdade em busca do que almeja, a teoria de Hobbes abre espaço para o que será fundamento para o contrato e chancela para o Estado civil.

Com a concepção da formação do Estado e do estabelecimento da sociedade, surge, principalmente, uma soberania para a qual se transfere todos os poderes que cada indivíduo possui, sendo esse o grande responsável, agora, em ser a voz, o reflexo de todos aqueles que antes estavam em estado de guerra. Aqui se inicia a ideia da afirmação de súditos e um processo de hierarquização social, em que se define aquele que detém a autoridade e os que devem, de fato, obedecer, fazendo com que surja uma sociedade devidamente organizada.

> Hobbes também aceita a aristocracia e mesmo a democracia, mas tem de ser um poder consistente, soberano, todo ele investido nas mãos de um só, de um grupo só, ou ainda do conjunto de todos– provém em última análise de um manejo das consciências por um sujeito oculto e oposto ao Estado. Em outras palavras, a revolta não surge apenas da ignorância, ou de uma desobediência generalizada; não vem por acaso; ignorância por parte dos súditos, desatenção por parte do governante somente pegam fogo quando a ignição é posta por esse sujeito escondido da política, um sujeito de flagrante ilegitimidade, que é a casta sacerdotal (...) ? Enquanto não existir o Estado, nenhum pacto terá valor, porque ele não pode forçar seu cumprimento; mas, como o Estado mesmo nasce de um pacto, logicamente nunca terá como vir a existir. Seria preciso a espada do soberano antes de se ter o Estado; mas, então, como pensar a fundação do Estado? (RIBEIRO, 2006, p. 27)

Este pensamento, leva o autor ao desenvolvimento de outra reflexão: o direito de resistência.

Observa-se que, face a centralização do poder, grupos sociais que não estão no poder, na condução do ente instituído o Estado cujo objetivo é gerenciar o bem comum

(entretanto o fazem, segundo os seus próprios interesses e necessidades), são marginalizados e tem seus direitos preteridos. Nesta perspectiva, Hobbes discorre sobre o conceito de resistência.

> O poder de coerção consiste na transferência do direito de cada homem de resistir àquele a quem foi transferido o poder de coerção. Segue-se, portanto, que nenhum homem em qualquer que seja a república tem direito de resistir àquele ou àqueles a quem foi conferido esse poder coercitivo ou, como os homens costumam chamar, a espada da justiça, supondo que seja possível não resistir (HOBBES, 2010, p. 108).

Nessa concepção não é tão simples o conceito de resistência em Hobbes, uma vez que deve-se buscar um diálogo com o direito natural, uma vez que esse é inerente ao Cidadão, pois associado à propensão natural dos homens à violência, é um pressuposição para a guerra. No Leviatã ele é definido de forma independente. A guerra é definida antes como fruto de três paixões básicas: competição, desconfiança recíproca e busca de glória. O direito, portanto, não é um elemento na consecução da guerra.

> Mas, para a modernidade democrática, isso já não bastará. Na democracia o voto não é mero procedimento (como o sorteio),e sim a expressão da igualdade e liberdade. Somos livres e, portanto, decidimos nosso destino político. Somos iguais, e por isso nenhum voto vale mais que outro. Não foi fácil chegar a isso. O sufrágio universal somente se generalizou no século XX. Antes, trabalhadores e pobres raramente tinham direito a voto. As mulheres conseguiram o voto não faz muito tempo — no Brasil em 1933, na França em 1945, na Suíça na década de 1970. Em alguns países, o voto era desigual. Na Bélgica, o diploma universitário permitia votar três vezes, o do colegial, duas. Na Rússia da Revolução, o sufrágio do operário valia o de 27 camponeses. Mas a tendência mundial foi estender o voto como emblema da igualdade (RIBEIRO, 1949, p.36)

Essa contextualização se fez necessário para delineamento do objeto de pesquisa, pois falar nas categorias de análise como: racismo, política, representatividade e representação em área quilombola se faz necessário pensar na construção do Estado moderno.

> Uma vez que o Estado é a forma política do mundo contemporâneo, o racismo não poderia se reproduzir se, ao mesmo tempo, não alimentasse e fosse também alimentado pelas estruturas estatais. O racismo não é um dado acidental, mas é um elemento constitutivo dos Estados modernos[...] Ao apontar a íntima relação entre a história do Estado e a definição racial, David Theo Goldberg se surpreende com o "virtual silêncio" da literatura sobre a teoria do Estado acerca das "dimensões raciais do Estado moderno". Goldberg, por sua vez, também aponta para o fato de que a produção teórica sobre raça e racismo, por conta de uma "virada culturalista" ocorrida nas últimas décadas, "tem evitado uma reflexão abrangente acerca da implicação do Estado na formação racial e na exclusão racial" (ALMEIDA, 2019, p. 54).

Pode-se observar, a partir dessa assertiva que nas teorias sobre o Estado há pouco espaço para se discutir a questão racial. O racismo é visto como uma irracionalidade em contraposição à racionalidade do Estado no conceito Weberiano, manifestada na

impessoalidade do poder e na técnica jurídica. Dessa forma, raça e racismo se dissolvem na prática da razão pública, na qual deve prevalecer a igualdade de todos perante a lei.

3.1 Estado e Racismo

Compreende-se que a denominação de domínio westfaliano, é resultado do fim da Guerra dos Trinta Anos e tendo como marco o ano de 1648. A melhor doutrina afirma que a chamada Paz de Westfália (conhecida também como Tratados de Münster e Osnabruque, duas cidades alemãs onde foram negociados os tratados coletivos)**,** que em 1648 pôs fim a chamada Guerra dos Trinta Anos[2], travada por diversas nações europeias, por motivos inicialmente religiosos, é considerado o marco inaugural do conceito de soberania nacional e estado-nação (FONTES, 2015, 53)

Este processo além de ter mudado a compreensão de que os Estados da Europa deveriam ser unidos na base de princípios formais de coexistência e tolerância mútua, em vez de uniões políticas ou religiosas, propiciou o seguinte: a) difusão da ideia de uma Europa de multiplicidade de Estados independentes e de requerer de seus numerosos constituintes não mais do que um acatamento nominal aos simples interesses do Santo Império Romano, reconhecendo o direito dos príncipes e das cidades de seguirem livres e independentes as políticas externas, concluírem tratados, trocarem representantes diplomáticos e de fazerem a guerra; b) rejeição à ortodoxia religiosa; c) representação de Estados nas discussões da Conferência Geral da Paz, criando a presunção de que as matérias diretamente importantes a algumas partes poderiam ser, também, a preocupação geral de todas as partes (OLIVEIRA, 2001, p. 15)

A Paz de Westfália “desenhou um novo mapa europeu”, e a sociedade internacional transforma-se e os estados deixam de estar submetido ao poder papal e do império para tornarem-se soberanos, “superiores na sua ordem externa”, o que os deixou “iguais uns aos outros”, resultando assim o “princípio do equilíbrio político e da igualdade” (FREITAS, 2015)

Isso confere um entendimento de que as deficiências da sociedade política medieval são determinantes para estabelecer as características fundamentais do Estado

[2] A Guerra dos Trinta Anos (1618 – 1648) foi um conflito internacional travado na Europa Central , e que trouxe consequências catastróficas para os países envolvidos. A guerra tem início, em 1618, em razão da rebelião dos alemães contra o Imperador do Sacro Império Romano Germânico e o Papa, pois todos os governantes do espaço germânico eram submetidos a essas duas autoridades, e, assim buscavam suas autonomias.

Moderno, ou seja: o território, povo e soberania, como elementos materiais o governo, o poder, a autoridade ou o soberano, como seus elementos formais.

Igualmente é importante compreender que exclusivamente com o Estado Moderno é que o território adveio a ser considerado como elemento essencial do Estado. Assim, a noção de soberania cristaliza-se, historicamente, como única fonte do exercício do poder político, isto é, um poder uno e indivisível, que é juridicamente incontrastável. Em outros termos, é possível afirmar que o conceito de soberania una e indivisível, com base na capacidade de estabelecer uma única ordem jurídica válida para todos, afastou a concepção de poder fragmentado, típica do período Medieval.

Seguramente durante o período do feudalismo, "o poder papal penetrou nos diversos setores da sociedade medieval, impondo-se como o árbitro supremo de todos os seus segmentos, inclusive nas relações internacionais" (BEDIN, 2006, p. 47), dessa maneira não podíamos falar em Estado Nacional, em sua acepção mais própria. Somente após a celebração da citada Paz de Vestfália, de 1648, é que nasce o Estado Moderno, que pouco a pouco vai centralizando o poder nas mãos do monarca.

Diante desse cenário observamos que o Estado Moderno se apresenta, inicialmente absolutista. Implica afirmarmos que a primeira representação política do Estado moderno foi marcada pelo absolutismo.

Esses fatos somados levam a dimensionar a importância da Paz de Vestfália, notadamente pode-se elencar a ruptura de uma antiga organização política descentralizada. Deve-se ressaltar que não há um consenso neste pensamento, no sentido de elencar as consequências do tratado de 1648, mas no momento é pertinente explorar o tratado de Vestifália e sua importância para a consolidação do Estado moderno e posteriormente relacionar com as variáveis: nação e racismo.

Esse pensamento corrobora um gradativo processo de transformação de concepção do Estado Moderno, pois identifica-se nos aportes teóricos uma percepção soberana de um Estado Nacional em relação aos demais, isso implica afirmar que ocorreu uma constituição de uma sociedade internacional composta de Estados territoriais soberanos.

Esta é a antítese da ordem medieval, cuja arquitetura era calcada na fragmentação do poder. Na direção do que afirmam Hildebrando Accioly e Celso Mello, pode-se concluir que é com base no pactuado em Vestfália que se cria um Direito Internacional propriamente dito, como o concebemos hoje, aplicável às relações entre nações estrangeiras, em que, ao menos teoricamente, é reconhecido o princípio da igualdade jurídica dos Estados, segundo o

qual a lógica de relacionamento interestatal é o respeito mútuo, consolidado na impenetrabilidade da ordem jurídica nacional (LIMA; GÓES, 2015, p. 65)

Deve-se afirmar que contra a fragmentada sociedade medieval,

> as grandes monarquias absolutas do início da Idade Moderna se formam através de um duplo processo de unificação: 1) unificação de todas as fontes de produção jurídica na lei, como expressão da vontade do soberano (...) 2) unificação de todos os ordenamentos jurídicos superiores e inferiores ao Estado no ordenamento jurídico estatal, cuja expressão máxima é a vontade do príncipe (LIMA; GÓES, 2015,p.26)

Dessa maneira, os elementos: território, povo e soberania são distintos do tipo histórico de organização do poder decorrente da formatação do mundo em um conjunto de Estados, comumente chamado de sistema westfaliano.

De forma sintética e superficial pode-se dizer que o modelo westphaliano de Estado representa, a um só tempo: a passagem dos Reinos Medievais (onde o poder era fragmentado e a ideia de soberania não representava a concepção atual do termo) para o Estado moderno; a criação do Direito Internacional Público, tal qual é concebido nos dias atuais; o nascimento do Estado Nacional propriamente dito, formado a partir da coexistência dos seus três grandes elementos essenciais (povo, território e soberania una e indivisível).

O domínio da paz westfaliana é de suma importância porque a partir desse marco histórico convém reter, o que em todo caso é um fenômeno histórico real, específico, irredutível, é o momento em que esse algo que é o Estado começou a entrar, entrou efetivamente na prática refletida dos homens.

> O problema é saber em que momento, em que condições, sob que forma o Estado começou a ser projetado, programado, desenvolvido, no interior dessa prática consciente das pessoas, a partir de que momento ele se tornou um objeto de conhecimento e de análise, a partir de que momento e como ele entrou numa estratégia meditada e concertada, a partir de que momento o Estado começou a ser invocado, desejado, cobiçado, temido, repelido, amado, odiado pelos homens. Resumindo, é essa entrada do Estado no campo da prática e do pensamento dos homens, é isso que é preciso procurar apreender" (FOUCAULT, 2008, p. 330)

Esse período carrega discordâncias conceituais sobre a categoria Estado, dessa maneira utiliza-se um enfoque conceitual realizado por Foucault (2008) que define o período westfaliano como um momento histórico marcado pelo esfacelamento de projetos de paz universalistas do Império (um Império Político único) e da Igreja (um Império da Salvação) e permitiu o nascimento do novo sistema moderno de Estados, sustentado pelo ideário de uma paz arquitetada mediante o equilíbrio entre as Nações. (SENELLART,2015)

Dentro desse quadro conceitual pode-se inferir que no século XVII foi se delineando na Europa uma "sociedade de Estados", onde os princípios de soberania e territorialidade tiveram um papel de centralidade. Dessa maneira, foi se formando o modelo conhecido como Westfaliano, pois se considera os Tratados de Paz de Westfália de 1648 como elemento fundante da categoria Estado.

Pela Paz de Westfália, todos os pequenos Estados da Europa Central conquistaram soberania. A territorialidade foi legitimada e também o direito dos Estados de escolherem sua própria religião. Também ficou estabelecido que os Estados poderiam determinar diversos outros aspectos, como, suas próprias políticas internas, livre de pressão externa e com total jurisdição dentro de seu próprio território. Além disso, introduziram o princípio de não interferência nos assuntos de outros Estados.

O Tratado de Vestefália de 1648 criou um novo equilíbrio de poderes na Europa, levando ao fim do sistema feudal, à ascensão do poder real, e à absolutização do Estado nacional. "O Tratado previa a liberdade de *emigração*. Mas a generalização da ideia de identidade nacional levou a uma nova tomada de consciência da diferença entre nacionais e estrangeiros, potenciada pela organização política do espaço em Estados territoriais independentes e mutuamente exclusivos" (GIL, 2015, p. 73)

A partir desse momento histórico, a compreensão do que vem a ser Estado, tem por desígnio a existência de um território. A conceituação de que o território é a base geográfica do poder surgiu em um contexto de superação do feudalismo em que se passou a propugnar pela implantação de uma ordem jurídica única de soberania incontrastável, absoluta, seja no plano interno, seja no plano internacional.

Dito de outro modo, os Estados tornaram-se nacionais em conexão com transformações específicas quanto à distribuição de poder entre governantes e governados e entre estratos sociais de suas sociedades.

Contudo, no domínio da definição das linhas essenciais do Estado, existem alguns autores que discutem a tese sobre a possibilidade de se reconhecer a existência de um Estado sem território. Dalmo de Abreu Dallari indica que a aproximadamente a totalidade dos autores concorda em conhecer o território como imprescindível para a existência do Estado, mesmo que a partir de diferentes argumentos. Enquanto para muitos deles o território é elemento material constitutivo essencial do Estado, há quem aceite a base territorial como condição necessária exterior ao Estado, afirmando que, embora necessária, esta base representa tão somente o quadro natural no qual os governantes exercem suas funções (DALLARI, 2015)

Em “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, Friedrich Engels atesta que a primeira manifestação de Estado como órgão público revestido de autoridade governamental, pôde ser observada na antiga Atenas, como a instituição de um arranjo administrativo autocentrado, em que as demandas sociais foram declaradas interesse comum, sustentando-se através de uma estratégia territorial, com a finalidade de assegurar o domínio de uma classe sobre a outra, consagrar a propriedade privada e institucionalizar o individualismo (DALLARI, 1995)

Nessa definição de Estado o autor alemão Georg Jellinek expressou que o Estado seria tanto uma construção social quanto uma construção jurídica. “Social no sentido que o Estado seria uma estrutura (histórica) a qual agrupa indivíduos em um dado território, exercendo sob eles dominação, com o objetivo de defender a vontade coletiva (temporalmente variável); e jurídica, pois relacionada ao reconhecimento do Estado como sujeito de Direito que institucionaliza o poder político e que encontra limites (jurídicos) por si criados no exercício de sua soberania” (JELLINEK, 2000)

O referido autor defende em sua obra ‘Teoria Geral do Estado’ que o Estado é formado por povo, território e poder. Povo seria o conjunto de indivíduos que formam uma unidade, a qual se submete ao Poder Público, sendo, por isso, considerada objeto da atividade do Estado. Deste modo, torna-se essencial para o autor alemão a existência de uma ordem jurídica que limite a conduta (o poder de decisão) do Estado, o que se consubstancia em uma autolimitação, haja vista que o Estado é quem estabelece a própria ordem jurídica que o operacionalizará. Por isso, “a teoria da autolimitação leva à concepção de que não há Direito anterior e superior ao Estado” influencias históricas que implicam em sua definição, mas é certo que esse conceito se assentou nas bases do Estado. Existe uma quantidade significativa de acepções da palavra soberania. Dessa maneira, podemos afirmar que se versa sobre um significado de o poder político no Estado Moderno.

> O Estado passa a ser forçado a reconhecer como cidadãos somente os nacionais, a reconhecer completos direitos políticos somente àqueles que pertenciam à comunidade nacional por direito de origem e fato de nascimento. Isso significa que o Estado foi parcialmente transformado de instrumento da lei em instrumento da nação (ARENDT,2007, p.261)

Às declarações de direitos, abrangendo a Declaração Universal de Direitos Humanos, conferiu-se um espaço fulcral de colocar o indivíduo como sujeito de direito em face do Estado. Este cenário leva a concluirmos que se ampliou e ganhou notoriedade a ideia

de direitos do homem e se expandiram as reivindicações por liberdade, dessa maneira foi se delineando os contornos conceituais que se definiu em nomear de Estado de direito.

Dessa forma, a Declaração é reconhecida como um divisor de águas entre a história do direito político com o começo das liberdades e dos direitos individuais; a partir desse momento, a autonomia intelectual divulgada pelos filósofos iluministas se manifestava através do anúncio de que os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos.

Por seu turno, os filósofos oitocentistas do direito natural (contratualistas), como Locke, Rousseau e Kant defendiam que os direitos fundamentais eram realidades extraestaduais. Várias obras doutrinais invocavam a existência de limites ao *ius includendi et excludendi* que derivavam de *princípios de humanidade ou hospitalidade*, exigidos pelo direito natural, ou de obrigações de *boa fé* dos Estados.

O projeto se propõe a construir uma relação dialógica entre a política (Estado) e racismo, e pode-se entender que a partir da formação dos Estados nacionais exigiu uma profunda reorganização da vida social, que englobou não somente aspectos políticos e econômicos, mas também a constituição das identidades. Novas formas de racionalidade e de percepção do tempo-espaço tiveram de emergir a fim de que um mundo baseado no contrato e na troca mercantil pudesse nascer, dissolvendo e destruindo tradições e formas sociais vinculadas à lógica das sociedades pré-capitalistas.

O estabelecimento de condições jurídicas para o reconhecimento de territórios ou de propriedades coletivas segundo a identidade de grupo (quilombolas, indígenas etc.), demonstram à exaustão como a nacionalidade e a dominação capitalista se apoiam em uma construção espaço-identitária que pode ser vista na classificação racial, étnica, religiosa e sexual de indivíduos como estratégia de poder (GILROY, 20212).

Kymlicka defende a ideia de que esse modelo, que havia permitido ao Estado moderno nascente regular os problemas das guerras de religião, não poderia mais ser aplicado hoje ao problema das minorias culturais. Pois, se o Estado se colocar como neutro perante as questões provocadas pela diversidade dos grupos étnico-culturais, será estruturalmente incapaz de resolver as questões resultantes da controvérsia concernente às minorias (Kymlicka, apud Mesure & Renaut, 1999, pp. 212-3).

A dificuldade se deve ao fato de que as doutrinas tradicionais dos direitos do homem respondem mal às questões de práticas efetivas da democracia. Na maioria dos casos, por si mesmas, não fornecem respostas. Por exemplo, o direito de livre expressão nada diz quando se trata de saber o que deveria ser uma política linguística adaptada a uma situação de coexistência entre diversas línguas num mesmo espaço social. Da mesma maneira, o direito

de ir e vir não responde às interrogações sobre o que deve ser uma política de imigração e de naturalização. Dessa dificuldade surge a necessidade de reconstruir a teoria liberal dos direitos do homem de modo a atender a um imperativo de justiça em relação aos grupos culturais em si, aos quais os indivíduos se identificam, ou seja, de buscar uma transformação complementar do liberalismo para integrar uma exigência de justiça que Kymlicka (apud Mesure & Renaut, 1999, pp. 214-5) designa como "justiça etnocultural".

Dessa forma, pode-se corroborar conceitualmente que as categorias raça e racismo:

> Raça e racismo são produtos do intercâmbio e do fluxo internacional de pessoas, de mercadorias e de ideias, o que engloba, necessariamente uma dimensão afro-diaspórica. Assim, o que chamamos de modernidade não se esgota na racionalidade iluminista europeia, no Estado impessoal e nas trocas mercantis; a modernidade é composta pelo tráfico, pela escravidão, pelo colonialismo, pelas ideias racistas, mas também pelas práticas de resistência e pelas ideias antirracistas formuladas por intelectuais negros e indígenas. A compreensão do mundo contemporâneo está ligada à compreensão da diáspora africana, ou seja, do modo com que a África se espalhou pelo mundo. De tal sorte que, no Brasil, a compreensão do racismo e a possível configuração de estratégias de luta antirracista dependem de um olhar para a América, para África e para a formação do fluxo de pessoas e ideias em âmbito internacional (GONZALEZ,1988, p. 92/93)

A sociedade construiu esta identidade de dominador e tem conferido a esta, o poder de definir, oprimir e construir o outro como diferente, além de conferir o poder de se supervalorizar e simultaneamente desvalorizar o outro em relação a si mesmo, sob as bases da sua branquitude. Assim, a definição de racismo pode ser entendida a partir do entendimento:

> Considero racismo qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado na ideia de raça. Pois, mesmo que essa ideia não tenha nenhuma realidade biológica, o ato de atribuir, legitimar e perpetuar as desigualdades sociais, culturais, psíquicas, e políticas à "raça" significa legitimar diferenças sociais a partir da naturalização e essencialização da ideia falaciosa de diferenças biológicas que, dentro da lógica brasileira, se manifesta pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais (SCHUCMAN, 2010, p.44)

Distante de outras sociedades, o Brasil possui suas especificidades, pois sustentou um racismo velado e sutil, tanto o Estado quanto o discurso da sociedade repetem relações harmônicas, sob a influência do ideário da Democracia Racial no imaginário brasileiro, mesmo que na prática as relações sejam ainda hierarquizadas e baseadas pelo racismo.

A raça tornou-se uma categoria social influente e determinante no Brasil, as relações sociais seguiram racializadas e foi a interpretação e o uso simbólico do termo raça que determinou espaços sociais e desmobilizou a identidade da população negra brasileira. Neste sentido, acreditamos que o uso do termo Raça pode ser empregado com o intuito de

categorizar os sujeitos negros e unificá-los a partir de um olhar positivo das diferenças e das características até então marginalizadas pela sociedade racista.

Levando em consideração essa conjuntura, pode-se inferir que onde biologicamente as raças não existem, mas sociologicamente estão presentes, que na atualidade o movimento negro e intelectuais que estudam as relações raciais no Brasil empregam o termo raça enquanto termo político, reconhecendo que a manutenção desta ideia de diferença biológica foi eficaz socialmente na manutenção de hierarquias e privilégios.

A raça tornou-se uma categoria social influente e determinante no Brasil, as relações sociais seguiram racializadas e foi a interpretação e o uso simbólico do termo raça que determinou espaços sociais e desmobilizou a identidade da população negra brasileira. Neste sentido, acreditamos que o uso do termo Raça pode ser empregado com o intuito de categorizar os sujeitos negros e unificá-los a partir de um olhar positivo das diferenças e das características até então marginalizadas pela sociedade racista.

O racismo não pode ser compreendido somente como um conjunto de teorias que procuram elucidar a relação social econômica de uma determinada população, muito menos ser entendido como uma situação efêmera. Visando aproximar o racismo discutido no campo teórico da realidade da população afro-brasileira, precisamos agregar outros símbolos que determinam sua severidade na perpetuação do preconceito e da desigualdade racial.

> O racismo é sempre uma violência, na medida em que constitui uma negação daquele que é sua vítima, uma alteração da humanidade da qual é portador. Essa violência é, sobretudo, simbólica quando toca a integridade moral da pessoa visada sem entravar diretamente sua participação na vida social, política ou econômica; quando está embutida no desprezo, do preconceito ou da simples expressão de ódio, sem consequência sobre sua integridade física (WIEVIORKA, 2007, p.71).

O mito da democracia racial vem dissimulando o racismo presente no cotidiano da sociedade brasileira, muito pela imagem de que negros e brancos convivem em uma sociedade livre, sem discriminação e com as mesmas oportunidades, bem como por este fato nunca ter sido realmente discutido e encarado como um problema, mas sim como algo que deva ser esquecido e jamais lembrado.

De acordo com Almeida (2018) e Quijano (2005), o racismo nasceu com a modernidade e trouxe diversas mazelas especialmente para negros. Almeida (2018) revela por exemplo a questão econômica que está atrelada ao racismo, por meio dos números podemos ver claramente a disparidade dos salários entre brancos e negros, fazendo com que negros sempre estejam em posições de desvantagens em empregos, representatividade, grau escolar e genocídio.

Neste sentido, o autor reforça o quanto o racismo é produto do capitalismo e para se renovar o capitalismo, precisa muitas vezes, renovar o racismo, por isso muitas vezes temos a falsa impressão de que negros estão ganhando mais espaço, quanto na verdade estão tentando esconder o preconceito de outras formas sob a marca da democracia (ALMEIDA, 2018 p. 144).

Para Ribeiro (2019), ela define o racismo como um sistema de opressão que cria um abismo entre pessoas, ela vai além quando corrobora com Almeida (2018), dizendo que se trata de um sistema cíclico que vive em atualização, e destaca a particularidade do Brasil que vive uma falsa democracia racial.

Djamila Ribeiro (2019), no seu livro um "Pequeno manual antirracista", ela aborda sobre os privilégios que pessoas brancas possuem de representação no meio mediático como um todo, e critica a forma perversa que pessoas negras sempre são representadas, e como o capitalismo é peça fundamental para propagar, ela alerta que no meio mediático é necessário urgência para tornar cada vez mais público esse questionamento de baixa representação.

Neste sentido, Almeida (2018) afirma que vivemos em um sistema de racismo estrutural, ou seja o preconceito é naturalizado e engendrado na sociedade, fazendo com que muitas vezes não notemos a pouca representatividade de negros e negras nos altos cargos de comando, nos papeis de protagonista no cinema, em novelas. Por que negros e brancos não aparecem em propagandas na mesma proporção? Ou se instigarmos a nossa experiência visual, quantos negros no ano de 2020 vimos protagonizar uma propaganda de brinquedo, agora pense ao contrário, quantos brancos você já viu protagonizar o mesmo? Almeida (2018), no seu livro O que é racismo estrutural? explica que vivemos em um país que ignora o racismo, fazendo com que ele seja estrutural, o que causa uma posição melhor de sucesso para determinado grupo em função da cor.

A normalização do racismo não nos instiga a questionar a baixa ausência de negros na maioria das áreas, e assim, vamos, naturalmente, absorvendo o que é apresentado como padrão, sem muitas vezes nem nos questionarmos, fato que se alinha com as características do racismo estrutural.

Reflexo do racismo estrutural e também do fato de que pessoas brancas não se racializam e, portanto, não pensam na importância da representatividade de grupos dos quais não integram.

No caso específico do objeto de pesquisa em tela percebemos que neste cenário de luta é visível a existência de uma forte liderança familiar, cultural e política das mulheres na

comunidade, algumas delas na década de 90, criaram a Associação de Mulheres Mãe Venina no intuito de organizarem as reivindicações da demanda feminina e buscarem alternativas para a geração de renda e emprego na comunidade, portanto a poder feminino nas decisões comunitárias é relevante, segundo a fala de uma moradora:

> Eu vejo as mulheres daqui com muita liderança, autonomia (..) porque olha as lutas aqui quem encabeça são mulher, porque na igreja é as mulheres que tão na frente, na associação também, e Irisas), no grupo de idosos e mulher também e ainda quando tem reunião são as mulher que também vão convidar pra tudo (moradora) da Comunidade, 25 anos).
> Os homens da comunidade, sempre ficam pra trás [...], vo te falar eu fico só fico prestando atenção, quando a gente briga aqui pra uma melhoria, as mulheres vão, chamam, vambora rapaz, e agente outra.

Assim, pelos quadros a ideia de que as mulheres quilombolas são ativas conquistam os espaços deixados pela inércia dos homens em decidir sobre os acontecimentos da comunidade, como vemos na fala da moradora.

4 REPRESENTATIVIDADE NEGRA E POLÍTICA: O CASO DO QUILOMBO DO CURIAÚ

A representatividade negra na política é fundamental para garantir que as vozes e as necessidades da comunidade negra sejam ouvidas e atendidas. A falta de representatividade negra nas esferas políticas tem sido um problema persistente por muitos anos, resultando em políticas públicas inadequadas e falta de atenção para as questões que afetam a comunidade negra.

4.1 Representatividade nas democracias

O significado da representatividade segundo as ciências sociais e políticas como o ato de representar politicamente os interesses de determinado grupo social ou povo, no entanto não apenas a partir da presença de um indivíduo e sim numa perspectiva que engendra, organiza, define uma ideia ou ação que opera mudanças num sistema estabelecido para então contemplar quem estiver sendo representado.

> A progressiva imposição da democracia como forma de legitimação do poder político somente se generaliza, no Ocidente, a partir do século XIX. De um modo geral, os regimes políticos que hoje se caracterizam como democráticos compreendem-se como originários, direta ou indiretamente, das revoluções políticas do final do século XVIII, sobretudo a francesa e a americana. (2013, p. 652)

Por outro lado, se faz necessário apresentar uma análise sobre o sistema democrático no Brasil, suas características e a crise que parece ter se instaurado na democracia liberal representativa que vige no País. Segundo Robert Dahl, em sua clássica obra “Sobre a Democracia”, é necessário que, para definição do fenômeno democrático, partamos de um pressuposto elementar: para externar livremente suas posições, todos os membros deverão ser considerados politicamente iguais. Assim, todos deverão ser tratados como se estivessem igualmente qualificados para participar do processo de tomada de decisões sobre as políticas a serem seguidas pelo grupo. Para que consigamos viabilizar este princípio central, é necessário, porém, que estabele6çamos alguns critérios que garantam a todos os membros iguais tratamento nos processos de deliberação política. Nesta linha, auxiliados pelos ensinamentos de Robert Dahl, é possível estabelecer cinco critérios:

> a) **Participação efetiva** – antes que seja adotada uma política pela associação, todos os membros devem ter oportunidades iguais e efetivas para fazer os outros membros

> conhecerem suas opiniões sobre o tema; b) **Igualdade de voto –** no processo de deliberação sobre a política a ser adotada, todos os membros devem ter direito a voto e este deve possuir o mesmo valor do que o dos demais membros; c) **Entendimento esclarecido** – dentro de limites razoáveis, cada um dos membros deve possuir igual oportunidade de aprender sobre as políticas alternativas e suas possíveis e prováveis consequências; d) **Controle do programa de planejamento** – os membros devem ter a oportunidade para decidir como e quais as questões que devem ser colocados em pauta para deliberação, de forma a impedir que o grupo diretor dos trabalhos tenha o monopólio da escolha da agenda dos temas a serem decididos; e) **Inclusão do maior número de participantes** – todos os cidadãos (ou mais realisticamente, a maioria dos adultos) devem usufruir do primeiro dos critérios, ou seja, a participação efetiva. (DAHL,2014, p.89)

Dahl (2014) argumentou que as democracias contemporâneas são menos caracterizadas por uma imediata participação popular, e mais pelo controle que grupos exercem sobre líderes políticos e centros de decisão.

Evidentemente a violação a qualquer dos critérios despotencializa a necessária igualdade entre os membros/cidadãos, bem como a liberdade deles de expressar suas vontades, diminuindo o grau de democracia aplicado à ordem política. Neste sentido, é razoável que esclareçamos, desde já, que estes critérios são ideais e que as sociedades concretas aproximam-se ou afastam-se do ideal democrático na medida em que aplicam em maior ou menor grau tais critérios.

> O Estado Democrático de Direito, portanto, não se contenta com a democracia meramente formal, identificada com o princípio da maioria como elemento legitimador do exercício do poder. Não basta a vontade da maioria. Mesmo a maioria da população não pode afastar direitos fundamentais. Não é suficiente que ocorram eleições regulares. Para que exista verdadeiro Estado de Direito em sua versão democrática é indispensável que o Estado possua efetivas garantias à concretização dos direitos liberais (proibições direcionadas ao Estado) e sociais (mandamentos de atuação do Estado). Dito de outra forma: só há Estado Democrático de Direito se existir democracia substancial/constitucional, isto é, se, alpem do sufrágio universal e da participação popular na tomada de decisões, também se fizer presente o respeito aos direitos e às garantias fundamentais, dentre eles, em destaque, a liberdade. Não só a liberdade de empresa ou a liberdade de ser proprietário, mas a liberdade que permita à pessoa exercer todas as suas potencialidades legítimas (CASARA, 2018, p. 63)

Por isso, afirmar que determinados Estados são mais ou menos democráticos que outros depende, não apenas das normas de participação política institucionalizados por esses países (normalmente estabelecidas em suas constituições), mas também do grau de respeito que estas normas vão merecer por parte do Estado e por parte dos cidadãos no momento de suas aplicações.

De qualquer forma, há uma crescente demanda por um tipo de democracia mais participativa, com a descentralização das instâncias tradicionais de deliberação (parlamentos) com os cidadãos pleiteando, cada vez mais, serem consultados fora das datas de eleição.

Algumas formas de consulta já vêm sendo institucionalizadas, tais como, por exemplo, as audiências públicas[3] ou mesmo os *amici curiae*[4].

Nas concepções de democracia na atualidade, para aferição de qual o grau de democratização vivencia uma determinada sociedade, devem ser levados em conta não somente a participação prevista nos instrumentos institucionais (constituições, leis etc.), mas também a participação do grupo social em manifestações não institucionalizadas, mas que tenham por fim manifestar posições relacionadas ao interesse da coletividade.

Exemplo contundente deste tipo de demonstração democrática ocorreu em várias partes do país, no ano de 2013, momento em que o povo, reunido nas ruas, protestou contra a corrupção da classe política, exigindo maior respeito à sua vontade soberana.

Além disso, não se deve desconsiderar o fato de que o avanço tecnológico nas telecomunicações, mais especificamente da internet tende a gerar modificações profundas na relação que o poder público mantém com os cidadãos. A exigência de transparência nas informações e a acessibilidade das ações do poder público em tempo praticamente instantâneo, ou ainda a capacidade de mobilização da cidadania em prol de algum objetivo comum, são exemplos que têm levado alguns a projetarem uma “ciberdemocracia”.

Mas também há muitas críticas ao sistema democrático representativo. A primeira delas diz respeito a incapacidade dos políticos de representarem com fidelidade as demandas dos eleitores. Outra crítica contundente, geradora do crescente desinteresse da população pela política, é o fato de existirem recorrentes casos de corrupção por parte daqueles que deveriam ser os primeiros a zelarem pelo interesse público, o que gera o fenômeno do abstencionismo e do déficit de confiança nas classes políticas

[3] A Audiência Pública é um instrumento de participação popular, garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulado por Leis Federais, constituições estaduais e leis orgânicas municipais. É um espaço onde os poderes Executivo e Legislativo ou o Ministério Público podem expor um tema e debater com a população sobre a formulação de uma política pública, a elaboração de um projeto de Lei ou a realização de empreendimentos que podem gerar impactos à cidade, à vida das pessoas e ao meio ambiente. São discutidos também, em alguns casos, os resultados de uma política pública, de leis, de empreendimentos ou serviços já implementados ou em vigor.

[4] Amici Curiae ou "Amigo da Corte". Intervenção assistencial em processos de controle de constitucionalidade por parte de entidades que tenham representatividade adequada para se manifestar nos autos sobre questão complexa que origina controvérsia constitucional, auxiliando os juízes a entender as diversas posições presentes nos chamados casos difíceis. Não são partes dos processos; atuam apenas como interessados na causa. Plural: Amici curiae (amigos da Corte).

4.2 Negra e política: um espaço de representações socioculturais

Diferentemente do que se costuma restringir, a representatividade negra não está exclusivamente no acesso de alguns determinados sujeitos/as ou imagens veiculadas, o seu sentido está relacionado à participação que transforma as estruturas e que procura romper com as normatizações perpetuadas pelo racismo nos mais diversos campos. Ou seja, esse conceito possui uma natureza política e ideológica que simboliza elaborarmos e desenvolvermos os nossos interesses, termos oportunidades de decisão e ocuparmos posições de poder para modificarmos as estruturas que sustentam os padrões hegemônicos racistas enraizados na nossa sociedade.

A relação entre o discurso e a representação é explicada por Stuart Hall (2016, p. 358) que nos diz: “Um discurso é uma forma de falar sobre ou representar algo. Ele produz conhecimento que molda percepções e práticas”

> Nós concedemos sentidos às coisas pela maneira como as representamos – as palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nela embutimos (HALL, 2016, p. 21)

Ao esboçarmos e constituirmos a nossa própria história arraigada no nosso conhecimento empírico e cultural, agimos em conformidade com políticas elaboradas e representadas por nós, o sentido de representatividade estará em dinâmica. É indissociável então considerarmos a representatividade, sem uma relação com os modos de representação, que potencializem esta representatividade e vice-versa. Do contrário fica impossível configurar formas de reação contra paradigmas que traduzem o controle de perspectivas nos espaços decisórios -, que pautam demandas que nos legitimam, justamente porque não estamos nesses espaços para garantirmos as nossas causas.

A representatividade de negros e pardos no Brasil no sentido de lugares de acesso, de inclusão e sobretudo de divisão dos privilégios ainda evidencia uma realidade racial totalmente inversa no nosso país e centrada na inferiorização do negro. Entre avanços, recuos e pausas, a presença de pessoas negras nos campos políticos, culturais, educacionais e sociais apresenta-se como num jogo de tabuleiro onde a meta é avançar as casas, todavia existem as variáveis que regulam o andamento do jogo e que, consequentemente, por vezes dificultam o progresso de alguns componentes em direção ao objetivo.

Para Hall (2000), a construção das identidades negras passa, necessariamente, pela forma como os negros são representados e como representam a si próprios nos mais variados discursos

A representatividade política negra é importante porque permite que os negros sejam os próprios porta-vozes em questões que afetam suas vidas. É importante ter políticos negros em posições de poder, que possam trazer perspectivas únicas e lutar por políticas que beneficiem e empoderem a comunidade negra. No entanto, a representatividade negra na política é limitada. A discriminação sistêmica e o racismo institucional impedem que muitos negros tenham acesso às oportunidades e recursos necessários para entrar na política. Além disso, a falta de visibilidade de políticos negros dificulta a sua participação na política.

Por fim, é fundamental que a sociedade se esforce para aumentar a representatividade negra na política. Isso inclui em programas de desenvolvimento político para líderes negros, aumentar a diversidade na mídia e apoiar campanhas políticas lideradas por negros. A representatividade negra na política é crucial a realização da justiça racial e para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Neste capítulo deve-se deixar claro que o conceito de representação política implica em relações imateriais e abstratas de difícil percepção para a maioria dos cidadãos, o que acaba criando distâncias entre representantes e representados, além de constituir-se em um território de disputas de sentido, daí sua recorrência no debate. Sobre este aspecto a análise de Castro e Ramos (2009) e bastante elucidativa:

> A representação política é possivelmente um dos fenômenos imateriais mais complexos da vida social. Aqueles que não executam a política diretamente, mas são inevitavelmente afetados por sua prática, desenvolvem visões em posições distantes de seus representantes e da maioria das instituições políticas. Esse arranjo afeta a imagem que fazem da política em geral e, em específico, influencia a forma como constroem seus próprios papéis no sistema representativo. A distância pode trazer como resultado algumas concepções que enfraquecem nosso ideal cívico – a aversão, a mistificação e a indiferença, por exemplo, podem afastar o cidadão ainda mais da esfera política (CASTRO; RAMOS, 2009, p. 57).

A representação política no Brasil é historicamente desequilibrada com a maioria dos políticos eleitos tendo origem socioeconômica e racial privilegiadas. Isso tem resultado em políticas públicas que não atendem às necessidades da população negra, pobre e rural.

> Os Estados que hoje habituamos a chamar de representativos são representativos porque o princípio da representação está estendido também a numerosas outras sedes onde se tomam deliberações coletivas, como são as comunas, as províncias (...). Em outras palavras, um Estado representativo é um estado no qual as principais deliberações políticas são tomadas por representantes eleitos, importando pouco se

> os órgãos de decisão são o parlamento, o presidente da república, o parlamento mais os conselhos regionais, etc. (BOBBIO, 1986, p.44, [1984])

A desigualdade racial também se reflete na representação política do Brasil, onde a presença de políticos negros é significativamente menor do que a sua representação na população. Além disso, as mulheres negras são ainda menos representadas na política, o que reforça a discriminação múltipla e sistêmica que enfrentam. Dessa forma, "a lógica do exercício do poder baseia-se na função de representação: o eleito está vinculado por um mandato dos seus eleitores, pressupondo-se que procurará satisfazer as suas expectativas ou as promessas que apresentou e que motivam os votos que recebe. (AGUIAR, 1988, p.59)".

A filósofa política Djamila Ribeiro, em seu livro "O que é lugar de fala?" (2017) faz questionamentos quanto aos assuntos sobre os quais nos autorizam falar, caso tenhamos voz, usando como exemplo uma travesti negra: "para uma travesti negra, por exemplo, é permitido que ela fale sobre Economia, Astrofísica ou só é permitido que fale sobre temas referente ao fato de ser uma travesti negra?" (pág. 77). A autora nos alerta para o fato de todos termos lugaresde fala, que é diferente de representatividade, e que todos os assuntos precisam ser abordados por todos os grupos, desde que reconheçam os lugares de onde falam: de privilégio ou de opressão. No entanto, os grupos privilegiados incomodam-se com as vozes emergentes, pelo medo de deixarem de ser únicos.

Representar a partir da política é, neste sentido, um ato de resistência que contrapõe o discurso colonialista. Falar sobre o outro envolve fascínio e contestação, nas palavras do sociólogo jamaicano Stuart Hall. No livro "Cultura e representação", traduzido para o português em 2016, o autor problematiza a prática representacional estereotipada da população negra, em diversos meios, como por exemplo a publicidade, as reportagens jornalísticas, filmes e revistas, na cultura britânica. Mas que poderiam ser facilmente encontradas em outras culturas. Teria esta prática sofrido alguma mudança desde o período da escravidão? A contestação das imagens negativase produção de representações mais positivas sobre homens e mulheres negros, é o que busca oautor no capítulo "O espetáculo do outro", do livro "Cultura e representação".

A cultura ocidental traz diversas representações marcadas pela diferença racial, em anúncios e na publicidade de mercadorias, por exemplo. O "outro" exótico é espetacularizado e imortalizado em rótulos de diversos produtos, com representações simplificadas e racistas, apartir das características físicas como lábios grossos, cabelo crespo, rosto e nariz largos.

5 DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA: UMA RELAÇÃO DE MUITAS FACES, CONEXÕES E TENSÕES

5.1 Escopo da Análise

A ciência moderna se situa na sociedade ocidental como o único mecanismo de desnudar a realidade, entretanto esse excesso de confiança atribuído a essa detentora da verdade, revela-se incapaz de resolver. problemas fundamentais que atingem a sociedade como: pobreza, fome miséria, assim a ciência caminha sem soluções para esses problemas. Dessa forma:

> A cientificidade, portanto, tem que ser pensada como uma idéia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos. A história da ciência revela não um a prior", mas o que foi produzido em determinado momento históricos com toda a relatividade do processo de conhecimento (MINAYO 2009, p. 11)

Neste sentido, pode-se compreender que a ciência trabalha com o conceito de devir, no entanto, em se tratando das ciências sociais não podemos conceber a cientificidade apenas com normas e regras preestabelecidas, pois o objeto das ciências sociais é histórico, uma vez que cada sociedade se particulariza por sua forma de organização e relação estabelecida em um determinado espaço, o que as toma distintas um das outras.

Em se tratando de pesquisa nas ciências sociais, deve-se atentar para forma metodológica adequada para reconstruir teoricamente as relações, os símbolos e a tela de significados presentes na realidade social. Nesse sentido, a metodologia reconstrói a teoria de significados da realidade social, é o caminho que se percorre para articular teoria e conhecimento empírico.

> Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem. (o método), aos instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade) (MINAYO, 2009, p. 14)

De acordo com a formatação do trabalho delineado pelo problema proposto, a metodologia privilegiada para o desenvolvimento do trabalho foi a pesquisa qualitativa, uma vez que possibilitou desvelar os significados que estavam intrinsecamente ligados às ações das mulheres do Curiaú Vale ressaltar que "o sociólogo não pode ignorar que é próprio de seu ponto de vista ser um ponto de vista sobre um ponto de vista" (BOURDIEU, 1997, p.89)

Nesta perspectiva a pesquisa qualitativa tem sido resgatada nas ciências: sociais, por considerar que ela abarca uma relação inseparável entre o mundo natural e o social, entre

o pensamento e a base material, entre a ação de homens e mulheres enquanto sujeitos históricos e as determinações que os condicionam, entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos pesquisados. Esta forma de abordagem tem sido valorizada, uma vez que trabalha com o universo de significados, representações, crenças, valores, atitude e que aprofunda um lado não perceptível das relações sociais e permite a compreensão da realidade humana vivida socialmente.

Em todo estudo é fundamental projetar o caminho que será cursado no desenvolvimento da pesquisa, mesmo sabendo que, por vezes, esse planejamento é modificado no decorrer do processo (MATOS; VIEIRA, 2001, p.21)

Nesta perspectiva, pensar sobre os procedimentos (técnicas) utilizados para coleta dos dados é indispensável para posteriormente descrever os resultados da pesquisa a partir de sua utilização. Dessa maneira, para situar a metodologia neste trabalho, pode-se utilizar a acepção de Minayo (1996) quando afirma que esta caracteriza como um caminho e um instrumento para a abordagem da realidade, que articula as concepções teóricas os conjuntos das técnicas que possibilitam a apreensão da realidade.

Este estudo tem um objetivo de perceber de uma forma mais profunda as como ocorrem as práticas políticas no quilombo do Curiaú relacionadas a criação das associações comunitárias e os processos de segmentação política oriundas dessa prática.

Em relação ao método, seria limitador escolher apenas um, pois se trata de um objeto de pesquisa multifacetado. O objeto apresenta elementos que não seriam adequadamente compreendidos com apenas um método. Estão presentes as temáticas do estudo currículo, políticas públicas, ensino superior, relações étnicas- raciais, racismo e ensino jurídico.

Primeiramente buscou-se como marco norteador o levantamento bibliográfico, objetivando instrumentalizar a interpretação do tema proposto através de um processo de enquadramento teórico relacionado ao conceito de quilombo, racismo, Estado, representatividade política.

O método histórico também foi empregado na pesquisa, uma vez que esse método permite uma enorme possibilidade de análise de organizações das sociedades e das instituições, permitindo compreender a dinâmica histórica da evolução, transformação e permanências das categorias analíticas: quilombo, racismo, representatividade política, democracia dessa forma:

> O método histórico compreende a passagem da descrição para a explicação de uma situação do passado, segundo paradigmas e categorias políticas, econômicas, culturais, psicológicas, sociais, entre outras. Ele consiste na investigação de fatos e

> acontecimentos ocorridos no passado para verificar possíveis projeções de sua influência na sociedade contemporânea (FACHIN, 2006, 41)

Assim, em um primeiro momento fez-se uma um levantamento bibliográfico para conhecer as produções acerca do tema, envolvendo todas as fontes bibliográficas sobre a temática estudada (jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses). Esse tipo de estudo é muito comum e reflete uma boa parte das pesquisas desenvolvidas na pós-graduação, já que é uma forma de investigação com menor custo e que recruta menos estratégias logísticas durante seu processo de execução (VIANELLO, 2008).

A pesquisa bibliográfica escolhida para a dissertação foi a integrativa, pois essa admitiu a inclusão de diversos métodos e estabeleceu um instrumento da prática baseada em evidência. Foi realizada com ampla busca de dados (literatura teórica e empírica); utilizou critérios de inclusão e exclusão de artigos e instrumento de coleta de dados; seus propósitos foram: definir conceitos, rever teorias e evidências, e analisar problemas metodológicos de uma questão particular (VIANELLO, 2008). Objetivou com esse levantamento compreender o tema sob um novo aspecto, levando a conclusões inovadoras.

5.2 Categorias de Entrevistados

Durante o momento de das entrevistas buscamos respeitar o tempo do entrevistado, seu cotidiano, seus afazeres e, acima de tudo, sua trajetória de vida, foi possível aprender a esperar, retornar outras vezes e conviver um pouco mais no quilombo do Curiaú. Vivenciar esses momentos, seja na produção da farinha na casa da família Ramos as quintas feiras, no jogo de futebol de futebol das mulheres nas segundas feiras. Captar cada imagem e gravar os áudios sem invadir a privacidade dos(as) entrevistados(as), descobrir que as memórias do passado, a organização política, as discussões, as tensões e conflitos.

Na primeira fase da pesquisa de campo, iniciamos o primeiro contato com a Comunidade Quilombola do Curiaú em, em 13 dezembro de 2022. A escolha por essa comunidade não foi algo aleatório, pois a sua proximidade com a capital da cidade de Macapá facilitou o acesso e permitiu uma economia na pesquisa, o que garantiu a viabilidade da investigação.

Decorreram alguns momentos de expectativas, pois ali se estabelecia nosso primeiro contato com os representantes da Comunidade Quilombola Curiaú. O principal desafio foi adquirir a confiança da comunidade, pois passaríamos um período de pelo menos 6 meses de experiências de convivência com os moradores dessa comunidade.

Posteriormente, apresentamos o projeto da pesquisa do mestrado para Antônia Ramos e as demais lideranças da comunidade e representantes das associações de moradores e da associação de mulheres. Percebemos um clima de acolhimento entre os integrantes das Famílias Ramos e Silva, apenas um dos membros questionou: “para que serviria a pesquisa? E se não era coisa do governo, pois os mesmos estavam cansados de promessas”. Diante dos questionamentos do quilombola, surgiu a preocupação do papel das pesquisas acadêmicas realizadas nas comunidades quilombolas e o possível retorno que isso produzirá no cotidiano dessas pessoas. Posto isso, realizamos os esclarecimentos referentes ao objetivo do estudo e respondemos algumas dúvidas sobre porque deveríamos investigar, entrevistar os moradores da comunidade.

Posteriormente, finalizamos esses contatos com as lideranças da comunidade quilombola do Curiaú reorganizamos o cronograma de atividades do projeto elaborado ainda em 2020 e traçamos um novo plano de metas na execução da pesquisa de campo, no qual definimos: a) Entrevistar os (as) idosos (as) e lideranças das comunidades; b) Conhecer organização política dos moradores; c) Mapear as atividades da associação de mulheres; d) Captar imagens, vídeos e áudios das atividades políticas, reuniões, assembleias; e) Vivenciar e participar das experiências, produção das multiterritorialidades e deslocamentos dos membros das comunidades quilombolas.

Para a coleta das informações: a observação participante (trabalho de campo), as entrevistas em profundidade (semi-estruturadas) e a técnica da observação participante.

A pesquisa participativa como procedimento mais científico do que a pesquisa tradicional, pois a participação da comunidade facilita a análise mais precisa da realidade social (BARBIER 2002, p. 16).

As atividades de investigação foram desenvolvidas na comunidade com os moradores da comunidade que facilitou conhecê-los em seu próprio espaço, abrindo um caminho de entrada do investigador na comunidade. "Definimos observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica (MINAYO, 2009, p. 11)

Dada as limitações das entrevistas e a suscetibilidade da apreensão fidedigna da relação entre teoria e prática dos sujeitos envolvidos, considerar-se-á os depoimentos desses sujeitos, a fim de explorar o conjunto das opiniões e representações sociais sobre como ocorrem as práticas políticas no quilombo do Curiaú relacionadas a criação das associações comunitárias e os processos de segmentação política oriundas dessa prática.

O universo amostral dos informantes está compreendido em uma larga faixa de idade, indo de 20 a 80 anos, sendo que esses extremos são representados por pessoas do sexo feminino e masculino, e pertencentes ao Curiaú de Dentro, enquanto de um outro lado um grupo de moradores pertencentes ao Curiaú de Fora, ou seja, aos dois locais de estudo. A idade média geral das entrevistadas foi de 40 anos.

Foram realizadas 20 entrevistas, sendo 14 em Curiaú de Fora e 6 em Curiaú de Dentro. Todas os entrevistados foram visitados pelo menos três vezes sendo sempre no primeiro encontro realizado as devidas apresentações, com exposição dos objetivos do trabalho. Foi aplicado em cada domicílio um formulário, para coleta de dados sócio-econômicos.

Essa amostra da pesquisa foi feita com os moradores das Vilas de Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora, sendo a "população-alvo", aquela que se localizava abrangida nas vilas de maneira mais direta, representada por diversos atores sociais. A "população amostrada" foi constituída de frações desses atores, que foram selecionados de forma aleatória, pois como cita Minayo (1992), a amostragem boa é aquela que possibilita a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

A faixa etária mais frequente for entre de 31 - 35 anos, com 7 informantes (16,67%), seguidas pelas faixas etárias de 26-30 anos e 41-45 anos, com 6 informantes cada um (14,29%) A faixa de idade mais jovem de 20 -25 anos, veio logo a seguir, com 5 informantes (11.90%), apresentando uma boa representatividade. O grupo com a maior faixa etária foi de 76-80 anos, que apresentou 2 informantes (4,76%), sendo uma das mais baixas.

Na amostra em estudo, 14 moradores são alfabetizados, 1 com curso superior incompleto (em fase de conclusão), 3 com curso superior completo e 2 não alfabetizadas.

Quadro 1 - Característica diversificada das informantes

(continua)

informante	idade	estado civil	profissão	rendimento familiar (aproximadamente)	escolaridade	atuação
Informante 01	20	solteira	vendedora	R$ 800,00	Ensino médio completo	Associado a associação de moradores
Informante 02	22	solteira	vendedor	R$ 1300,00	Ensino médio completo	Associado a associação de moradores
Informante 03	23	solteira	vendedora	R$650,00	Ensino médio incompleto	Associado a associação de moradores

Quadro 1 - Característica diversificada das informantes

(continua)

informante	idade	estado civil	profissão	rendimento familiar (aproximadamente)	escolaridade	atuação
Informante 04	24	solteira	diarista	R$600,00	Ensino médio incompleto	Associado a associação de mulheres
Informante 05	25	solteira	diarista	R$980,00	Ensino médio incompleto	Associado a associação de mulheres
Informante 06	26	casada	vendedora	R$1300,00	Ensino médio completo	Associado a associação de mulheres
Informante 07	29	casada	técnica-enfermagem	R$1300,00	Ensino médio completo	Associado a associação de mulheres
Informante 08	29	casada	secretária	R$1300,00	Ensino médio completo	Associado a associação de mulheres
Informante 09	30	solteira	Funcionária pública	R$2800,00	Ensino superior completo	Associado a associação de mulheres
Informante 10	31	solteiro	professor	R$2600,00	Ensino superior completo	Associado a associação de mulheres
Informante 11	31	solteiro	professor	R$2800,00	Ensino superior completo	Associado a associação de mulheres
Informante 12	31	casado	agricultor	R$1000,00	analfabeto	Associado a associação de moradores
Informante 13	32	solteira	agricultora	R$2800,00	Ensino superior completo	Associado a associação de moradores
Informante 14	35	solteiro	professor	R$3500,00	Ensino superior completo	Associado a associação de moradores
Informante 15	35	solteira	servente	R$800,00	Ensino médio incompleto	Associado a associação de moradores

Quadro 1 - Característica diversificada das informantes

(conclusão)

informante	idade	estado civil	profissão	rendimento familiar (aproximadamente)	escolaridade	atuação
Informante 16	35	solteiro	vigilante	R$850,00	Ensino médio incompleto	Associado a associação de moradores
Informante 17	60	casado	vigilante	R$1500,00	Ensino médio incompleto	Morador antigo
Informante 18	68	casado	agricultora	R$1200,00	Ensino médio incompleto	Morador antigo
Informante 19	70	casada	Benzedeira/ parteira	R$1500,00	Ensino médio incompleto	Morador antigo
Informante 20	80	viúva	parteira	R$1200,00	Ensino fundamental incompleto	Morador antigo

Fonte: Elaborado pela autora

Foi determinado como sujeitos da pesquisa 20 (vinte) moradores da comunidade do Curiaú das vilas de Curiaú de dentro e Curiaú de. Esta opção dos sujeitos da pesquisa se justifica pelo fato desse grupo social, participar da organização/participação política na comunidade, está inserido no contexto das particularidades do cotidiano dos moradores que convivem em meio ao tradicional, carregaram valores culturais que "tomado em seu amplo sentido etnográfico este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade". (GEERTZ, 1978, p. 33). Partindo do pressuposto que o objetivo central da pesquisa é analisar a como ocorrem as práticas políticas no quilombo do Curiaú relacionadas a criação das associações comunitárias e os processos de segmentação política oriundas dessa prática, a partir da complexidade de suas vidas, das relações conflituosas entre as diferentes marcas que compõem suas identidades, e das relações de poder que decorre sua construção, não haveria melhor modo de reconhecer os detalhes da vida de cada morador quilombola a não ser por meio da pesquisa qualitativa. Foi utilizada a entrevista semiestruturada, que foi orientada pelos pontos de interesse da pesquisa e fez com que as depoentes falassem livremente sobre o assunto.

Na expectativa de compreender como ocorrem as práticas políticas no quilombo do Curiaú relacionadas a criação das associações comunitárias e os processos de segmentação política oriundas dessa prática, se delimitou como campo de investigação a comunidade

quilombola do Curiaú, uma vez que está em conformidade com os desígnios constituídos pela pesquisa, que são: explorar a relação entre Estado, nação e racismo; descrever o problema do racismo e da representatividade política no Brasil; analisar as práticas políticas no Quilombo do Curiaú e os processos de segmentação política e representatividade política; compreender as noções de atividade política, representatividade e racismo dos moradores do quilombo do Curiaú.

Durante as pesquisas uma entrevistada que é representante da associação de mulheres quando perguntada sobre participação dos moradores na comunidade ela afirmou que:

> Quando eu chamo assembleia vem todo mundo participa. E olha pelo quantitativo de pessoas quando se faz um evento desse, né? Seria o ideal que a gente pudesse contar. Pelo menos 50% não vem. O povo ainda é um pouco acomodado. O povo é bom de briga. O povo é bom de reclamar, de criticar. Mas no momento que a gente chama, como aconteceu recente, uma palestra com os órgãos ambientais sobre poluição sonora, o que está acontecendo muitas vezes dentro do Curiaú. Quem deveria estar lá para escutar não vê que é o dono de baile que estão fazendo festa? O pessoal que constantemente faz festa. Essas pessoas precisariam estar para escutar as leis que as leis estão mais severas. Mas eles não falam, não participa, que é para justamente depois dizer que não sabe pra ter desculpa, né? Então eles participam quando é conveniente, porque quando tem a entrega da cesta básica, você gosta de ver a casa cheia. Quando tem alguma ação solidária, vai receber benefício e casa cheia. Agora, quando é pra contribuir com eles, ver, escutar para melhoria, não é casa cheia. Poucos veem que pode isso também. Depois ficar como a gente setor, ficar apontando o dedo. Ah, eu não estava lá, eu não escutei. É mais fácil eu dizer a minha versão do que de fato aconteceu, porque eu (R.R moradora do quilombo).

Observa-se a partir dessa citação que os moradores estão ativos na participação política, atuando nas questões da comunidade, buscando trabalho, políticas públicas, lazer e melhorias para o quilombo. Essas narrativas são carregadas de emoções e luta, bem como, reforçam que a luta é uma constante para o povo negro, visto vão da invisibilidade a ação política, sendo passadas geração após geração entre os moradores do quilombo. São ações e práticas que se mantêm pela aceitação coletiva, pela tradicionalidade, pela dinamicidade e pela funcionalidade que exercem na comunidade.

Para conhecer um pouco mais da história e da organização política da comunidade do Curiaú, a fim de contextualizarmos o cenário onde se deu a construção da pesquisa, bem como, situar o leitor dos caminhos percorridos durante a instrumentalização e coleta dos dados, perguntamos na entrevista sobre quem pode ser um associado da associação? Assim, obtemos a seguinte afirmação:

> uma vez que o Curiaú tem o título de domínio, ele é titulado. Ele é reconhecido na Fundação Palmares como quilombo de fato de Direito. Então ele tem o título de quilombo, o quilombo vem ser uma instituição coletiva, onde a gente pode fazer, quanto quilombola descendente e remanescente, pode ter

> um pedaço, o que diz o regimento, de acordo com a metragem, porque o fato de ele ter o título, ele tem de mitos, tem metragem. Então é dado um termo de concessão para as pessoas também com a metragem a qual ele vai ocupar. Mas ele não é dono da terra, ele é dono da edificação que ele constrói, que a terra é coletiva. (Morador J.P 39 anos)

Nas palavras do quilombola J.P, a participação dos membros da comunidade na associação de moradores fortalece a resistência da comunidade quilombola, principalmente para fortalecer o território, formas de resistências: manifestações religiosas e culturais nas comunidades quilombolas. No decorrer do período de vivência na comunidade, constatamos que os descendentes do Curiaú convivem em harmonia na comunidade.

Quando questionamos sobre a relação que os moradores possuem com a terra? A resposta foi que:

> uma vez que o Curiaú tem o título de domínio, ele é titulado. Ele é reconhecido na Fundação Palmares como quilombo de fato de Direito. Então ele tem o título de quilombo, o quilombo vem ser uma instituição coletiva, onde a gente pode fazer, quanto quilombola descendente e remanescente, pode ter um pedaço, o que diz o regimento, de acordo com a metragem, porque o fato de ele ter o título, ele tem de mitos, tem metragem. Então é dado um termo de concessão para as pessoas também com a metragem a qual ele vai ocupar. Mas ele não é dono da terra, ele é dono da edificação que ele constrói, que a terra é coletiva. (Morador M.P – 43 anos)

É evidente que a certidão de autodefinição quilombola não resolveu os problemas da comunidade, mas esse documento passou a inspirar ainda mais a resistência desse núcleo familiar quilombola.

Sobre a estrutura da formação do quilombo do Curiaú indagamos: Existe uma confusão muito grande, para quem não conhece o Curiaú, entre a APA e o quilombo? E quais são as comunidades?

> A APA é bem maior, porque o quilombo ele se limita, o quilombo do Curiaú, uma área geográfica, com limite à limitação. Tem os marcos em torno, esse limite territorial é o quilombo.
> Aí tem o Curralinho, tem Casa Grande e tem outras comunidades que pertencem à APA.
> A APA é a área de proteção ambiental, a qual ela contempla essas comunidades. Tem Casa Grande, tem Curiaú, tem Curralinho e tem outras que eu não recordo para eu citar (Moradora C.P 29 anos)

Nessa cartografia das comunidades quilombola do Curiaú. Procuramos entender as relações sociais, a religiosidade e cultura existentes nessas comunidades. Nessa perspectiva, buscamos produzir o mapeamento das comunidades quilombolas fundamentados no pensamento de Almeida (2013), que leva em consideração a pluralidade de entradas e descrição aberta, com a participação de membros das comunidades que apontaram os trajetos

e os limites de cada território tradicionalmente ocupado. Nas palavras do quilombola, é possível constatar o seu pertencimento ao lugar. Apesar do espaço exíguo, o núcleo familiar permanece nesse território tradicionalmente ocupado.

Uma constatação durante a pesquisa foi o papel de liderança política que a mulher quilombola exerce, visto que na fala da entrevistada o poder feminino é presente na comunidade:

> Eu vejo as mulheres daqui com muita liderança, autonomia (...) porque olha as lutas aqui quem encabeça são mulher, porque na igreja é as mulheres que estão na frente, associação também e ainda quando tem reunião são as mulher que também vão convidar para tudo (Moradora da comunidade, 29 anos)

Assim, pela fala da moradora a ideia de que as mulheres quilombolas são ativas e conquistam os espaços deixados pela inercia dos homens em decidir sobre os acontecimentos da comunidade.

No questionamento sobre diligência perante algum órgão, prefeitura, Estado, governo federal, a senhora assinou na Assembleia antes de fazer esse pleito?

> Não, nem toda vez se faz necessário. Porque nós estamos com uma condução agora para que a gente vá a CTMAC solicitar uma resolução para a questão do ônibus. Então se faz necessário levar algumas pessoas com uma comissão, não tem que necessariamente ir à Assembleia. Assembleia são umas questões mais profundas, em que envolve patrimônio, em que envolve algumas decisões coletivas.

Verificamos que a falta de acesso às políticas públicas, sejam elas de caráter geral ou diferenciadas e, ainda, a caracterização das famílias como invasoras de seus próprios territórios, denunciam o racismo estrutural. Diante dessa conjuntura, as comunidades quilombolas encontraram formas de resistências para manterem suas tradições e reafirmarem a sua existência nas manifestações religiosas e culturais. A proposta de discutir as políticas públicas nas comunidades quilombolas acabou revelando a realidade enfrentada por cada uma delas no que se refere à inexistência de alguns serviços e o acesso aos equipamentos públicos.

No tocante a representatividade buscou-se saber se existe algum político, ou se vocês já tentaram eleger algum representante como vereador, ou se vocês têm algum político que vem tentar representar os anseios da comunidade quilombola?

> A gente busca. A gente teve vários candidatos agora, que levantaram a bandeira quilombola, mas ninguém veio reunir com a comunidade e dizer, a gente precisa do apoio e a gente vai fechar com vocês. Nós procuramos um candidato e que ele não chegou e que se ele chegasse, a gente pediu que ele providenciasse políticas públicas para aplicar aqui. dentro. Como ele não chegou, a gente não pode nem correr atrás dele, porque ele não vai ter essa cadeira, essa representatividade lá. Porque uma vez que tem a representatividade, é mais fácil de chegar com o nosso governante para trazer, né? (Moradora B.S 39 anos)

Essa afirmação demostra que existe uma crescente valorização e respeito sobre a representatividade que os quilombos possuem, não só para os afrodescendentes, mas pra toda sociedade, contemplando diferentes campos como, por exemplo, social, político e cultural, se configurando como um espaço de resistência de ato políticos e de lutas de um povo que não se renderam mais a escravidão.

Ainda sobre política se questionou qual a importância de um quilombola representando na política os moradores do Curiaú?

> Seria ótimo, porque teríamos oportunidade de ter políticas públicas aqui. Porque fica mais fácil de trazer as políticas públicas para cá quando a gente tem um representante dentro de uma assembleia (Morador, 32 anos)

Essa fala verbalizada pela moradora destaca que as causas defendidas pela comunidade do Curiaú, além de ter limitadas oportunidades de acesso ao debate no âmbito das instituições legislativas, devido à reduzida representatividade política, também vem perdendo espaço no debate público.

A distância que se interpõe entre representantes e representados no que concerne aos grupos de interesses constituídos no segmento negro quilombolas do Curiaú evidencia a fragilidade e mesmo a ausência de vínculos entre eleitos e eleitores neste segmento.

5.3 Resultados e Discussão

Depreende-se como um fator que se converte em poder dos moradores da comunidade da comunidade do Curiaú a transformação de seu território em área de quilombo, se transformando assim como um elemento de luta pela sobrevivência de seus saberes como comunidade quilombola (principalmente pelas mulheres como guardiãs da cultura). Desse modo registra-se que os moradores da comunidade lutam pela defesa pela da terra como um conjunto de saberes tradicionais a ser preservado e perpetuado por futuras gerações

Na pesquisa de campo constatou-se que a comunidade do Curiaú é estabelecida basicamente por população negra rural que se auto-define a partir das relações com a terra, do parentesco, do território, da ancestralidade. tradições e práticas culturais próprias, isto se converte em uma rede de significados que envolvem os quilombos. "Os quilombolas são descendentes dos escravos negros que sobrevivem em enclaves comunitários, muitas vezes antigas fazendas deixadas pelos antigos proprietários" (DIEGUES, 2002, p. 148). Sua

formação, portanto, é considerada recente, se comparada a outras populações tradicionais, principalmente a indígena.

O conjunto de costumes e valores retrata muitas vezes a forma de ser e de viver de uma determinada comunidade, de modo que esse conjunto funciona também como uma identidade cultural. O modo como realizam seus cultos, suas atividades produtivas e relacionam-se entre si, respeitando normas sociais não institucionalizadas que conduzem ao comportamento dos indivíduos, retrata-se que o papel de participação na comunidade do Curiaú é um elemento selador para a continuidade dessas práticas.

Assim, existem vários poderes, que estão do campo da ordem simbólica, que fazem parte da identidade cultural das mulheres quilombolas ruralistas do Curiaú que perpassam por sua organização política, trabalho e liderança dentro da comunidade, sem contar com as funções de procriar, cuidar dos filhos e da família, pois se vê que:

> O momento de sobreviver é o momento do poder. £ no âmbito da luta pela sobrevivência que se evaporam integridade e a dependência das mulheres negras naturalistas Mulheres sofrida calejadas, envelhecidas pela dureza da vida e ressecadas pelo sol escaldante que o dia-a-dia, cortam com machado, encovam, plantam, capinam e colhem. A elas estão designadas as tarefas das mais Tevês", do trabalho da roça (PINTO, 2004.p.16)

Isso se ratifica no cotidiano, pois a participação da mulher quilombola do Curiaú no campo familiar possui uma sólida influência nas decisões familiares. a vivência de maior participação financeira dessa mulher na renda familiar, a aquisição de espaços prioritariamente masculinos, a busca de maior qualificação e maior nível escolar que os homens quilombolas e um aumento progressivo da participação feminina nas organizações, associações e grupos comunitários do Quilombo do Curiaú possibilitam à mulher quilombola, maior capacidade de decidir sobre a própria vida e sobre a vida de todas e todos e na comunidade.

A associação contribuiu para as mulheres questionarem seus papéis sociais no âmbito familiar, uma vez que os encontros que elas participam fora comunidade favorecem que elas possam fazer uma releitura de sua condição de mulher. Ratifica-se essa afirmativa pela de uma pesquisada:

> Depois que eu comecei a participar das reuniões da associação mudou muito minha relação com meu marido, quando ele fala que eu tenho obrigação de cuida da casa, eu falo, obrigação não, quando eu tive tempo, depois do trabalho, da escola, porque depois que eu me associei eu voltei a estuda. Eu to estudando di novo (informante 3-C S. R 42 anos)

No Curiaú existem outros movimentos sociais atuando como convém citar a Associação de Moradores- onde as mulheres participam ativamente, o Grupo de Idosos do Quilombo do Curiaú, também conta com uma expressiva atuação das mulheres e as "Provocantes um movimento de mulheres da comunidade que faz frente com a Associação de Mulheres quando está sob o comando da família Ramos e como elas pertencem a família Silva, elas realizam um boicote às ações da (AMMVCQC).

As "provocantes" assumiram a presidência da AMMVQC, a mais de três anos, esse movimento atua na valorização da cultura, organiza o campeonato de futebol feminino e participa das atividades religiosas. Foi notado no trabalho de campo que as atividades da AMMVQC estão inativas, assim como o "grupo de jovens que através da prática da capoeira se reuniam para discutirem os sociais e reacender nos jovens as manifestações culturais que sendo perdidas, através de aulas com os instrumentos musicais nas festas tradicionais, paralisaram suas atividades.

Retratou-se que a cultura local é conduzida através da oralidade. Como essa propagação de saberes, através da oralidade, é constante isso faz com que se normatize internamente, esta acaba se transformando na própria prática social instituída como padrão de funcionamento interno do grupo. Isso se revela como um processo de difusão da sabedoria que sua essência é considerada tradicional. Trata-se, em consonância com o pensamento de Geertz (1997. 249), do conhecimento prático dos aspectos da natureza", assim como do conhecimento empírico das práticas cotidianas que é transmitido através das próprias práticas.

Os cantos e as festas são muito exaltados dentro da comunidade, e as mulheres desempenham um papel fundamental para a manutenção dos costumes dentro da APA do Curiaú são elas, a grande maioria nas rodas de batuque. As festas são narradas com muita alegria por todas as entrevistadas Até mesmo as que não dançam, não deixam de ir, uma juntam-se à roda, outras engrossam o coro dos cantos e das ladainhas Isso se revela que a cultura oral desempenha uma função social, seja de difusão de saberes, seja de conservação de práticas e rituais culturais e religiosos Assim, todo esse conjunto de saberes que Diegues nomeia de tradicional, dentro de um campo teórico, e Geertz(1997) de local, em outro campo, via de regra é produzido e reproduzido, recebido e transmitido, ou seja, sua circulação ocorre de forma estritamente oral.

Como tradição na comunidade tem-se o Batuque e o Marabaixo que são marcados por danças e ritmos diferenciados, trata-se de uma manifestação folclórico-religiosa que ocorre, tradicional e exclusivamente, em festividades religiosas em louvor aos santos que as comunidades são devotas, como em Curiaú nas festas de São Joaquim, a maior e mais

importante, por tratar-se do padroeiro; São Sebastião; São Lázaro, Santo Antônio; Nossa Senhora da Conceição e São Tomé. O Dia de Santa Maria, no entanto, é festejado com Marabaixo. Têm lugar após as atividades religiosas, como a novena, e ladainha, sempre rezada em latim, ou a folia, no caso de São Joaquim. A dança é estimulada com muita bebida, especialmente a gengibirra (uma mistura de cachaça com gengibre) e a cerveja. O Batuque, tal qual o Marabaixo, ocorre exclusivamente em comunidades, localidades e bairros (Laguinho e Santa Rita, antiga Favela) de histórica e tradicional concentração de população negra.

Como preservação da herança cultural da identidade negra, faz parte desse universo multicultural da comunidade realizar no decorrer de cada ano, festas e comemorações de datas religiosas. Essas comemorações congregam elementos avaliados como profanos, exemplificando esta assertiva é o caso do Batuque e do Marabaixo. Tem-se como práticas religiosas a ladainha em latim e a folia. Segundo entrevista na comunidade, a senhora Antônia Ramos, informou que a maior parte da população do Curiaú se declara pertencente à religião católica e as festividades homenageiam santos padroeiros.

O padroeiro da comunidade é o São Joaquim do Curiaú, esse festejo de homenagem ocorreu durante dez (10) dias, que vão de 09 a 19 de agosto, isto se revela como um exemplo de sincretismo presente nas práticas culturais da comunidade. Nesta prática as pessoas reúnem-se para cantar sob a benção católica as ladainhas.

O Batuque é considerado na comunidade como um instrumento de grande representatividade entre os festejos culturais. Um dos principais eventos do Estado do Amapá é o Marabaixo que acontece em homenagem à Santíssima Trindade e ao Divino Espírito Santo. A reminiscência do Marabaixo foi atravessada pelos escravos para os seus descendentes e seu caráter ritualístico envolvente, decorre da relação com as celebrações da Semana Santa e da origem negra enraizada na África (MORAIS, 2007). No Curiaú os festejos do Marabaixo ocorrem de 30 a 31 de maio em louvor a Santa Maria. Para garantir o vigor dos dançarinos é servida uma bebida chamada gengibirra, que é feita de gengibre ralado, cachaça e açúcar

Curiaú é um lugar politicamente organizado. Seus habitantes são profundamente devotos de várias imagens católicas e tradicionalmente festejam com fé e veneração. Inclusive, essa vocação festeira de suas comunidades, foi o meio encontrado para preservar, através de comemorações religiosas, a herança afro. Marcadas pelo sincretismo religioso, suas comemorações conjugam elementos profanos, tais como o Batuque e o Marabaixo, com rituais religiosos, como as Ladainhas em latim, a Procissão e a Folia (CANTO, 1980).

Na comunidade do Curiaú, assim como ocorre em outras comunidades da Amazônia, as construções culturais dos papéis sociais exercidos por homens e mulheres são abrangidas por aspectos de costume simbólico que conferem bloqueios e interdições. Por isso, isso chama atenção na prática da produção da farinha. Trata-se de fato que a mulher na agricultura representa 'perigo' para a terra quando está no período menstrual. Por isto, é em muitas ocasiões afastada da atividade, de forma parcial ou total, como se pode observar na seguinte fala quando a mulher tá naqueles dias (risos), ela não pode pegar na mandioca, então ela não vai para fabricação da farinha, sinão a terra não presta mais, e também não pode ir pro rio, porque tem o Encantamento (1, R, S, 26 anos moradora da Vila de Curiaú de Fora)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No resgate a contribuição da população negra e afro-brasileira na história do Brasil, pode-se compreender a relevância e urgência do desenvolvimento de pesquisas como esta, quanto ao tocante da visibilidade de novos sujeitos sociais que precisam ser reparados e que se promova a equidade social, histórica e econômica.

Detectou-se na comunidade do Curiaú, através desse estudo uma forte liderança familiar, cultural e política das mulheres do Curiaú. Elas buscam um maior nível de escolaridade que homens, participam na renda e reivindicam políticas públicas para a comunidade.

Dada as limitações das entrevistas e a suscetibilidade da apreensão fidedigna da relação entre teoria e prática dos sujeitos envolvidos, considerar-se-á os depoimentos desses sujeitos, a fim de explorar o conjunto das opiniões e representações sociais sobre como ocorrem as práticas políticas no quilombo do Curiaú relacionadas a criação das associações comunitárias e os processos de segmentação política oriundas dessa prática.

O universo amostral dos informantes está compreendido em uma larga faixa de idade, indo de 20 a 80 anos, sendo que esses extremos são representados por pessoas do sexo feminino e masculino, e pertencentes ao Curiaú de Dentro, enquanto de um outro lado um grupo de moradores pertencentes ao Curiaú de Fora, ou seja, aos dois locais de estudo. A idade média geral das entrevistadas foi de 40 anos.

Foram realizadas 20 entrevistas, sendo 14 em Curiaú de Fora e 6 em Curiaú de Dentro. Todas os entrevistados foram visitados pelo menos três vezes sendo sempre no primeiro encontro realizado as devidas apresentações, com exposição dos objetivos do trabalho. Foi aplicado em cada domicílio um formulário, para coleta de dados sócio-econômicos.

Essa amostra da pesquisa foi feita com os moradores das Vilas de Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora, sendo a “população-alvo”, aquela que se localizava abrangida nas vilas de maneira mais direta, representada por diversos atores sociais. A “população amostrada” foi constituída de frações desses atores, que foram selecionados de forma aleatória, pois como cita Minayo (1992), a amostragem boa é aquela que possibilita a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

A faixa etária mais frequente for entre de 31 – 35 anos, com 7 informantes (16,67%), seguidas pelas faixas etárias de 26-30 anos e 41-45 anos, com 6 informantes cada um (14,29%) A faixa de idade mais jovem de 20 -25 anos, veio logo a seguir, com 5

informantes (11.90%), apresentando uma boa representatividade. O grupo com a maior faixa etária foi de 76-80 anos, que apresentou 2 informantes (4,76%), sendo uma das mais baixas.

Na amostra em estudo, 14 moradores são alfabetizados, 1 com curso superior incompleto (em fase de conclusão), 3 com curso superior completo e 2 não alfabetizadas.

Ademais, caracterizamos a situação dos núcleos familiares na comunidade quilombola do Curiaú, constatamos a ausência de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, saneamento básico e, principalmente, no acesso à terra. Conhecemos também as formas de resistências quilombolas, especialmente no que se refere às manifestações religiosas, culturais e políticas.

Este estudo mostrou que não se pode mensurar a crise de representatividade sem mencionar o distanciamento, pouca ou nenhuma confiança nas instituições democráticas, abstenção eleitoral com índices elevados se comparados a eleições passadas, bem como baixa participação eleitoral, com dados evidenciando que muitos só votam pelo voto ser obrigatório

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAUJO, Cicero. Representação, Retrato e Drama. **Lua Nova,** São Paulo, v. 67, n.7, p.10-13, 2006.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo:** antisemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, C. M.C.B. **Conflitos ambientais urbanos em áreas de ressacas:** um estudo da comunidade negra da Lagoa dos índios em Macapá-Ap. 2006. 132f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006

BEDIN, Gilmar Antonio. A sociedade Internacional e o fenômeno da globalização: algumas considerações sobre o surgimento, a conformação e o declínio do mundo de Vestfália. *In:* GUERRA, Sidney. **Globalização desafios e implicações para o direito internacional contemporâneo.** Ijuí: Unijuí, 2006, p.47

BOGDAN, R; BIKLEN, K. S. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: EdPorto, 1999.

BRITO, Cecília M. C. Índios das "Corporações": trabalho compulsório no Grão-Pará no Século XVIII. *In:* ACEVEDO MARIN, R. E. **A Escrita da História Paraense**. Belém: EdUFPA, 1998.

CASARA, Rubens R. R. **Estado pós democrático:** neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

COELHO, M.C.; *et al*. **Meandros da história:** trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX. Belém:EdUNAMA, 2005

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direito Humanos e Cidadania.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

DIEGUES, Antônio. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: EdUCITEC, 1996.

FARIA, Maria Rita Fontes. **Migrações Internacionais no Plano Multilateral:** reflexão para a política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2015.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

FREITAS, Pedro Caridade de. **História do Direito Internacional Público:** da Antiguidade à II Guerra Mundial. Cascais: Principia, 2015.

GIL, Ana Rita. **Imigração e Direitos Humanos.** [S.l]: Petrony, 2017.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro.** São Paulo: Ed34, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOLDENBERG, MIRIAN. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007

GOMES, Flávio dos Santos. **Nas Terras do cabo norte:** fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: EdUFPA, 1999.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n.93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HOBBES, Thomas. **Leviatã**. Tradução de João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva e Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JELLINEK, Georg. **Teoría General del Estado**. Trad. Fernando de los Ríos. Mexico D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2000

LAVILLE, C. DIONNE, J. **A construção do saber.** 2. ed. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.

LIMA, Marcelo Machado; GÓES, Guilherme Sandoval. **Ciência política.** Rio de Janeiro: SESES, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2009

SCWARCZ, M, Lilia. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

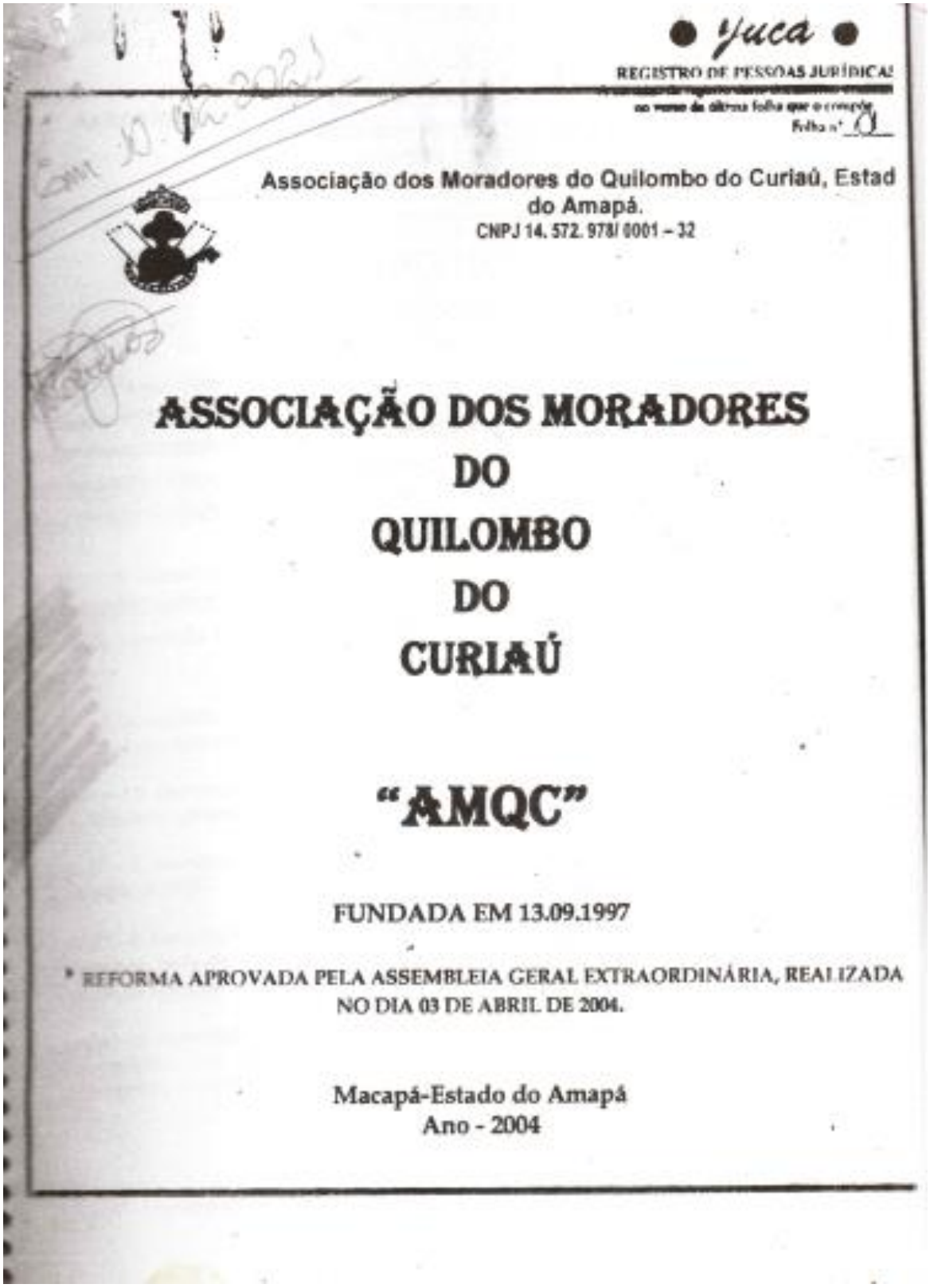
SOARES, Liliane Rodrigues. **Identidades quilombolas e territórios em disputa no cerrado do Amapá:** Geografia das Redes de Mobilização Social na América Latina. [S.l]: UNIFAP, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt02_1506924650_arquivo_liliane_soares_trabalho_singa2017.pdf. Acesso em: 11 jun.2021

WIEVIORKA, Michel. **O Racismo:** uma Introdução. São Paulo: Perspectiva, 2007.

RIBEIRO, Renato Janine. **Thomas Hobbes, ou**: a paz contra o clero. En publicacion: Filosofia política moderna. São Paulo: EdUSP, 2006

RIBEIRO, Renato Janine. **1949 - A democracia.** 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2013.

ANEXO A - Estatuto da Associação dos Moradores do Curiaú



● Yuca ●

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú, Estad do Amapá.

CNPJ 14. 572. 978/ 0001 – 32

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO QUILOMBO DO CURIAÚ

"AMQC"

FUNDADA EM 13.09.1997

* REFORMA APROVADA PELA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2004.

Macapá-Estado do Amapá
Ano - 2004

Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú, Estado do Amapá

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CNPJ 14. 572. 978/ 0001 – 32 * Fundada em 13.09.1997
Av. São Joaquim, 408 – Curiaú de Fora

ESTATUTO

CAPÍTULO I – DA ASSOCIAÇÃO E SUES FINS

Art. 1º - A Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú, Estado do Amapá, inscrita no CNPJ sob nº 14.572.978/0001-32, fundada em 13 de Setembro de 1997, com sede na Comunidade do Curiaú e foro na Cidade de Macapá é uma sociedade civil de caráter comunitário sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, para fins de defesa, organização, proteção e representação legal dos Descentes e Remanescentes do Quilombo do Curiaú, na base territorial: Gleba Matapi, Curiaú, Vila Nova, situada no Município de Macapá com área de **3.321,8931 Ha**(Três mil, trezentos e vinte e um hectares, oitenta e nove ares e trinta e um centiares), conforme ***TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO F/CP/ Nº 001/99***, expedida pela Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura, visando melhorias nas condições de vida dos Moradores.

Art. 2º - SÃO PRERROGATIVAS DA ASSOCIAÇÃO

a) Proteger, defender e representar os interesses coletivos e individuais perante aos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, assim como da iniciativa privada, dos moradores da Comunidade;

b) Distribuir gratuitamente Lote de Terra aos Descendentes e Remanescentes do Quilombo;

c) Administrar a Comunidade;

d) Implementar a Economia Solidária visando a gestão, produção e comercialização de produtos e serviços subordinados às necessidades sociais da comunidade;

e) Representar os moradores em Congressos, Conferências, Seminários e Encontros de qualquer âmbito;

Parágrafo Único – A Associação poderá celebrar Convênios, Contratos, Comodatos ou outros expedientes com Organismos governamentais e não governamentais, nacionais ou estrangeiros para a consecução dos seus objetivos.

Art. 3º - SÃO DEVERES DA ASSOCIAÇÃO

a) Zelar pelo cumprimento da Legislação e Instrumentos Normativos que assegurem direitos aos moradores;

b) Preservar os costumes, tradições e cultura do Quilombo;

c) Lutar por melhores condições de vida dos moradores;

d) Implementar iniciativas que contribuam para o aprimoramento intelectual dos moradores;

e) Zelar pela defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural, social e material da Associação;

f) Manter serviços necessários aos associados e seus dependentes;

g) Cumprir as Deliberações aprovadas pela Entidade.

Parágrafo Único – para cumprir o disposto neste artigo, a Associação poderá criar e manter comissões especializadas.

Art. 4º - A Associação manterá obrigatoriamente um Sistema atualizado de Registro de seus associados.

CAPITULO II - DOS DIREITOS, DEVERES E PENALIDADES DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Todo morador homem e Mulher maior de 16 anos de idade Descente e Remanescente do Quilombo do Curiaú é garantido o direito de ser admitido como sócio da Associação.

Parágrafo Primeiro - No caso de ser a admissão recusada pela Diretoria Executiva caberá recurso para a Assembléia Geral.

Parágrafo Segundo – É vedado ao associado menor de idade concorrer a Cargo de Direção e Representação da Associação.

Art. 6º - SÃO DIREITOS DOS ASSOCIADOS

a) Utilizar as dependências da Associação para as atividades compreendidas neste Estatuto;

b) Tomar parte, votar e ser votado nas Assembléias Gerais na conformidade deste Estatuto e Legislação vigente, exceto o associado menor de idade que não poderá ser votado;

c) Gozar dos benefícios e assistência proporcionados pela Entidade;

d) Votar e ser votado para os cargos da Direção e Representação;

e) Requerer mediante justificativa e com apoio de no mínimo 10%(dez por cento), dos sócios em dias com suas obrigações, a convocação de Assembléia Geral;

f) Obter junto aos Órgãos Diretivos, informações sobre as atividades desenvolvidas e sobre a Administração da Associação.

Parágrafo Primeiro – Os direitos dos associados são pessoais e intransferíveis.

Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú, Estado do Amapá
CNPJ 14. 572. 978/ 0001 – 32 * Fundada em 13.09.1997
Av. São Joaquim, 408 – Curiaú de Fora

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Folha nº 03

ESTATUTO

Parágrafo Segundo – Perderá os seus direitos o associado que deixar a comunidade, exceto nos casos: de prestação de Serviço Militar obrigatório, elevação de escolaridade e qualificação profissional.

Art. 7º - SÃO DEVERES E PENALIDADES DOS ASSOCIADOS

a) Comparecer as Assembléias Gerais e reuniões convocadas pela Associação e acatar as suas decisões;

b) Votar nas eleições convocadas pela Entidade;

c) Exigir o cumprimento dos objetivos e determinações deste Estatuto e o respeito por parte da Diretoria às decisões da Assembléia Geral.

d) Bem desempenhar o cargo no qual tenha sido investido;

e) Zelar pelo Patrimônio da Entidade e sua correta utilização.

Art. 8º - Os associados estão sujeitos a pena de eliminação do quadro social, quando cometer as seguintes infrações:

a) Desobedecerem aos preceitos deste Estatuto e as Resoluções da Assembléia;

b) Lesar o patrimônio da Entidade;

c) Comportamento incompatível com as finalidades da Entidade;

d) Má conduta, espírito de discórdia.

Parágrafo Primeiro - A penalidade será determinada pela Diretoria e homologada pela Assembléia Geral, se julgar necessário a Assembléia Geral designará uma comissão de ética para averiguar os fatos apresentados.

Parágrafo Segundo - O associado será notificado para apresentar sua defesa no prazo de 10 dias ou interpor recurso para a Assembléia Geral;

Parágrafo Terceiro - O Associado que tenha sido eliminado do quadro social poderá reingressar na Associação a juízo da Assembléia Geral.

CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 9º - São órgãos da Associação.

a) Assembléia Geral

b) Diretoria Executiva

Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú, Estado do Amapá

CNPJ 14. 572. 978/ 0001 – 32 * Fundada em 13.09.1997
Av. São Joaquim, 406 – Curiaú de Fora

ESTATUTO

Pará

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se
no verso da última folha que o compõe
Folha nº 04

c) Conselho Fiscal.

CAPÍTULO V - DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art. 10º - As Assembléias Gerais são soberanas nas suas deliberações não contrárias as Resoluções deste Estatuto e a Legislação Federal, Estadual e Municipal.

Art. 11º - As Assembléias Gerais Ordinárias serão realizadas trimestralmente.

Art. 12º - As Assembléias Gerais Extracordinárias serão realizadas a qualquer tempo e sua convocação será feita pelo Presidente, pela maioria da Diretoria Executiva, pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por requerimento de 10%(dez por cento) dos sócios em pleno gozo de seus direitos sociais.

Parágrafo Único – As Assembléias serão convocadas através de Editais publicados no Diário Oficial do Estado ou Jornal de grande circulação e no Jornal do Quilombo no período de 05(cinco) à 15(quinze) dias de sua realização.

Art. 13º - O quorum para instalação da Assembléia será 50% + 1(cinqüenta por cento mais um) dos sócios em dias com suas obrigações sociais, em primeira convocação e em segunda convocação e última com intervalo mínimo de 30(trinta) minutos, será válido com a presença de qualquer número de associados.

Art. 14º - Compete a Assembléia Geral:

a) Eleger e destituir a Diretoria e o Conselho Fiscal;

b) Aprovar o Regimento Interno;

c) Apreciar os relatórios das atividades;

d) Apreciar o Balanço Financeiro acompanhado do parecer do Conselho Fiscal;

e) Decidir como última instância recursos dos associados opostos à decisão de Órgãos de instâncias inferiores da Entidade;

f) Reformar o Estatuto e o Regimento Interno;

g) Aplicar ou anular penalidades impostas pela Diretoria aos associados

CAPÍTULO VII – DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 15º - A Associação será administrado por uma Diretoria Executiva.

Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú, Estado do Amapá

Juca

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CNPJ 14. 672. 978/ 0001 – 32 * Fundada em 10/08/1997

Av. São Joaquim, 408 – Curiaú de Fora

Folha nº 06

ESTATUTO

Art. 16º - Compõe a Diretoria Executiva: Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral, Diretor de Finanças, Diretor de Patrimônio, Diretor Social e 03 Suplentes.

Art. 17º - O cargo de presidente é privativo para Descente e Remanescente do Quilombo.

Parágrafo Único – O Presidente da Associação só tem direito a uma reeleição para o mesmo cargo.

Art. 18º - Compete a Diretoria;

a) Administrar de acordo com o presente Estatuto e deliberações da Assembléia Geral;

b) Representar a Associação perante os órgãos públicos e privados;

c) Planejar e executar as deliberações aprovadas em Assembléias;

d) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;

e) Apresentar Relatórios trimestrais de suas atividades ao Conselho Fiscal;

f) Garantir a filiação de qualquer descendente ou remanescente;

g) Encaminhar para apreciação da Assembléia Geral até o dia 10(dez) de fevereiro de cada ano, com parecer do Conselho Fiscal, o Balanço Financeiro do Exercício anterior e a Previsão Orçamentária do exercício seguinte;

h) Em caso de vacância de qualquer dos cargos da Diretoria Executiva, assumirá em seu lugar o suplente.

i) Divulgar as Atas das Assembléias;

j) Divulgar as prestações de contas depois de aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art. 19º - Compete ao Presidente:

a) Representar a Associação ativa ou passivamente em juízo ou fora dele podendo delegar poderes;

b) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva e Assembléias Gerias;

c) Ordenar e assinar juntamente com o tesoureiro cheques e outros documentos de pagamento ou qualquer outro documento que crie responsabilidade para a entidade;

d) Rubricar os livros da secretaria e da tesouraria e todos os demais papéis que dependem da sua assinatura;

e) Delegar poderes a outros Diretores;

f) Supervisionar as atividades dos demais Órgãos.

Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú, Estado do Amapá

Juca

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

CNPJ 14. 572. 978/ 0001 – 32 * Fundada em 17/09/1997

Av. São Joaquim, 408 – Curiaú de Fora

Folha nº 06

ESTATUTO

Art. 20º - Ao Vice-Presidente compete:

a) Substituir o Presidente em seus impedimentos;

b) Auxiliar o Presidente.

Art. 21º - Ao Secretário-Geral compete:

a) Dirigir e fiscalizar os trabalhos da secretaria;

b) Ter sob sua guarda e responsabilidade o arquivo, os livros e os demais papéis da Associação;

c) Secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;

d) Receber as propostas de ingresso no quadro social;

e) Elaborar relatórios e planos de atividades de acordo com a deliberação da Diretoria;

f) Planejar Cursos, Seminários e Palestra sobre a história do Quilombo.

Art. 22º - Ao Diretor de Finanças compete:

a) Assinar juntamente com o presidente os cheques e efetuar os pagamentos e recebimentos autorizados;

b) Ter sob sua guarda e responsabilidade os valores da Associação;

c) Dirigir e fiscalizar o trabalho da Tesouraria;

d) Apresentar ao Conselho Fiscal os balancetes mensais e o balanço anual;

e) Propor medidas que visam a otimizar e a auto-sustentação Financeira do Sindicato;

f) Coordenar a Comissão de Distribuição de Lote de terra;

g) Zelar o Patrimônio da Entidade.

Art. 23º - Ao Diretor Patrimônio compete:

a) Administrar o patrimônio da Associação.

Art. 24º - Ao Diretor Social compete:

a) Coordenar a Comissão de Eventos Sociais e Comerciais.

CAPÍTULO VIII - DO CONSELHO FISCAL

Art. 25º - O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros e 03 (três) suplentes eleitos juntamente com a Diretoria.

Art. 26º - Ao Compete Conselho Fiscal compete:

a) Examinar as contas e escrituração contábil da Associação;

b) Dar parecer sobre a previsão Orçamentária, Balanços, Balancetes e retificação ou Suplementação de Orçamento;

c) Propor medidas que visem a melhoria financeira da Associação.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, trimestralmente e extraordinariamente quando convocado pela Diretoria e pela Assembléia Geral.

CAPITULO X - DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 27º - As eleições para renovação da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão realizadas de 04(quatro) em 04(quatro) anos, no prazo máximo de 60(sessenta) dias e no Mínimo de 30(trinta) dias anteriormente ao término dos mandatos vigentes, na conformidade do disposto neste Estatuto.

Art. 28º – Será assegura as chapas concorrentes igualdade de uso de propaganda eleitoral e de credenciamento de Mesários e Fiscais.

Art. 29º – As eleições serão realizadas num só dia sempre que possível.

Art. 30º – O processo será organizado e conduzido por uma Junta Eleitoral, eleita em Assembléia Geral após a publicação do Edital.

CAPITULO XI - DA CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Art. 31º – As eleições serão convocadas pelo Presidente da Associação por Edital de Convocação publicado no Diário Oficial ou jornal de grande circulação e no jornal do Quilombo, afixada na sede social e nos locais de grande movimentação.

Parágrafo Único – O Edital mencionará obrigatoriamente:

a) Data, Local e Horário de votação;

b) Prazo para registro de chapas e horário de funcionamento da Secretaria da Associação;

c) Prazo para impugnação de candidaturas;

d) Data, local e horário de votação posterior, caso não atinjam o quorum.

Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú, Estado do Amapá
CNPJ 14. 572. 978/ 0001 – 32 * Fundada em 13.09.1997
Av. São Joaquim, 408 – Curiaú de Fora

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A cadeia do registro deste documento encontra-se na última folha que o compõe.
Folha nº 0

ESTATUTO

CAPITULO XII – DOS CANDIDATOS

Art. 32º - Os candidatos serão registrados em chapas com o nome dos efetivos e suplentes.

Art. 33º - Não poderá se candidatar o associado que:

a) Não residir na comunidade o candidato ao cargo de Presidente

b) Não tiver aprovadas as suas contas em cargos de administração na Associação;

c) Houver lesado o patrimônio de qualquer Associação;

d) Contar menos de 06(seis) meses de inscrição no quadro social na data das eleições;

e) Não tiver em gozo dos seus direitos sociais conforme prevê o Estatuto;

f) Não haver comparecido em pelo menos 75%(setenta e cinco por cento) das Assembléias Gerais, realizadas durante o mandato.

CAPITULO XIII - DO REGISTRO DE CHAPAS

Art. 34º - O prazo para registro de chapas será de 10(dez) dias, a partir da publicação do Edital.

Art. 35º - A chapa será registrada mediante requerimento em duas vias endereçada ao Presidente da Junta Eleitoral acompanhada da relação nominal dos candidatos e respectivos cargos.

Parágrafo Único – É proibido a acumulação de cargos.

Art. 36º - As chapas serão identificadas pelo número de ordem do registro.

Art. 37º - Encerrado o prazo para registro, o Presidente da Junta Eleitoral providenciará a imediata lavratura da Ata, onde constarão as chapas registras e outras ocorrências.

Art. 38º - Até 03 (três) dias após o encerramento do prazo para registro de chapas, a Junta Eleitoral providenciará a publicação no Diário Oficial do Governo do Estado as chapas registradas.

Art. 39º - A Junta Eleitoral compete:

a) Organizar o Processo Eleitoral;

b) Designar os membros das Mesas Coletoras e Apurar os votos;

c) Preparar a relação de votantes;

d) Baixar normas e instruções para as Mesas Coletoras e Apuradoras;

e) Mandar confeccionar cédula única de votação;

Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú, Estado do Amapá
CNPJ 14. 572. 978/ 0001 – 32 * Fundada em 13.09.1997
Av. São Joaquim, 408 – Curiaú de Fora

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

ESTATUTO

f) Decidir sobre impugnação de candidaturas, nulidades ou recursos e outras questões pertinentes ao Processo Eleitoral;

Parágrafo Único – A Junta Eleitoral será dissolvida com a Posse dos eleitos.

CAPITULO XIV – DAS IMPUGNAÇÕES

Art. 40º - Os candidato que não preencherem as condições estabelecidas neste Estatuto, poderá ser impugnado por qualquer sócio em gozo de seus direitos, no prazo de 10(dez) dias a contar da publicação da(s) chapa(s) registrada(s).

Art. 41º - A impugnação, exposta os fundamentos que a justifique, será dirigida à Junta Eleitoral e entregue contra recibo.

Art. 42º - O candidato impugnado será notificado imediatamente e terá o prazo de até 15(quinze) dias para apresentar sua defesa.

Art. 43º - A impugnação será decidida pela Junta Eleitoral em 05(cinco) dias, após a apresentação da defesa pelo impugnado, cabendo recurso à Autoridade Judiciária.

Art. 44º - A chapa de que fizer parte o candidato impugnado, poderá concorrer desde que preencha todos os cargos efetivos.

CAPITULO XV – DO ELEITOR

Art. 45º - É eleitor todo associado que estiver em gozo dos seus direitos sociais nos termos deste Estatuto.

Art. 46º - A relação dos associados deverá estar pronta até 15(quinze) dias antes das eleições.

Parágrafo Único – Cópia dessa relação será entregue às chapas concorrente, sob recibo, imediatamente após sua confecção.

CAPITULO XVI – DO VOTO

Art. 47º - O sigilo do voto será garantido mediante as seguintes providências:

a) Uso de cédula contendo número de todas as chapas inscritas;

b) Isolamento do eleitor em cabine indevassável, contendo relação das chapas inscritas, afixado em lugar visível;

c) Verificação da autenticidade da cédula, à vista de rubricas de mesários;

Associação dos Moradores Quilombo do Curiaú, Estado do Amapá
CNPJ 14. 572. 978/ 0001 – 32 * Fundada em 13.09.1997
Av. São Joaquim, 408 – Curiaú de Fora

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Folha nº 10

ESTATUTO

d) Emprego de Urnas que assegure a inviolabilidade de voto.

CAPITULO XVII – DA CÉDULA

Art. 48º - A cédula única deverá ser confeccionada em papel de cor branca, opaco, com tinta preta e tipo uniforme.

Parágrafo Primeiro – Deverá ser confeccionada de maneira tal que resguarde o sigilo do voto.

Parágrafo Segundo – Ao lado de cada chapa haverá um retângulo em que o eleitor assinalará a de sua escolha.

CAPITULO XVIII – DA MESA COLETORA

Art. 49º - A Mesa Coletora será constituída de 01(um) Presidente e 02(dois) Mesários, designados pela Junta Eleitoral.

Parágrafo Primeiro – Poderão ser criadas Mesa Coletoras a critério da Junta Eleitoral.

Parágrafo Segundo – As Mesas Coletoras serão constituídas até 10(dez) dias antes da eleição.

Parágrafo Terceiro – Cada chapa poderá indicar 01(um) Fiscal para acompanhar o trabalho de votação, por Urna.

Parágrafo Quarto – Na ausência do Presidente, os trabalhos serão dirigidos por um dos Mesários.

Parágrafo Quinto - Havendo necessidade, a Mesa será completada com a nomeação de substituto "ad doc".

CAPITULO XIX – DA VOTAÇÃO

Art. 50º - À hora afixada no Edital o Presidente da Mesa declarará iniciado os trabalhos.

Art. 51º - Os trabalhos terão duração mínima de 08(oito) horas, observando sempre o horário de início e encerramento previsto no Edital.

Parágrafo Único – Constatando que todos os associados votaram o Presidente da Mesa encerrará os trabalhos antes do horário previsto no Edital.

Art. 52º - Somente poderão permanecer no recinto da Mesa Coletora os membros, os fiscais e o eleitor, durante o tempo necessário a votação.

Associação dos Moradores do Morro do Colombo do Curiaú, Estado do Amapá

CNPJ 14. 572. 978/ 0001 – 32 * Fundada em 13.09.1997
Av. São Joaquim, 408 – Curiaú de Fora

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Este documento encontra-se no verso da última folha que o compõe
Folha nº 11

ESTATUTO

Art. 53º - O eleitor cujo nome não conste da relação de votantes e comprovar sua condição, será nela incluído.

Art. 54º - Encerrado os trabalhos, a Urna será lacrada e rubricada pelos membros da Mesa e pelos Fiscais.

Art. 55º - A Mesa lavrará a Ata, que assinará com os Mesários e Fiscais, registrando a data e horário de início e encerramento de votação, número de associados aptos a votar e votantes, bem como, outras ocorrências.

Parágrafo Único – O material de votação será entregue à Junta Eleitoral.

CAPÍTULO XX – DA MESA APURADORA

Art. 56º - Após o término do prazo estipulado para votação, instalar-se-á a Mesa Apuradora, constituída pela Junta Eleitoral.

CAPÍTULO XXI – DO QUORUM

Art. 57º - A Mesa Apuradora verificará a existência do quorum de 50+1(cinqüenta por cento mais um) dos associados em condições de voto. Não havendo será convocará nova eleição nos termos do Edital.

Parágrafo Primeiro – O segundo escrutínio será válido com a participação de 30%(trinta por cento) de associado.

Parágrafo Segundo – O terceiro e último escrutínio será válido com a participação de 20%(vinte por cento) de associados.

CAPÍTULO XXII – DA APURAÇÃO

Art. 58º - Contados os votos, a Mesa verificará se o número deles coincide com o de votantes.

Parágrafo Primeiro – Se o número de cédula for igual ao de votante far-se-á a apuração.

Parágrafo Segundo – Se o total de cédulas for superior ao de votantes, a eleição será anulada.

Parágrafo Terceiro – Será realizada nova eleição no prazo de 15(quinze) dias.

Parágrafo Quarto – Os casos omissos serão resolvidos pela Junta Eleitoral.

Art. 59º - Contados os votos, a Mesa proclamará eleita à chapa mais votada, lavrando-se a Ata.

Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú, Estado do Amapá

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se
CNPJ 14. 572. 978/ 0001 – 32 * Fundada em 18.08.1997 folha que o compõe 12
Av. São Joaquim, 408 – Curiaú de Fora Folha nº

ESTATUTO

Parágrafo Primeiro – Havendo empate, haverá nova eleição.

Parágrafo Segundo – A chapa eleita tomará posse na data do término do mandato da administração anterior.

CAPÍTULO XXIII – DAS NULIDADES

Art. 60º - Será nula a eleição quando:

a) Realizada em dia, hora e local diverso do designado pelo Edital;

b) Realizada ou apurada perante Mesa constituída em desacordo com o estabelecido neste Estatuto;

c) Preterida qualquer formalidade essencial estabelecida neste Estatuto.

Art. 61º - Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe deu causa, nem aproveitará ao seu responsável.

CAPITULO XXIV - DOS RECURSOS

Art. 62º - Qualquer eleitor poderá apresentar recurso perante a Junta Eleitoral do resultado do pleito até 12(doze) horas após o término da apuração.

Parágrafo Primeiro – O recurso não terá efeito suspensivo e a chapa recorrida terá 48(quarenta e oito) horas para apresentar sua defesa.

Parágrafo Segundo – A Junta Eleitoral terá 48(quarenta e oito) horas para proferir sua decisão.

Art. 63º - Na hipótese de anulação da eleição a Diretoria permanecerá em exercício até a posse dos novos eleitos.

Parágrafo Único – Aquele que deu causa a anulação da eleição, será responsabilizado civilmente por perdas e danos, ficando a Diretoria da Associação obrigada a, dentro de 30(trinta) dias, providenciar a respectiva Ação judicial.

CAPITULO XXV - DA PERDA DO MANDATO

Art. 64º - Os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal perderão os seus mandatos nos seguintes casos:

a) Malversação ou dilapidação do patrimônio da Associação;

Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú, Estado do Amapá
CNPJ 14. 572. 978/ 0001 – 32 * Fundada em 13.08.1997
Av. São Joaquim, 408 – Curiaú de Fora

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se na mesma folha que o compõe
Folha nº 13

ESTATUTO

b) Grave violação deste estatuto;

c) Ausência injustificada em 03 (três) reuniões consecutivas ou 05(cinco) intercaladas;

d) Aceitação ou solicitação de transferência que importem no afastamento da Comunidade;

e) Exercício de emprego ou cargo que implique em perda de qualidade dos serviços prestados pela entidade.

Parágrafo Primeiro - A perda do mandato será declarado pela Diretoria, assegurando o direito de ampla defesa e recurso a Assembléia Geral.

Art. 65º - No caso de renúncia ou destituição de qualquer membro da Diretoria Executiva assumirá a vaga o primeiro suplente.

Parágrafo Único – A renúncia deverá comunicada por escrito à Diretoria

CAPITULO XXVI - DO PATRIMÔNIO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 66º - Constitui patrimônio da Associação:

a) Doações, legados e outras rendas eventuais;

b) Bens e valores próprios de sua renda

Art. 67º - No caso de dissolução da Associação o que só se dará por deliberação expressa da Assembléia Geral para esse fim especialmente convocada e com a presença mínima de $^3/_4$ dos associados, o seu patrimônio após pagas as obrigações decorrentes de suas responsabilidades, será destinado à comunidade quilombola.

CAPITULO XXVII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 68º – A Associação representa todos os moradores e moradoras do Quilombo do Curiaú.

Art. 67º – Os sócios não respondem, nem mesmo solidariamente pelas obrigações sociais contraídas pela Entidade.

Art. 70º – O Presente Estatuto será reformado ou modificado se a prática assim o indicar por decisão de Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, com participação de 2/3(dois terços) dos associados.

Art. 71º – Será elaborado pela Diretoria Executiva e aprovado pela Assembléia Geral o Regimento Interno com todas as Normas Operacionais.

Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú, Estado do Amapá

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se
Folha nº

CNPJ 14. 572. 978/ 0001 – 32 * Fundada em
Av. São Joaquim, 408 – Curiaú de Fora

ESTATUTO

Art. 72º – O presente estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral.

Art. 73º - O exercício financeiro da Entidade, coincidirá com o calendário civil. Anual.

Art. 74º - A Associação adotará a sigla AMQC.

Macapá-AP, 13 de Julho de 2002.

JOSÉ ARAÚJO DA PAIXÃO
Presidente da AMQC

Diretoria Executiva:

Presidente: José Araújo da Paixão
Vice-presidente: Creuza Miranda Silva
1ª Secretária: Raimunda Francineia Brazão Ramos
2º Secretário: José de Souza Oliveira
1ª Tesoureira: Leoneide de Menezes da Silva
2º Tesoureiro: Pedro Pereira dos Santos

Conselho Fiscal: Efetivo

Sebastião Menezes da Silva
Orlandina Bastos Banha
Rosinaldo Miranda Silva

Conselho Fiscal: Suplente

Roldão Amâncio da Silva
Raimundo Pereira da Luz
José Ribamar B. da Silva

ANEXO B – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Isis Tatiane da Santos, portador do RG 082966, telefone (96) 99117-7131 **concordo** em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável a mestranda **ALINNE NAUANE ESPÍNDOLA BRAGA**, portadora do RG 094324, matrícula **961201MP080** do **MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLITICAS PÚBLICAS – PROFISSIONAL-MPPP** da Universidade Estadual do Ceará-UECE, que pode ser contatado pelo e-mail alinne.nauane@aluno.uece.br e pelos telefones (96) 9-8114-7276. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com moradores da Comunidade Quilombola do Curiaú, visando, por parte do(a) referido(a) aluno(a) a elaboração de sua dissertação intitulada **"ENTRE O MODO DE FAZER A POLÍTICA E A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA PARTIDÁRIA NO QUILOMBO DO CURIAÚ"**. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita, e fotografada. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Isis Tatiane da Silva dos Santos
Assinatura

Macapá-AP, 31 de outubro de 2012

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, [illegible] portador do RG 509492 telefone (96) 99114-0797 **concordo** em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável a mestranda **ALINNE NAUANE ESPÍNDOLA BRAGA**, portadora do RG 094324, matrícula **961201MP080** do **MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLITICAS PÚBLICAS – PROFISSIONAL-MPPP** da Universidade Estadual do Ceará-UECE, que pode ser contatado pelo e-mail alinne.nauane@aluno.uece.br e pelos telefones (96) 9-8114-7276. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com moradores da Comunidade Quilombola do Curiaú, visando, por parte do(a) referido(a) aluno(a) a elaboração de sua dissertação intitulada "**ENTRE O MODO DE FAZER A POLÍTICA E A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA PARTIDÁRIA NO QUILOMBO DO CURIAÚ**". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita, e fotografada. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

[illegible]
Assinatura

Macapá-AP, 29 de [illegible] de 2012

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Orivaldo de Deus Leite Júnior, portador do RG 277886 AP, telefone (96) 9205.59.47 **concordo** em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável a mestranda **ALINNE NAUANE ESPÍNDOLA BRAGA**, portadora do RG 094324, matrícula **961201MP080** do **MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLITICAS PÚBLICAS – PROFISSIONAL-MPPP** da Universidade Estadual do Ceará-UECE, que pode ser contatado pelo e-mail alinne.nauane@aluno.uece.br e pelos telefones (96) 9-8114-7276. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com moradores da Comunidade Quilombola do Curiaú, visando, por parte do(a) referido(a) aluno(a) a elaboração de sua dissertação intitulada "**ENTRE O MODO DE FAZER A POLÍTICA E A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA PARTIDÁRIA NO QUILOMBO DO CURIAÚ**". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita, e fotografada. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Orivaldo de Deus Leite Júnior
Assinatura

Macapá-AP, 20 de outubro de 2012

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Esmeraldina dos Santos, portador do RG _____, telefone (99128) 7096 _____ **concordo** em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável a mestranda **ALINNE NAUANE ESPÍNDOLA BRAGA**, portadora do RG 094324, matrícula **961201MP080** do **MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLITICAS PÚBLICAS – PROFISSIONAL-MPPP** da Universidade Estadual do Ceará-UECE, que pode ser contatado pelo e-mail alinne.nauane@aluno.uece.br e pelos telefones (96) 9-8114-7276. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com moradores da Comunidade Quilombola do Curiaú, visando, por parte do(a) referido(a) aluno(a) a elaboração de sua dissertação intitulada "**ENTRE O MODO DE FAZER A POLÍTICA E A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA PARTIDÁRIA NO QUILOMBO DO CURIAÚ**". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita, e fotografada. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Esmeraldina dos Santos
Assinatura

Macapá-AP, 19 de setembro de 2012

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, MARIA CELESTINA DA SILVA RAMOS DOS SANTOS portador do RG 258642-AP, telefone (96) 991492305 **concordo** em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável a mestranda **ALINNE NAUANE ESPÍNDOLA BRAGA**, portadora do RG 094324, matrícula **961201MP080** do **MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLITICAS PÚBLICAS – PROFISSIONAL-MPPP** da Universidade Estadual do Ceará-UECE, que pode ser contatado pelo e-mail alinne.nauane@aluno.uece.br e pelos telefones (96) 9-8114-7276. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com moradores da Comunidade Quilombola do Curiaú, visando, por parte do(a) referido(a) aluno(a) a elaboração de sua dissertação intitulada "**ENTRE O MODO DE FAZER A POLÍTICA E A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA PARTIDÁRIA NO QUILOMBO DO CURIAÚ**". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita, e fotografada. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Maria Celestina da Silva Ramos dos Santos
Assinatura

Macapá-AP, 29 de 10 de 2012

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, José Araújo Reis portador do RG 571911, telefone (96) 99158 6570 **concordo** em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável a mestranda **ALINNE NAUANE ESPÍNDOLA BRAGA**, portadora do RG 094324, matrícula **961201MP080** do **MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLITICAS PÚBLICAS – PROFISSIONAL-MPPP** da Universidade Estadual do Ceará-UECE, que pode ser contatado pelo e-mail alinne.nauane@aluno.uece.br e pelos telefones (96) 9-8114-7276. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com moradores da Comunidade Quilombola do Curiaú, visando, por parte do(a) referido(a) aluno(a) a elaboração de sua dissertação intitulada "**ENTRE O MODO DE FAZER A POLÍTICA E A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA PARTIDÁRIA NO QUILOMBO DO CURIAÚ**". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita, e fotografada. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

José Araújo da Reis
Assinatura

Macapá-AP, 19 de setembro de 2012

ANEXO C – Transcrição das entrevistas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ESMERALDINA DOS SANTOS, **entrevista concedida a ALINNE NAUANE ESPÍNDOLA BRAGA**, **no dia** 29 de outubro de 2022, na Comunidade Quilombola do Curiaú para a dissertação de mestrado intitulada **"Entre o modo de fazer política e a representatividade partidária no Quilombo do Curiaú."**

FICHA TÉCNICA

Projeto: Entre o modo de fazer política e a representatividade partidária no Quilombo do Curiaú

Instituição: Universidade Estadual do Ceará-UECE

Orientador/a (quando for o caso): José Raulino Pessoa Filho

Entrevistado/a: Esmeraldina dos Santos

Telefone para contato: (96) 99128-1096

Data de nascimento: 11/01/1955

Local e data da entrevista: Comunidade Quilombola do Curiaú.

Entrevistadora: Alinne Nauane Espíndola Braga

Transcrição (pessoa responsável): Alinne Nauane Espíndola Braga

Tempo de gravação: 10min35s

Formato do arquivo: Áudio

Número de páginas digitadas: 14 páginas

Palavras-chave (até 4): Associação de moradores, reconhecimento da comunidade quilombola, participação da comunidade;

00:00:00

Alinne: Meu amor. Boa tarde, dona Esmeraldina. Eu sou a Alinne. Me informe o seu nome completo, por favor.

00:00:05

Esmeraldina: Meu nome é Esmeraldina dos Santos, 67 anos, pedagoga, escritora, artesã, dançarina de marabaixo, cantadeira. Tudo o que vocês quiserem, um pouco de tudo eu faço, 65 anos.

00:00:21

Alinne: 65 anos. Pedagoga formada.

00:00:25

Esmeraldina: 67 anos. Formada, Graças a Deus.

00:00:26

Alinne: Superamos um câncer?

00:00:27

Esmeraldina: Superando o câncer. Com a graça de Deus.

00:00:30

Alinne: Com a graça de Deus. Pedagoga.... A senhora mora que a vida toda?

00:00:35

Esmeraldina: Não, querida, eu nasci no Laguinho, mas meu pai e minha mãe nasceram tudo aqui no Curiaú.

00:00:40

Alinne: Então é descendente?.

00:00:42

Esmeraldina: Eu sou. Minha avó nasceu em 1888, no ano da Liberdade, aqui no Curiaú. A minha avó, mãe da minha mãe e a família toda, nasceu aqui. Meu pai foi convidado para trabalhar na prefeitura e ele foi pra ele, foi para pegar com uma vaga e a minha mãe ficou com os meus irmãos, tudo pequeno aqui no Curiaú e ela

resolveu ir atrás do meu pai, e eu já nasci no Laguinho. Eu e o Pedro, meu irmão, nós nascemos no laguinho e eu estou aqui há 20 anos, porque foi quando nós fizemos uma viagem pra Brasília que eu fui fazer uma apresentação de Marabaixo. E ela nós viemos de onde? O Belém, em Brasília, e ela viu aqueles campos bonito. Ela disse assim *Quando eu voltar daqui, eu vou no Curiaú, tirar um terreno para fazer uma maloca pra receber meus alunos*. Ela não sabia ler nem escrever, mas eu fico feliz quando essa maloca tá cheia de alunos, porque minha mãe era o sonho dela. Então a gente faz a nossas festas de tradição. Nome da minha mãe era Francisca Antônia Ramos dos Santos, Tia Chiquinha, Francisca, Antônia Ramos dos Santos, Tia Chiquinha, que tem a creche, tem aquela estátua, aquela estátua, aquele monumento que está na praça.

00:01:53

Alinne: Ela é.

00:01:55

Esmeraldina: Um monumento na Praça.

00:01:57

Alinne: Marabaixeira.

00:01:58

Esmeraldina: Marabaixeira.

00:02:02

Esmeraldina: Aí, eu vim pra cá, pro Curiaú em 2018. E quando foi 2018? 2008, sim, eu fui convidado a participar de uma campanha política. Eu só tinha o quinto ano, naquela época era a quinta série e eu fui convidado a participar de uma campanha política. Eu participei, mas eu digo assim você participar de algo e não falar, você deixar os outros decidir por você. Aí quando foi em 2009, voltei a estudar, eu disse que eu ia fazer o EJA, eu fui, eu voltei a estudar. Eu queria fazer o meu primeiro ano, terminar meus estudos. Aí como eu estudei no São Benedito, não tinha como eu provar o que provava que eu era alfabetizada. Foi o meu primeiro livro que eu tinha escrito, que foi a história do meu povo, que foi meu pai, que me ajudou a fazer. E aí eu tive que fazer o EJA. Eu fiz o EJA em 2009, da primeira série, a oitava, aí eu vim em 2010 com Maria do Carmo, Aí eu fiz aí o primeiro ano, segundo Maria do

Carmo, o terceiro, quando eu estava no terceiro. No segundo ano, eu fiz o meu livro As Aventuras de Dona Florzinha com a mamãe. Aí foi lançado lá no Maria do Carmo. Os professores me ajudaram, que é sobre como eu ensino fazer os *ladrões* de Marabaixo para as crianças. Hoje, até para os professores que eu estou indo para as escolas levando essa mensagem que o Marabaixo não é só dançar, não é só cantar, o Marabaixo, ele entra em todas as disciplinas, basta o professor querer, ele entra no português, na matemática, na física. Então o professor tem que saber como é que ele vai trabalhar o Marabaixo.

00:03:35

Alinne: Faz parte do modo de vida.

00:03:36

Esmeraldina: Do modo de vida, do modo de vida de cada um de nós. Então, o Marabaixo, ele te alimenta de qualquer maneira, *Porque você dizer assim O que é que eu vou dar na sala de aula? Falar do Marabaixo na sala de aula com meus alunos?* O Marabaixo só chega na escola só pra tocar e dançar. Naquela época eu pensava assim, mas agora não. Quando eu voltei a estudar mesmo, aí eu fui vendo que o Marabaixo é lento em toda disciplina, porque ele é uma história. E a história quando você começa a contar, você viaja nessa história, você consegue alimentar e entender o que é o ladrão do Marabaixo. É uma história cantada, ela é contada e cantada, ao mesmo tempo. E eu passei a fazer o livro. Tive o meu livro, fez todos os meus livro, melhor que a minha escola. Depois que eu cheguei aqui, nós fizemos a viagem Sonora Brasil, em 2013. Nós viajamos por todo o Brasil levando Marabaixo e batuque. Nós fizemos 56 cidades Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul e Sudeste 2014. Então a gente conhece todas as capitais do Brasil, levando Marabaixo a nossa história.

00:04:40

Alinne: E agora eu vou fazer uma pergunta bem, bem pontual para a senhora. A senhora viajou bastante, levando a cultura da comunidade, e a senhora pôde ter uma referência de outras culturas e como eles se organizam? E eu queria entender como é a organização aqui política de vocês. Porque pra de disseminar pra levar essa cultura pra fora. A gente precisa de uma estrutura, né?

00:05:06

Esmeraldina: Com certeza.

00:05:07

Alinne: E quem ajudou vocês? Foi uma iniciativa da comunidade ou vocês tiveram uma ajuda de fora, política?

00:05:14

*Esmeraldina: N*ão é esse o que nós viajamos todo o Brasil foi o Sesc que veio pelo Rio de Janeiro, o convite, foi a Nacional do Sesc, no Rio de Janeiro, que fez o projeto lá. que ele estava trazendo tambores, batuques e tambores e que, aliás, que do Amapá, foi o Raízes do Bolão, representando o Norte. Aí teve de Belém do Pará, o Samba de Cacete. Teve da Bahia, da Bahia... agora... falhou o nome, do Rio Grande do Sul. Teve o... Não, não é do Rio Grande do Sul, eu esqueci o nome também. Então nós éramos 4 a 5 grupos viajando. Então, cada dois teve um norte, norte, nordeste, sul. Tá entendendo? Fazendo esse percurso. E foi um Rio que pagou, o Sesc do Rio que pagou tudinho, apresentações. A gente ia pra faculdade, a gente ia nas escolas.

00:06:12

Alinne: Mas esse grupo formado pela sua mãe? Dona Chiquinha.

00:06:14

Esmeraldina: Dona Chiquinha, Tia Chiquinha, formado pela tia Chiquinha, Raízes do Bolão.

00:06:18

Alinne: Tia Chiquinha, a meu ver, até onde eu entendi, era liderança aqui.

00:06:22

Esmeraldina: Liderança, com certeza.

00:06:24

Alinne: E ela buscava melhoria aqui, pra comunidade.

00:06:27

Esmeraldina: Pra família, para essa comunidade aqui.

00:06:30

Alinne: Aí ela fez essa maloca aqui pra ensinar Marabaixo?

00:06:34

Esmeraldina: Pra ensinar, para contar história. Ela recebeu muita gente de fora, não só do Amapá. Muitos estudantes de fora também, que vinham para saber um pouco da história do Marabaixo, né? Antes do Marabaixo ser tombado e hoje ele virou Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Hoje é que a gente recebe mesmo.

00:06:51

Alinne: E aí, esse legado da sua mãe, a senhora tem, pelo pelo que a gente tá conversando, a tem conseguido, graças a Deus, apesar de todas os desafios que a vida tem apresentado. Aí formamos, em 2018, vencemos, estamos vencendo um câncer, escrevemos vários livros, né? E nós temos conseguido superar os desafios. Mas e aí, esse trabalho? Como é que a senhora está conseguindo tocar esse trabalho, manter esse trabalho? A senhora tem algum apoio ou é só a senhora?

00:07:26

Esmeraldina: No começo, o apoio era meu mesmo. O que eu costuro, eu faço um monte de coisa na vida para sobreviver a apresentação. Então dessas apresentações eu, eu consigo investir no meu trabalho. E hoje nós tivemos aí vários prêmios, da Fundação de Cultura, que houve esse experimento do Ed Blanc (Aldir Blanc), né? Então eu ganhei, aí aí mesmo que eu pude superar, que durante a meu tempo que eu estava em tratamento, veio a pandemia também. Dois anos de pandemia e eu passei a investir no meu trabalho. Foi quando eu fui fazer o livro, foi onde eu fui lançar os livro com a ajuda de três amigas, uma de Santa Catarina, uma de Belém, que tudo trabalhava no Iphan. Então eu tinha gente como a gente. Eu faço parte do Iphan, a gente tem aquela conexão e por onde eu passei eu deixei muitos amigos e elas me ajudaram. Aí, quando foi pra fazer o lançamento dos livros e para fazer, nós quisemos fazer, assim a gente fazia várias lives, pra incentivar as pessoas, para me ajudarem, pra fazer o lançamento. Aí eu recebi a ajuda de Brasília, que foi do Ralf Braga. Não sei se você conhece aquele artista plástico, ele é Macapaense, mas ele mora em Brasília. Ele faz vários...ele tem vários trabalho aqui no Amapá e inclusive tem vários, várias telas para citar ali no Mercado Central, em vários lugares. E ele me ajudou com o da onça, que é a história que eu passo, que é

o Livro da Onça. O outro foi eu mesmo e com meus poucos recursos eu fiz os outros livros que foi feito aqui em Macapá mesmo.

00:09:12

Alinne: Então a ajuda só sua e dos seus amigos e de Deus.

00:09:15

Esmeraldina: E de Deus mesmo.

00:09:16

Alinne: Governo e prefeitura?

00:09:19

Esmeraldina: Governo... eu estou aí na batalha para você ver que o da onça, ele está no livro didático, a nova escola que está no que é agora. E ele está lá no livro didático. Mas aí eu tive ajuda de uma amiga pra esse livro chegar lá, porque o governo está sabendo que eu tenho, prefeitura sabe o que eu tenho, mas infelizmente eles... vem chegando o Orivaldinho. Infelizmente eles não te dão apoio. Parece assim que eles querem que a gente se cale, querem que a gente coloque um pano, uma pedra em cima de você, você seja você, não seja conhecida. Durante a pandemia eu tive a felicidade de mandar esses livros até para a Universidade de São Paulo, a PUC, para ficar. A biblioteca de lá foi livro, foi livro, foi boneca, foi a melhor coisa que eu tenho. O que eles queriam ter algo pra... pra... pra mostrar a cultura do Amapá, porque eles conhecem, mas infelizmente eles não eles não entendiam. Então hoje a gente percebe através do livro, você consegue entender mais.

00:10:22

Alinne: Meu amor, muito, muito obrigada. Eu agradeço os cinco minutinhos. Só vamos tirar uma foto aqui.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ESMERALDINA DOS SANTOS, **entrevista concedida a ALINNE NAUANE ESPÍNDOLA BRAGA**, **no dia** 05 de novembro de 2022, na Comunidade Quilombola do Curiaú para a dissertação de mestrado intitulada **"Entre o modo de fazer política e a representatividade partidária no Quilombo do Curiaú."**

FICHA TÉCNICA

Projeto: Entre o modo de fazer política e a representatividade partidária no Quilombo do Curiaú

Instituição: Universidade Estadual do Ceará-UECE

Orientador/a (quando for o caso): José Raulino Pessoa Filho

Entrevistado/a: Esmeraldina dos Santos

Telefone para contato: (96) 99128-1096

Data de nascimento: 11/01/1955

Local e data da entrevista: Comunidade Quilombola do Curiaú.

Entrevistadora: Alinne Nauane Espíndola Braga

Transcrição (pessoa responsável): Alinne Nauane Espíndola Braga

Tempo de gravação: 29min57s

Formato do arquivo: Áudio

Número de páginas digitadas: 14 páginas

Palavras-chave (até 4): Associação de moradores, reconhecimento da comunidade quilombola, participação da comunidade;

00:00:00

Alinne: Bom dia, dona Esmeraldina, tudo bem?

00:00:03

Esmeraldina: Oi, bom dia, tudo bem, querida?

00:00:05

Alinne: Então vamos continuar de onde a gente parou: e aí, passou desapercebido por mim que a senhora já foi candidata.

00:00:13

Esmeraldina: Fui candidata em 2008, eu fui convidada. Nós estávamos numa programação aqui em dezembro, que a gente comemora Guadalupe, que foi uma promessa que eu tinha feito quando era, quando eu tive a minha primeira filha e a gente festejava no Laguinho quando nós voltamos pro Curiaú, aí continuou e aumentou: dá muita gente na festa. Muitas, muitas pessoas começaram a ver a minha promessa, porque foi e hoje tem muitos de devoto dela aqui no Curiaú, na comunidade e fora, né? E eu estava na cozinha quando recebi o convite. Eu estava fazendo o caldo pra dar pro pessoal. Aí eu fui convidada a participar da campanha política. Mas aí eu tinha assim, a preocupação é de você participar de uma campanha política e não ter, não saber se comunicar: foi na época que eu estava. E eu aceitei porque um amigo que estava do meu lado disse *"não, ela vai aceitar sim"*. Eu aceitei, aceitei e participei, mas só que a minha participação foi o seguinte: eu andava, mas para pedir voto para os outros, não para mim. Eu andava a pedir voto para os outros. Eu não pedia voto para mim e a minha participação foi uma participação de experiência, experiência e valeu a pena, Mulher, por que ela valeu a pena? Porque eu voltei a estudar, porque eu vi que ali o mundo não era meu. Eu vi que aquelas portas se abriram para eu, para mim, procurar meu meio de sobreviver, de viver, até porque era os outros que falavam por mim, não era eu, não era eu que participava de reunião. Eu não sabia se tinha, era eu não sabia se tinha como é, esses que dão para pra campanha. Eu só recebi os panfletos, as coisas para participar da campanha. Eu fui assim, eu achei depois dessa campanha que eu fui assim, usada, tá entendendo? Eu tive a impressão que eu fui usada porque eu disse assim eu não sabia que existia. É não ter família. A minha família era preocupada, a gente estar nas ruas conversando com os amigos, mas eu não sabia que existia, que era aquele, aquele, aquela ajuda para botar combustível, pra ajudar a pessoa que tinha que ter um carro, um transporte. Eu não sabia. Então isso me chateou muito, porque não teve uma pessoa lá de dentro que sentasse comigo e dissesse

"*Olha, Esmeraldina, você tem que fazer isso, isso, isso, isso não teve"*, não houve, infelizmente, não teve, não houve. E eu digo pra você que é isso. Não, eu não fiquei mais chateada. Mas eu pude acreditar em mim mesma porque eu voltei a estudar. Eu disse "*Eu jamais vou servir de capacho para alguém mais na minha vida"*. O que eu tenho que fazer: é voltar a uma sala de aula. Quando terminou a campanha 2019, eu procurei, eu procurei fazer, procurei a minha documentação, eu não achei o que foi que eu fiz? Fui fazer o EJA, fiz o EJA da primeira série a oitava em 2009. Graças a Deus eu terminei no Jardim I, ali na escola municipal. Quando foi 2010 eu vim para cá, para Maria do Carmo, eu passei 2010, 2011 e 2012. Eu terminei aqui no Maria do Carmo com os bons professores que me ajudaram muito. Eu estudava à noite, eu tive a oportunidade de passar pro dia, que eu pedi pro meu diretor, porque era muito assalto na rodovia e eu estudava com uma turma de rapaz e moça aqui da comunidade. Mas quando eu procurava por eles, já tinham vindo embora. Eu vinha sozinha na rodovia, andando e andando, porque era próximo, era Maria do Carmo para cá. Eu vim andando e fui procurar meu diretor, que era o Tibar. Não sei se você conhece, né? E foi candidato também várias vezes.

00:04:13

Alinne: Mas ele é aqui na comunidade?

00:04:14

Esmeraldina: Não, não, ele é do centro da cidade. Eu fui procurar ele, pedi pra ele uma tarde. Que era, dando o exemplo, o que estava acontecendo comigo. Aí ele me perguntou a pergunta que ele me fez. Foi uma pergunta assim, que eu sempre gosto de repetir, que é para as pessoas procurar entender o outro, não ter preconceito. E ele teve um preconceito comigo porque ele disse que se eu não tinha vergonha de estar no meio das crianças a tarde, eu disse pra ele que não. Porque o que aquelas crianças estavam fazendo eu também ia fazer e eu ia estudar. E eu terminei meus estudos e muitas daquelas crianças não terminaram o que estava ali. E hoje eu sou uma pessoa. Hoje eu sou formada com a graça de Deus. Pedagoga, Pedagoga. Então a força de vontade é que te faz, te levanta todos os dias. E muitas das vezes eu me pergunto fica assim *"Poxa, ele deveria ali naquele momento e deveria Olha dona Esmeraldina não tem uma turma assim que eu posso de colocar a tarde, que era só jovem*". Mas não me perguntar se eu não tinha vergonha. Ali, eu senti que foi um preconceito dele, mas graças a Deus eu terminei e quando ele sai ele saiu logo

de lá de lá e já foi outro diretor, o que pôde me ajudar bastante, me ajudaram bastante e eu escrevi o livro da Dona Florzinha. Lá foi, foi a minha professora de português, me ajudou bastante e foi o lançamento foi da minha mãe. Teve lá no lançamento, que tivimos toda a família e daí começou a minha trajetória de vida. Dali, eu já tive uma abertura para mim ser a patrona da I Feira do Livro no Amapá. Como eu fui, eu fui a patrona da i Feira do Livro no Amapá. E daí começou a minha trajetória de estar andando, de estar indo pra escola, de incentivar outras pessoas, mulheres, crianças e agora mais que nunca, de eu falar sobre a minha, a minha participação na pedagogia que eu saía daqui, saía daqui, vai pegar o ônibus. Às vezes eu não queria ir, mas eu lembrava das minhas amigas que diziam para mim "*Poxa, dona Esmeralda, eu só venho para a faculdade porque a senhora vem do Curiaú"*. Se a senhora... tem hora que dava vontade da gente desistir, como elas diziam. Era mãe de família, a pessoa que trabalhava e eu ficava me perguntando "*Poxa, se eu parar essas mulheres vão parar? Eu não posso para por elas"*. Eu não terminei a faculdade por mim, eu terminei por elas, porque era chegava tarde e a gente conversava. Elas me diziam "*Ah, hoje eu só vim por causa da senhora, que a senhora vem de tão longe"*. Era o incentivo que elas me passavam. Então eu continuei firme e forte, até mesmo quando eu descobri. Eu estava com câncer e eu procurei fazer o meu trabalho. 2018 terminei, para defender meu TCC, fazendo meus dois anos juntos porque a faculdade atual estava terminando. Então não podia ficar ninguém pendente. Aí eu tive que fazer os dois anos junto e por isso que eu quero fazer, voltar a estudar. Eu quero o ano que vem e eu quero, se Deus quiser. Eu quero voltar a estudar, porque eu quero ver se eu faço a minha graduação e posso fazer história ou psicopedagoga. E eu quero terminar, fazer eu continuar, dar continuidade na minha vida e no meu trabalho.

00:07:28

Alinne: Dona Esmeraldina. Hoje a senhora trabalha com artesanato e sai para trabalhar, dando palestra, ministrando palestra e também tem um trabalho junto à comunidade. A senhora me falou que agora você vai dar aula de reforço para aquelas crianças lá. Esse é o seu cotidiano?

00:07:47

Esmeraldina: Eu faço todo sábado, sábado de domingo, porque eu não abro aqui na loja. Eu trabalho a semana toda, é, confeccionando as coisas que eu tenho que

colocar na loja, porque eu recebo muita gente de fora. Então, o que é que eu faço? Aí eu passo de segunda a sexta, quando eu não tenho consulta, quando eu não tenho, está fazendo exame, porque é o câncer que os médicos lhe dão anos que ele não volta. Então, durante esses três anos e meio até agora, em nome de Jesus, estou bem e estou continuando fazendo esse tratamento. E eu, dia de sábado, eu pego esses menino, que meus neto, meus sobrinho para dar aula de reforço de leitura para eles aqui.

00:08:31

Alinne: Entendi.

00:08:32

Esmeraldina: Dou palestra também, sou convidada para ir fazer palestra para professor e para estudante. Eu, ontem eu recebi três turmas aqui. Aí segunda feira, eu vou pro Sesc e terça feira eu vou aqui pra escola do Curiaú, da comunidade. E é assim que eu vivo.

00:08:51

Alinne: E essas palestras para fala sobre o Curiaú?

00:08:53

Esmeraldina: Sobre o Curiaú, sobre meu trabalho, sobre a literatura, sobre a doença. E é uma palestra assim que olha, agora, quando eu estava no HU, que eu fui fazer uma palestra, foi na Semana do Câncer de Mama e eu tive a oportunidade de ser convidada de ir para lá com a família. Tivemos 01h00 do lazer do Marabaixo, mas tive que falar sobre a doença, sobre a minha, o meu tratamento e o que que é que nós devemos fazer por nós, incentivando a outra mulher.

00:09:26

Alinne: A senhora faz parte da Associação das Mulheres daqui?

00:09:29

Esmeraldina: Não, não, não, não faz parte, não. Eu. O meu trabalho é justamente com o grupo Raízes do Bolão, que é um grupo que é muito procurado, muito viajado, que eu já tive uma oportunidade de fazer em 2013. 56 cidades: Norte, Nordeste, Centro-Oeste. Quando foi 2014, fizemos 49 cidades: Sul e Sudeste, levando

Marabaixo, batuque e eu falando sobre o nosso trabalho. A literatura que eu já estava, já escrevia.

00:10:01

Alinne: E Raízes do Bolão é uma associação?.

00:10:05

Esmeraldina: É um grupo, é um grupo, não é uma associação, é um grupo de filho, neto, bisneto, sobrinho, *tetereneto*, era mãe. Só que a mãe morreu também. Agora ficou só os filhos, netos, bisnetos.

00:10:14

Alinne: Sobrinhos e eu, Raízes Do Bolão.

00:10:17

Esmeraldina: Era meu pai.

00:10:18

Alinne: O seu pai, qual é o nome dele?

00:10:20

Esmeraldina: Era Maximiliano Machado dos Santos, mas era conhecido como Bolão.

00:10:24

Alinne: Machado dos Santos...

00:10:25

Esmeraldina: Machado dos Santos.

00:10:27

Alinne: Machado. E esse grupo tem como objetivo manter viva a cultura.

00:10:34

Esmeraldina: Cultura, porque ele ainda estava vivo quando ele recebeu sua homenagem. Ele ainda morava no Laguinho e da época do Encontro dos Tambores não tinha muito grupo de batuque e os meus irmãos resolveram fazer um grupo de batuque para se apresentar na UNA. Aí, quando eles montaram o grupo de batuque, como eles já eram percussionistas dos Senzalas, eles já viajavam muito. E aí ficou um grupo muito grande da família, dos amigos que vieram se agregar com nós. E aí

a gente começou a fazer esse trabalho, desenvolveu trabalho tanto em Macapá como fora, JÁ foram para a Alemanha. Eu não fui na época, não deu para ir, mas eles já foram para a Alemanha. Eu já estive em Caiena com eles, o grupo já foi para São Jorge. A gente já viajou muito, graças a Deus, muito.

00:11:19

Alinne: Disseminando a nossa cultura.

00:11:21

Esmeraldina: A nossa cultura, levando a nossa cultura, mostrando para o povo que o Amapá também existe.

00:11:25

Alinne: Que o Amapá existe.

00:11:27

Esmeraldina: É resistente também.

00:11:30

Alinne: Amém. Agora eu quero voltar um pouquinho para a questão política partidária. Eu não sei se eu expliquei para a senhora qual é o intuito da pesquisa. Vou até deixar aqui um dos termos para se estar ciente do que está, do que eu estou pesquisando. A gente sabe que existem grupos sociais que eles não, como a senhora falou, não se sentem representados pelo governo, seja federal, municipal ou estadual, seja pelo legislativo, seja pelo Executivo. E aí eu quero entender como é que as lideranças, porque eu identifiquei a senhora agora e foi muito por acaso, porque eu vim atrás Orivaldinho, Graças a Deus, Deus é tão bom que botou a senhora no meu caminho. E aí, a senhora como liderança, como é que a senhora vê a atuação do governo? Seja municipal, estadual, federal, aqui no Curiaú.

00:12:21

Esmeraldina: Olha, meu amor, eu tá terminando o mandato. A gente vê que o governo só preocupa com política, quando vem a política, porque eu acho assim que um governo ele não era pra parar no tempo, o governo era pra ser ativo. Infelizmente, nós não temos esse governo ativo, o governo, ele parou e infelizmente nós não temos assim de dizer assim. Nós temos uma escola estadual aqui na comunidade, nós temos escola municipal, essa escola que foi inaugurada já no final

do Clécio, mas essa escola hoje ela recebe, ela não recebe, é recurso dela mesmo. É outra escola que recebe pra mandar pra escolinha, tá entendendo? E o outro caixa escolar que recebe! Então, eu acredito assim que não ter uma política, porque eu ainda reclamo mais. Nós aqui dentro da comunidade. Hoje nós temos o presidente de comunidade, mas o presidente da comunidade só visa você. Você está sim, visando e visando a família e benefício próprio, não da comunidade. Nós estamos com invasão imensa aqui dentro da comunidade.

00:13:29

Alinne: Tem invasão?

00:13:30

Esmeraldina: Invasão imensa, dentro da comunidade. É venda de terra dentro da comunidade. Então vamos acabar nos perdendo esse título, porque não está lá no estatuto, está lá no documento da comunidade que não pode quem vender terra no Curiaú não pode nem voltar a morar no Curiaú. E a pessoa tinha que perder o dinheiro e perder a casa. Mas isso não está acontecendo por porque a família: não podemos botar, botar o pano quente em cima de família e muitos nem da família são da comunidade. Muitos vêm vem pra querer ganhar posse dentro da comunidade. E cadê nossos representantes? A gente não vê, não vê o representante. Olha, nós temos. Tem dia que não tem nem remédio, medicamento lá no posto pro pessoal, né? Tem hora que não tem médico. É uma situação complicada. Então prefeito e governo, prefeito já vai fazer dois anos que assumiu a prefeitura, mas ainda não sei porque ele veio. Eu ainda não vi dizer pra que ele veio.

00:14:34

Alinne: Eu ainda não senti na minha vida a atuação desse governo municipal.

00:14:37

Esmeraldina: Sendo médico também, sendo médico também. E a gente está, nós estamos, estamos vivendo essa situação. Bora ver o ano que vem? Porque era política. Esse ano tava todo mundo envolvido na política e essa desculpa, essa está sendo a desculpa. Então vamos esperar o ano que vem, vamos deixar baixar a poeira e vamos ver o que vai acontecer daqui pra frente, pra poder a gente ir bater panela e ver se faz alguma coisa. Olha agora essa situação que esses caçambeiros também que matou a menina bem aqui, aquela semana que matou aquela senhora

foi bem aqui na entrada, mulher, dizer que tinha buzinado e não buzinou não, mulher, elas caminhavam todo dia. Por isso que eu vejo porque o caminho aqui na rodovia com a minha sobrinha, eu fico o maior preocupada, eu digo para a gente tem que tá junto uma da outra, mas tem hora que não tem por onde a gente passar, porque não tem acostamento, até isso. Cadê? O lixo? O lixo está jogado no meio da rua. Às vezes eles voltam dali o lixeiro. Cadê a fiscalização? Não tem, mulher!

00:15:33

Alinne: E a associação de moradores?

00:15:34

Esmeraldina: Nada tá fazendo. Estão tirando um monte de terra daqui de dentro pra aterrar não sei pra onde. Os Caçambeiros e Máquina mexem aqui no Curiaú e aqui, um monte de terra. Ai, chamamos a presidente. Ela veio "*porque é um é que a gente tá fazendo não sei o quê"*, enrolou e não explicou o que ela foi fazer, o que estão fazendo. Então, o que está acontecendo? Ninguém está sabendo que está acontecendo, isso são coisas que a gente tem que reivindicar. Se não, vamos perder tudo isso aqui um dia, vamos sim.

00:16:06

Alinne: Assembleia, então, de moradores sumiram? Ninguém reúne com os moradores para tomar as decisões?

00:16:13

Esmeraldina: Não reúne. Eles querem um só resolver e não chamam todo o povo para tentar resolver a situação.

00:16:18

Alinne: Agora, a senhora como liderança, a senhora acha que o cidadão do Curiaú, quilombola mesmo, o descendente remanescente, ele cobra da associação, por exemplo, da presidente? Ele cobra. Eles vão lá, cobra ou ele se acomoda?

00:16:38

Esmeraldina: É acomodado. O povo está ficando acomodado. Eu não estou entendendo o que está acontecendo, porque essa gestão, agora que vê que estava uma briga na Justiça para poder assumir, ela assumiu e assumiu e tal. É uma complicação danada que eu não sei dizer. E cadê? Cadê o povo? Povo sumiu, povo

sumiu. Estive fazendo o cadastramento para saber quem é. Não vi mais esse cadastramento saindo. Reuniu aqui, vamos sair para cá, para ali. No último que teve, ela deu a desculpa que não podia ir. Por que ela não podia ir? Porque ela não quer brigar com quem está ali, o Invasor. Tá entendendo? A porque se eu brigar... eu não vou assumir. Eu digo eu não faço nenhuma coisa que eu não possa brigar. Eu quero bringar de fora, poder conversar, entender de fora, porque não adianta assumir e não chegar e brigar por aquilo que é nosso, porque senão a gente vai perder o direito dessas terras. Vamos perder.

00:17:39

Alinne: Eu ouvi uma frase muito bonita que diz que a partir do momento em que a gente permitir que outros venham para cá, a gente vai perdendo a nossa identidade.

00:17:47

Esmeraldina: Vai perdendo, a maioria. A senhora não imagina o que que tem de gente aqui que não são quilombola, que não faz nem parte da família. Eu digo a gente quando minha mãe tentou voltar para cá, ela foi pra juiz pra conseguir esse terreno e a minha mãe sendo uma das herdeiras, porque quem tem o documento é meu avô, meu avô, que registrou essas terras da família para o nome dele. Mas a minha mãe teve que ir para juiz para mostrar que ela tinha direito. Ela herdava pelos dois lados, pelo lado do meu pai, pelo lado dela, tá entendendo? E ela disse *“Pois agora ele me aborreceu. Vou tirar o terreno que é para mim, para meus filhos, meus netos”.* E ela tirou e ninguém entra nessa área que ela tirou. Daqui da frente até na beira do lago.

00:18:30

Alinne: Tem um lago lá pra trás?

00:18:32

Esmeraldina: Tem um lago lá pra trás, tem um lago lá embaixo, aí onde a gente, o pessoal dos artistas, gosta muito de tirar foto de graça, sei lá. [...]

00:18:46

Alinne: Não, não, não, não, não.

00:18:47

Esmeraldina: É muito mato. Ele é lindo. Eu não sei se você já viu uma foto que eu estou na frente do Superfácil, lá no Zerão...

00:18:59

Alinne: Não quer mandar pra mim essa foto?

00:19:00

Esmeraldina: No Zerão? Aquela foto que está na frente do Super Fácil, Mulher. Qual é o Superfácil? Não é do Trem.

00:19:10

Alinne: Tem Superfácil do centro, do Beirol, tem o do Buritizal, tem o da, ali perto da Fama

00:19:19

Esmeraldina: Fama, e esse perto da Fama. Eu estou lá naquela foto. Eu que tô na frente daquela foto, e é aí atrás. Ai vem o pessoal para tirar as fotos, pra registrar, né? E a gente, é muito lindo lá, se precisa ver. Muito lindo, lindo, lindo.

00:19:33

Alinne: Eu quero ver!

00:19:34

Esmeraldina: A Senhora vai lá, não se preocupe que a senhora vai lá, que eu vou te levar lá. Pois é, eu faço esse meu trabalho aqui. Então a gente fica muito triste de ver a situação que está agora. Ultimamente é só festa, festa, festa, festa que não tinha. Não era as festa, era só para fazer as festas de santo. Agora é qualquer coisa, até imauguração de fazer ano, que aquele bar foi aberto tem festa. Tá horrível.

00:19:59

Alinne: Que Bar?

00:20:00

Esmeraldina: Onde vende bebida.

00:20:01

Alinne: Não. Qual o bar? Porque tem um bar famoso aqui. Qual é o nome que tem? E é grandão, como é todo mundo?

00:20:10

Esmeraldina: Deixa eu ver. Eu nem sei o nome desse bar .... Gorgia não, não não. Só a festa com a gente, só festa de tradição.

00:20:18

Alinne: Gorgia, só festa de tradição. Quais são assim? Quais são as principais famílias? As mais antigas aqui do Curiaú?

00:20:30

Esmeraldina: Olha a família Machado. A família do meu pai. A família Santos.

00:20:34

Alinne: Machado. Santos.

00:20:36

Esmeraldina: Família Ramos. Menos que o pessoal do tio Mem. Do tio Raimundo Mem, mesmo porque ele fica bem próximo da igreja agora.

00:20:48

Alinne: Raimundo Nema.

00:20:49

Esmeraldina: Mem.

00:20:50

Alinne: Mem.

00:20:51

Esmeraldina: Tião Duda. Família Tião Duda também é minha família, mas. É dividido. Essas famílias.

00:21:00

Alinne: São essas três.

00:21:01

Esmeraldina: As três famílias.

00:21:03

Alinne: Gorgia também é família?.

00:21:04

Esmeraldina: É também, é porque (inaudível), ele também é família.

00:21:11

Alinne: Então quando a gente tem os representantes aqui, eles se beneficiam a família, aí a comunidade sofre?

00:21:20

Esmeraldina: A comunidade é que sofre. E hoje? Hoje eu estou, quem está dizendo isso sou eu que eu estou sentindo na pele e tô sentindo uma.... No dia da eleição e porque tem ônibus de graça, o cara tirou no sábado, no meio dia o ele tirou o ônibus, ele trouxe um rapaz que veio de Santana comprar um instrumento aqui, com o irmão. Esse rapaz dá aula de música na Pedra Branca. Ele veio, veio para Santana e pegou o ônibus disseram para ele espera o Curiaú, que ele leva lá dentro da comunidade. Ele avisou para o rapaz *Olha, dá teu jeito, porque o ônibus vai ser só essa volta, porque amanhã não vai ter ônibus para cá*. E não teve, não teve de sábado, de meio dia até segunda feira, pela manhã. Ele retornou, (inaudível).

00:22:06

Alinne: No dia da eleição.

00:22:07

Esmeraldina: E da eleição. Não teve de sábado de meio dia. Tiraram o sábado do meio dia. Só voltou segunda feira de manhã. Aí o povo teve que se virar e muita gente já trabalhava sábado, voltando do trabalho no sábado e voltando do trabalho sábado. E sempre tiveram que se virar.

00:22:25

Alinne: Né?

00:22:26

Esmeraldina: E aí eu lhe digo cadê? Cadê o nosso representante? Era para ter ido pra cima? Não sei não, porque aqui no Curiaú é só um. Se ainda tivesse um São Camilo, Buritizal, mas não, é só um, meu amor, só um ônibus, e ainda ficamos sem ele.

00:22:42

Alinne: Então eu vou fazer uma pergunta aqui não se sinta obrigado a responder. A senhora se candidatou a vereadora e o seu intuito era trazer política pública para cá.

00:22:52

Esmeraldina: Pra comunidade, para as comunidade. Não só pro Curiaú. Eu não pensava só na minha comunidade, porque se você olhar a nossa comunidade, a carência. Olha, eu quando eu andei, eu tive a oportunidade de conhecer minhas comunidades, pegava carro com o meu irmão e que a gente saía quando eu andei dessas comunidade, eu disse assim poxa, como é que pode? Por isso que me revoltou. Eu disse eu não quero mais política, eu quero é. Eu quero acompanhar a política, porque a gente não vive sem ela. Mas eu não quero mais política, porque se você chega no lugar pra estar enganando o povo pobre como eu. Não é para mim. Isso me revoltou muito. Juro por Deus, eu não fico pregando mentira, não. Isso me revoltou muito na minha vida. De chegar em casa e as pessoas me pedirem as coisas, eu não tenho que dar, d'eu ver aquela situação daquelas pessoas pior do que eu. Ah, não, não quero não. E juro como eu não quero, ninguém me convide mais que eu não quero. Eu quero acompanhar política, mas viver de política eu não quero, não quero, não vamos ver. Eu quero não e juro que não quero. Acho muito triste. É muito triste você pegar o que e o que você tem para investir, em vez de você investir na educação, na saúde, que você chega no hospital geral, durante os três anos e pouco. Eu tenho que fazer. Eu tenho que fazer tudo particular. Eu tenho que fazer tudo particular. Todo mês eu tenho que estar me virando. Agora está ficando de três em três meses. O médico disse: não tem nada agora nesse agora e vai ficar de seis em seis meses.

00:24:35

Alinne: Então já não bastasse faltar aqui na comunidade, ainda falta onde devia ter.

00:24:40

Esmeraldina: Não tem mana, tudo particular meus exames, isso aí veio porque tu vai, vão ressarcir esse dinheiro, mas aonde, mana, não vão não, é porque você tem que entrar na justiça. Eu vou perder meu tempo. se eu estou gastando com minha saúde, minha saúde, isso não tem retorno. O retorno é a minha saúde. Fui trabalhar, é isso que eu quero e a minha saúde vai me trabalhar e aí sim vai ter um retorno pra mim. Hoje eu estou lutando pra uma vaga, aí ver se eu consigo. Eu quero fazer minha pós graduação, se Deus quiser. Isso é o retorno que eu quero ter.

00:25:13

Alinne: Eu acho que eu estou satisfeita. A Senhora quer falar mais alguma coisa que isso aqui? Tudo vai pra dissertação.

00:25:21

Esmeraldina: Ahm eu quero, mana: a gente ter certeza no amanhã, que a gente não tem. Ninguém tem certeza no amanhã porque eu disse sim. Eu comecei o tratamento de um ano de um câncer em 2019 e eu tive a graça e a felicidade de Deus de chegar com uma médica que comecei a fazer os exames. Aí começou de janeiro, quando foi a abril já estava me operando e teve gente, amigos que morreram, porque não tinha como se sustentar, mesmo sendo uma servidora pública, mas não tinha dinheiro para custear o seu tratamento. E a minha família se uniram e fizeram um bingo, no último dia que eu recebi a quimioterapia, a última dose. Quando faltava, eles corriam. Parece um louco. A minha filha, meu irmão, até primo ficavam na frente do hospital pra ver se faltava alguma coisa e faltar alguma coisa para correr, para comprar para mim. Não perdi aquele momento porque perdi e tinha que voltar a fazer de novo. Então a gente tem que agradecer muito a Deus desse bingo. Eles arrecadaram o R$ 7.000 limpo durante eu estar fazendo tratamento. Esse dinheiro estava para mim comer, beber para mim e pro meu tratamento. Então eu só tenho que agradecer a Deus porque eu digo assim muitos morrem na fila porque não tem da onde, não tem de onde ir. A família quando diz tu estás com câncer, abandonam logo aquela pessoa e não quero nem saber de estar andando com aquela pessoa. Nós estamos vivendo com uma moça amiga nossa aqui que sempre está trabalhando com a minha sobrinha que ela faz questão. Essa moça está morando com a minha sobrinha. Eles pegaram, na época, porque o marido tá até com outra, tá entendendo as eras que leva elas que vão buscar as que estão ajudando, fizeram bingo, estão ajudando a menina, eu digo o tratamento. Você recebeu um bom tratamento da família, A sua família de puxar, meio, de levantar. Eu chegava em casa muitas vezes assim que a gente não sabe o que vai para dentro da gente. Mas às vezes eu chegava aqui em casa, eu dizia Não, eu quero ir andando pra casa, mas eu ia andando, parece que não era eu. Eu digo eu não quero que ninguém me carregue, porque a pior coisa é você não andar com suas próprias pernas. Então eu ia caminhando até na minha cama. Às vezes eu tomava banho a vez vezes não tomar e ligar a televisão e ver o dar aquele sono que já

estava fazendo aquela sopa para mim tomar. A gente só tem que agradecer a Deus e os filhos que a gente tem. Porque quando você cria filho, você tem filho, para te ajudar do teu lado. Eu ajudei meu pai até nas última dele, ajudei a minha mãe até nas matéria que a minha mãe morreu no dia, no dia, na quarta feira de cinzas. Era carnaval, todo mundo no carnaval e eu com ela, amanheci com ela segurando a mão dela no São Camilo. E eu não sabia que a minha mãe ia partir depois que eu virasse a costa, ela ia partir. Quando chegar o menino pra ficar com ela, a minha filha que chegou lá. E esse meu sobrinho era como filho dela. Pra ver se eu tomo banho e vim para casa tomar banho, dar uma descansada. Eu disse pra ela sentar, eu dei o mingau pra ela sentar. Eu disse pra ele se não tiver que ficar com a senhora, eu venho voltar. Ela olhou para mim, sorriu. Como disse, seu último sorriso está vindo. Você está vindo na minha vida, em vida. E quando eu cheguei em casa, minha mãe entrou em coma e o Alejandro se desesperou. Porque nós temos, nós temos, nós temos. Nós não temos dinheiro, mas nós temos. A amizade é uma grande amizade, graças a Deus. E Ele fez de tudo para voltar lá no São Camilo. E conseguimos. Mas infelizmente não foi por falta de médico, por falta de ajuda. Era tempo dele. Eu tenho para mim que ela trocou a vida dela pela nossa, porque quando ela assistia a televisão, que ela via aqueles acidente lá fora, eu acho que a minha mãe eu acho. Não, eu tenho certeza. Ela trocou a vida dela pela nossa, que nós estávamos viajando. Ela está andando por esse mundão de meu Deus. Então é por isso que eu te agradeço. Eu rezo por ela, faz um terço, rezo por ela e agradeço todo dia a Deus, meu filho. E que as pessoas pudessem olhar não só pelos ricos, mas pelos pobres. Mas que você viu que aquela pandemia, ela veio mostrar isso, que não tinha rico, não tinha quem tinha dinheiro. Você morreu, todo mundo, morreu muita gente. E é isso que eu digo. E a gente tem que lutar, nós temos que lutar e acreditar, e cada vez mais respeitando e tendo amor um pelo outro, porque a gente tendo amor pelo outro, a gente vive muito bem.

00:29:51

Alinne: Poxa Dona esmeraldina, muito obrigada.

00:29:52

Esmeraldina: Eu que agradeço, porque eu que agradeço. A hora que precisar eu estou aqui.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

FABRÍCIO DE SOUZA SANTOS, **entrevista concedida a ALINNE NAUANE ESPÍNDOLA BRAGA**, **no dia** 29 de outubro de 2022, na Comunidade Quilombola do Curiaú para a dissertação de mestrado intitulada **"Entre o modo de fazer política e a representatividade partidária no Quilombo do Curiaú."**

FICHA TÉCNICA

Projeto: Entre o modo de fazer política e a representatividade partidária no Quilombo do Curiaú

Instituição: Universidade Estadual do Ceará-UECE

Orientador/a: José Raulino Pessoa Junior

Entrevistado/a: Fabrício de Souza Santos

Telefone para contato: (96) 99114-0797

Data de nascimento:

Local e data da entrevista: Comunidade Quilombola do Curiaú.

Entrevistadora: Alinne Nauane Espíndola Braga

Transcrição (pessoa responsável): Alinne Nauane Espíndola Braga

Tempo de gravação: 20min35s

Formato do arquivo: Áudio

Número de páginas digitadas: 14 páginas

Palavras-chave (até 4): Associação de moradores, reconhecimento da comunidade quilombola, participação da comunidade;

00:00:00

Alinne: Boa tarde Fabrício. Tudo bem? Qual é o seu nome completo?

00:00:04

Fabrício: Fabrício de Souza dos Santos.

00:00:06

Alinne: Você tem quantos anos?

00:00:08

Fabrício: 29.

00:00:09

Alinne: Você atualmente... Qual é a sua profissão?

00:00:14

Fabrício: Eu sou professor. Sou professor formado em Matemática e sou também tecnólogo em Redes de Computadores. Mas atualmente eu trabalho como professor mesmo e estou à frente da gestão da escola do município há um ano e sete meses. A Escola do Município Joana Santos da Silva, que é a escola aqui do Curiaú.

00:00:38

Alinne: Então eu vou fazer uma pergunta, e se tu não quiser responder, fica à vontade. E lá está essa menina fazendo eu tenho que me ajeitar porque eu corcunda fica esquisita. Fabrício, atua indicação, ela levou em consideração o fato de você ser quilombola?

00:00:56

Fabrício: Sim, porque assim, hoje em dia, aqui dentro da comunidade, nós temos quatro, três órgãos oficiais, né? Tanto da esfera estadual quanto da esfera municipal. Em breve vai ter outro, que é o nosso centro cultural, e um dos critérios que a comunidade acorda com... com... com.. com a chefia executiva dessas esferas é que as pessoas que fiquem à frente dessas instituições sejam da comunidade. Sempre da comunidade. Sempre, sempre da comunidade. Então, geralmente tem toda aquela questão daquele trabalho político e a partir daquele trabalho político, é avaliado alguém que tem a habilidade e competência para estar na direção daquela instituição. Aí hoje, hoje estou eu aqui na escola Joana Santos, né? A dona Celeste provavelmente falou que ela é a diretora da UBS, que são os dois ou são os dois órgãos oficiais da prefeitura, aqui dentro. Tem a outra escola lá do estado, que também a diretora é da comunidade.

00:02:09

Alinne: Professora Claudete.

00:02:10

Fabrício: Professora Claudete, e em breve vai abrir o Centro Cultural, que provavelmente o diretor seja alguém aqui da comunidade. Caso haja uma troca, por exemplo, eu saia da direção da Joana Santos, o próximo que for assumir tem que ser alguém que seja da comunidade.

00:02:27

Alinne: Mas isso sempre foi assim ou isso? Isso aconteceu de um período pra cá?

00:02:27

Fabrício: Sempre foi assim, sempre foi assim.

00:02:27

Alinne: Isso foi.... eu sei que existe uma lei que determina que em comunidades quilombolas, gestores de órgãos públicos sejam quilombolas, mas existe, na tua opinião, existe um direcionamento político partidário para isso?

00:02:49

Fabrício: Em parte sim, em parte sim. Porque é aquela coisa: a gente sabe que hoje tudo o que tudo é movido pela política, né? Então, por exemplo, se eu não estou ou se eu não participo, se... se eu não estou ali sendo ativo numa campanha, por exemplo, eu não vou citar Partido A ou B, mas se eu não for ativo numa campanha e estou à frente de um determinado órgão com cargo e uma outra pessoa que participou fez isso e aquilo, que também tem as mesmas habilidades e competências que eu, provavelmente vai acontecer algo para ter uma troca. O Fabrício não participou porque ele tá lá, enquanto eu que participei, fiz bandeirada, fiz isso, fiz aquilo, não estou. Aí quando termina ali, você sabe como é que funciona.

00:03:40

Alinne: Sei, sei bem.

00:03:41

Fabrício: Aí troca, né? Mas por mais que tenha isso, mas a comunidade, ela ainda tem autonomia de escolher. Por exemplo, a minha escolha quando foi aí pra escola

não foi porque o Fabrício estava ali na bandeirada do candidato tal. Inclusive eu nem participei da última campanha de 2020. Eu já participei agora, né, de 2022, mas precisava trocar. E como eles não, nunca me viram, a comunidade nunca me viu levantando bandeira A ou B. Poxa, o Fabrício é neutro. Pegaram meu nome, pegaram o nome de outras pessoas também.

00:04:30

Alinne: E levaram.

00:04:31

Fabrício: Levaram. Vamos escolher aqui quem pode ser o gestor da escola. Aí me escolheram, né? Me escolheram. Só que aí eu sei que eu, enquanto estou na gestão, eu sei que no momento que a gestão precisar de mim no cunho político partidário, eu vou ter que.

00:04:49

Alinne: Atender a demanda, a demanda política partidária.

00:04:52

Fabrício: Exatamente.

00:04:54

Alinne: E aí tu sabe o que tu és liderança, né? De certo ponto de vista, porque que tu estás à frente da escola e tu conheces uma realidade que muita gente, às vezes, desconhece, que é a realidade das crianças. O que essa criança passa em casa, seja na questão de provimentos materiais, questão de educação ou questão de violência. Quando isso acontece? Tu, como gestor, tu tem autonomia de acionar. É nosso dever, né professor? Mas tu, tu te sentes assim, livre. Não é bem essa a palavra que eu queria falar, mas tu se sente seguro em tomar medidas como fazer denúncias?

00:05:39

Fabrício: Sim. Me sinto seguro. Porque, porque no momento em que a gente não atua, não atua, não faz nada. É como se a gente tivesse tapando os olhos para aquilo que está acontecendo e aquilo ali só se torna algo mais grave. Então, quando a gente percebe alguma coisa assim falando, é pedagogicamente, né? Quando a gente percebe alguma coisa ali no aluno, numa criança, a gente percebe assim um

certo descuido, abandono intelectual ou qualquer outra, qualquer outra coisa assim voltada a essas questões familiares. A gente chama família. A gente já fez isso aqui na comunidade, inclusive a gente chama família. Família não chegou até a gente ou chegou e a gente percebeu que não houve mudanças. A gente vai até a casa para conhecer a realidade. Pra mim é mais fácil, porque por eu morar aqui, eu conheço a realidade dos meus alunos todinhos que moram aqui. Então eu sei quem é filho de quem. O que o menino passa em casa. Alguns, os pais cresceram comigo aqui na rua. Então a gente consegue fazer esse mapeamento. Mas a gente sempre deixa avisado aos pais, que em algumas situações que forem assim exorbitante, a gente vai acionar as forças maiores, o Conselho Tutelar, o MP da Educação, caso o Conselho Tutelar não resolva que o Conselho Tutelar daqui é horrível, mas é isso. Mas a gente se sente seguro sim. Em nenhum momento tem aquela Não, eu não vou mandar porque fulano de tal não. Nós somos impessoais em relação a isso. Se a gente vê que está precisando, se a gente vê que cabe fazer, fazer essa solicitação para que o Conselho venha fazer um acompanhamento, alguma coisa, a gente não hesita em fazer.

00:07:32

Alinne: Aí tu já mencionou a questão do conselho, mas, por exemplo, acionar outros órgãos, o MP sente a efetividade do MP quando apresenta uma demanda, digamos assim: já apresentou alguma demanda?

00:07:44

Fabrício: Ainda não. A gente não chegou ao Ministério Público porque a gente recebe umas orientações para a gente esperar tramitar os documentos... a gente está, inclusive a gente está com dois documentos lá dentro do, do Conselho Tutelar. Aí, se dentro daquele tempo a gente não tiver resposta, aí a gente vai acionar um MP por conta própria, não vai ter nenhuma orientação. A gente sabe que tem que acionar o MP caso o Conselho Tutelar não nos dê uma resposta em tempo hábil.

00:08:18

Alinne: Tá! E agora voltando pra questão do executivo, né? Tu estás, tu és gestor municipal de uma unidade escolar e as demandas que tu apresenta para o executivo são atendidas? Eu sei que não são atendidas a contento, porque enfim, a gente está tratando de gestão, mas as demandas que tu apresenta tu acha que, minimamente,

são atendidas na necessidade da comunidade, da comunidade, no caso da comunidade escolar?

00:08:50

Fabrício: Olha, em parte sim, em parte sim.

00:08:52

Alinne: Parte sim.

00:08:53

Fabrício: Em parte sim. Algumas eles deixam muito a desejar. Não vou entrar em detalhes, mas em parte sim. Não é 100%, não é de bate pronto. Ah, eu preciso disso, no outro dia eles estão ou no decorrer da semana eles vêm e atendem. Só para vocês terem uma idéia, eu tô com uma certa solicitação desde julho, ainda não fui atendido.

00:09:16

Alinne: E nós estamos praticamente em novembro, né? Quer dizer... Mas assim tá. Tu é gestor há um ano e.

00:09:26

Fabrício: Sete.

00:09:26

Alinne: Meses, sete meses e tu já és professor há mais tempo?

00:09:30

Fabrício: Sim, eu trabalhei no José Bonifácio, inclusive. Eu não sou efetivo. Sou... trabalhei no contrato lá. Agora estou num cargo. Eu trabalhei seis anos como professor de matemática. E agora estou aí a esse tempo aí de um ano e sete meses.

00:09:49

Alinne: Como é que tu vê a atuação dos poderes? Tanto. Eu não vou falar do federal porque o federal tá muito distante de todo mundo, mas dos outros poderes municipais e estaduais na comunidade, no segmento educacional, tanto na José Bonifácio quanto na tua escola, antes da tua gestão. Antes de tu ser gestor. Como morador mesmo.

00:10:14

Fabrício: Vamos lá. Digamos: deixa eu ver qual é a palavra que eu posso utilizar para, para definir: o municipal, eu não posso... o que eu posso lhe dizer do Municipal é pela minha experiência, porque eu sou praticamente, eu sou o segundo gestor da escola, mas o gestor que estava antes de mim, ele passou poucos meses e a escola já voltou presencial durante eu estar. Mas falando de escola, do Estado. O que acontece é: como a comunidade é uma comunidade tradicional, uma comunidade quilombola, digamos que eles só tem o olhar para a gente enquanto por conta da nossa cultura. É isso, se resume nisso. E isso é uma...

00:11:10

Alinne: Moeda de troca...

00:11:11

Fabrício: E isso eles só olham pro Curiaú porque o Curiaú trabalha com a modalidade de educação quilombola, porque o Curiaú consegue intercalar, por exemplo, valores e saberes tradicionais dentro de sala de aula. É isso.

00:11:27

Alinne: Mas se não fosse, se fosse uma comunidade...

00:11:29

Fabrício: Se fosse um bairro normal, seria como qualquer ali, como qualquer...

00:11:36

Alinne: Teria.... as dificuldades seriam maiores?

00:11:39

Fabrício: Sim, sim. A gente consegue ainda algumas, digamos assim, algum destaque pelo fato de sermos uma comunidade tradicional. Vou dar um exemplo o Estado tem um projeto chamado Cantando Marabaixo nas Escolas. Aí o que acontece? A escola se mobiliza, juntam os alunos, criam um ladrão, ladrão é uma letra de Marabaixo. Levam esses alunos para apresentar. Os alunos vão lá e apresentam, ganham, né? A nossa música é gravado em estúdio, sai no CD. E aí os holofotes vêm todos para a gente. Mas é só holofote, benefício, benefício pra....

00:12:20

Alinne: Comunidade.

00:12:22

Fabrício: Só holofote.

00:12:23

Alinne: Melhorias na escola...

00:12:23

Fabrício: Tanto que a escola ali tá caindo aos pedaços.

00:12:26

Alinne: Ampliação ou reforma?

00:12:29

Fabrício: Não, não, não é só holofotes mesmo.

00:12:32

Alinne: Antes da gente começar a gravação, tu mencionaste que na tua percepção existem quilombos mais bem estruturados. Você citou o Mel da Pedreira. Por que tu acreditas que o Mel da Pedreira é muito mais bem estruturado que o Curiaú?

00:12:47

Fabrício: Porque a primeira coisa é que na comunidade do Mel da Pedreira existe diálogo, coisa que aqui na comunidade do Curiá não tem. Aqui no Curiaú tem uma peculiaridade não é só daqui da comunidade, mas isso é muito forte aqui dentro. É que muitas pessoas são muito influenciadas pela política, política partidária. E quando a política acaba, algumas pessoas, elas cochicham, costumam não desmanchar seus palanques, entendeu? E existe também uma questão familiar muito forte aqui dentro. As primeiras famílias, primeiras famílias. Nós temos aqui algumas famílias que querem ser as famílias principais da comunidade. Aí, geralmente cada família dessa é responsável por uma festividade, né? Tem a festividade de São Joaquim, que é a principal festividade da comunidade. Existem outras festividades. E muitas das vezes, a gente percebe indisposições de uma família com a outra. Às vezes discussões, alguma coisa que fazem com que o Curiaú comece a ficar fragmentado.

00:14:03

Alinne: E aí, em vez de eles convergirem para o bem comum...

00:14:05

Fabrício: Exatamente. Por exemplo, quando alguém de uma família X consegue algo assim, digamos, uma direção de uma escola, a outra família ali já fica, entendeu? Aí tem essas coisas, né? Eu não vou citar as famílias, mas existem pelo menos umas quatro famílias aqui dentro da comunidade que tem esse, que fazem a comunidade ficar rachada.

00:14:32

Alinne: Entende? Então, de fato, existe uma influência política partidária na gestão da comunidade?

00:14:41

Fabrício: Porque a questão da política, da influência política parte. Ajudarem se em algo, em alguma situação que, digamos, familiar A conseguiu uma entrada com o governo. A família A conseguiu essa entrada com o governo, mas aí ela não consegue converter essa entrada em benefícios para a comunidade, só para si e só para o grupo. E só ali, entendeu? Ai, tipo, a comunidade toda assiste aquele grupo ali usufruindo do, da entrada que foi dado. Aí a família B consegue uma entrada e às vezes no mesmo governo, mas um outro, digamos, numa outra pasta. Sim. Aí só aquela família usufrui ali e fica aquilo ali.

00:15:32

Alinne: E eu sei que a gente está falando agora do Executivo, mas bora pro Legislativo, que talvez seja mais e mais palpável, às vezes a gente conseguir identificar. Já viu algum candidato dizer assim *Ah, vamo, vamo aqui defender os interesses do Curiaú no Legislativo*, Já? Tu sabe?

00:15:47

Fabrício: Veio o candidato, o candidato veio, agora ele é eleito. Não apareceu.

00:15:55

Alinne: Mas ele foi eleito?

00:15:56

Fabrício: Já tiveram situações aqui de candidatos que foram eleitos, que falaram que iam fazer coisas pelo Curiaú e no final nunca vi nada. Tanto que aqui dentro do

Curiaú não tem nenhum trabalho de nenhum deputado, nenhum deputado estadual fez algo ou alguma coisa, nenhum vereador, algum projeto de lei, alguma coisa voltada para a gente, muito menos um deputado federal com alguma emenda, alguma coisa lá. Nunca vi nada aqui, entendeu? Então é uma coisa. E tem deputados que se dizem tem, tem, tem. Tem vereador que se diz eu sou preto do Curiaú não sei o que...

00:16:34

Alinne: É. Tem deputadas.

00:16:36

Fabrício: Tem deputadas também.

00:16:38

Alinne: Que nunca bateram aqui.

00:16:40

Fabrício: Só vem tomar o caldo na festa.

00:16:44

Alinne: Era essa deputada que queria saber.

00:16:46

Fabrício: Pois é, vocês não são conhecidos. Não, não, não, não. Bom, eu não posso nem nem precisa. Vocês sabem quem é.

00:16:59

Fabrício: Pergunta Tem a Na verdade eu vou. Eu vou só me retificar rapidinho. Tem um vereador que ano passado ele conseguiu assim, porque a gente teve um diálogo próximo, inclusive eu tava nesse diálogo e conseguiu trazer um benefício aqui para a comunidade.

00:17:19

Alinne: Qual foi?

00:17:21

Fabrício: Pode falar o nome, não vai pro trabalho, o nome?

00:17:25

Alinne: Fala, o benefício, Porque essa é a transcrição, vai para o trabalho.

00:17:31

Fabrício: E ele conseguiu fazer com que uma Secretaria, com diálogos com uma secretaria que viesse maquinário, que a comunidade conseguisse arar mais de 30 terras para que os agricultores pudessem fazer seus plantios. Que foi algo assim, nunca feito antes na comunidade. A Prefeitura de Macapá veio com o trator. Nós éramos 30 espaços dentro de toda a comunidade 33, se eu não me engano. Ai esses agricultores, pequenos agricultores, conseguiram fazer seus plantios.

00:18:07

Alinne: É uma pergunta que eu fiz lá pra Celeste em relação a tentar eleger algum representante daqui mesmo, não alguém que vem de fora. Eu vou representar vocês. Já foi pensado, articulado com a gente, já está sendo?

00:18:24

Fabrício: Já foi pensado, mas não deu certo. Por quê? Por causa do racha das famílias. O racha das famílias impedem com que isso aconteça. Porque se o pessoal pega alguém, poxa, vamos, vamos, vamos eleger fulano de tal para ser o nosso representante. O Curiaú conta com 920 votos, aí junta aí com mais de dois comunidade aí de dentro, com os parentes, com os parentes que estão fora. Bate aí uns 1500 votos, tranquilo. Se o partido for bom, elege, né? Mas por conta desse racha não vai. Tínhamos um candidato daqui que foi candidato a deputado estadual. Agora ele não ganhou, não tirou uma votação baixa, acho que não pegou nem 300 votos. E aqui nós temos 920. Em 2020, esse menino veio candidato de novo, que eles fazem essa candidatura coletiva que chamam agora. Tivemos ali o seu menino ali, Coruja, que também já veio candidato, um irmão da dona Celeste já, que era o seu Zé, mas sem êxito, porque como é aquela coisa, a comunidade não se une para eleger alguém, Aí tem essa questão dos rachas familiares. Mas eu vou eleger alguém da família do fulano de tal que a pessoa tem logo esse pensamento, na rivalidade. Ela não pensa na questão da comunidade, no que poderia vim de benefícios pra gente, né? Mas é isso. Mas a comunidade, ela tem potencial para eleger, Só falta trabalhar essa questão aí, desse racha familiar, dessas vaidades, para poder começar a fazer um trabalho.

00:20:33

Alinne: Fabrício, muito obrigada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ISIS TATIANE DOS SANTOS, **entrevista concedida a ALINNE NAUANE ESPÍNDOLA BRAGA**, **no dia** 31 de outubro de 2022, na Comunidade Quilombola do Curiaú para a dissertação de mestrado intitulada **"Entre o modo de fazer política e a representatividade partidária no Quilombo do Curiaú."**

FICHA TÉCNICA

Projeto: Entre o modo de fazer política e a representatividade partidária no Quilombo do Curiaú

Instituição: Universidade Estadual do Ceará-UECE

Orientador/a: José Raulino Pessoa Junior

Entrevistado/a: Isis Tatiane dos Santos

Telefone para contato: (96) 99117-7131

Data de nascimento:

Local e data da entrevista: Comunidade Quilombola do Curiaú.

Entrevistadora: Alinne Nauane Espíndola Braga

Transcrição (pessoa responsável): Alinne Nauane Espíndola Braga

Tempo de gravação: 20min52s

Formato do arquivo: Áudio

Número de páginas digitadas: 14 páginas

Palavras-chave (até 4): Associação de moradores, reconhecimento da comunidade quilombola, participação da comunidade;

00:00:00

Alinne: Boa tarde! Qual seu nome completo?

00:00:03

Isis: Eu me chamo Isis Tatiane da Silva dos Santos.

00:00:05

Alinne: Isis, muito obrigada por conceder a entrevista. E você fala um pouco sobre você? Você é do Curiaú ou você é historiadora? Está presidente da Associação?

00:00:23

Isis: E eu sou do Curiaú. Eu sou nascida e criada lá, que é a família, tanto de pai como de mãe, é da comunidade. Eu vim de lá para estudar em Macapá em 92, porque a escola lá e até a quarta série precisava continuar os estudos e fiz o ensino médio todinho. Fiz o, mas sou oriunda do magistério. Prestei vestibular, fiz o História na Unifap e hoje acho que desde 2016 eu estou presidente da Associação de Mulheres, já com mandato vencido, que venceu em 2020. E toda essa militância, eu entrei na militância do movimento negro a partir dos 16 anos. Eu vim da igreja e o grupo de jovens da igreja, que era o grupo de Teoria da Libertação dentro da igreja. E de lá eu parti para o movimento negro. Mas eu sempre milito muito na questão do recorte de mulheres. E aí, por isso que eu hoje eu estou presidente da Associação de Mulheres do Quilombo.

00:01:17

Alinne: E a associação existe desde quando?

00:01:18

Isis: Desde 97, ela foi fundada em 16 de julho de 97.

00:01:25

Alinne: E quais são as principais ações assim que a associação ela prioriza para melhoria da vida dessa mulher?

00:01:35

Isis: Bom, em 97, quando ela foi pensada, ela foi pensada justamente para eu fazer a organização dos festejos culturais que a gente precisava. Às vezes tinha necessidade de recursos, só que a gente não tinha como correr atrás. Então as mulheres que me antecederam, que fundaram ela, eram mulheres. São as mulheres mais velhas da comunidade, que era uma que era casada com um rapaz, que era da

comunidade, que era professora, pensou ela. E aí o intuito maior era organizar os festejos tradicionais, a parte religiosa das festas tradicionais. E aí, com o passar dos anos, a associação foi ganhando novos objetivos. Ela já pautou muito a questão ambiental, porque nós estamos dentro do quilombo, mas estamos inseridos dentro de uma APA, né? Então a gente já também trabalhou a estratégia de estar dentro da vivência de uma APA e a partir de 2015, 2014, começou se a pautar a questão do enfrentamento ao racismo, ao preconceito, à violência contra a mulher. Então, nessa inerência, a gente começou a pautar junto com outras associações de mulheres que estão constituídas no Estado do Amapá, principalmente ao IMena, que é o Instituto de Mulheres Negras do Amapá. E aí foi uma grande parceria, porque eles se fundaram através da nossa história de existência, que nós somos mais velhos do que eles, mas a gente sempre trabalha muito com elas. Mas ela já tinha um trabalho separadamente de fora do movimento de mulheres, mas depois elas pensaram se organizar quanto mulheres negras. E aí buscaram pautar muito a Associação de Mulheres do Curiaú. E aí a gente começou. Foi nessa fase que a gente começou a trabalhar a questão da violência, do racismo, preconceito e aí até hoje acho assim que foi um divisor de águas, porque ela nasceu com o intuito da organização dos festejos tradicionais. Pautou muita questão que dá pauta a questão do meio ambiente. A gente está dentro da APA, mas aí a gente, nosso maior objetivo agora é empoderar as mulheres negras, dizer que elas precisam estudar e estar nos espaços de poder e decisão e só aí elas vão conseguir estar nesses espaços através da educação. Porque eu acho que eu fui ensinada a dizer que a melhoria de vida viria para minha vida se eu estudasse. E aí, conforme isso, eu trouxe pra mim isso e levo junto com ela. Então a gente pauta muito aqui essa questão, empoderar ela, mas principalmente a questão da educação pra elas estarem nos espaços de poder, de decisão.

00:03:57

Alinne: Muito bom. Quais são as ações pontuais que vocês já fizeram, reuniões, cursos, assembleias, oficinas? Vocês fazem reuniões? Assembleias.

00:04:07

Isis: A gente, por exemplo, corre atrás de parceiros para fazer. Já tem vários cursos para expressão do empreendedorismo, corte, costura. A gente tem muitos parceiros. A gente já buscou parceria com o Sebrae, Senac, faz curso realmente de

empreendedorismo para as meninas se, se movimentar, porque a gente é uma associação de mulheres, mas a gente quer o intuito dessa mulher que ela tem o empoderamento financeiro, porque lá no Curiaú a maioria das mulheres são chefes de família, são mães solteiras que comandam suas famílias. Então a gente precisa que essas mulheres estejam preparadas pelo mercado de trabalho, né? E aí, na maioria das vezes, o mercado de trabalho pra elas é o trabalho doméstico. E a gente não quer isso. A gente quer mudar essa realidade nossa! É através desse esforço que a gente busca. É justamente para que elas tenham autonomia para dar em outros espaços. Algumas delas estão, no centro comercial, trabalhando de loja, essas coisas. Mas a gente não quer só isso, a gente quer mais pra gente mudar realmente a cara do Quilombo do Curiaú.

00:05:11

Alinne: Tu mencionaste que existem outras associações que vocês estão articuladas, justamente também para defender a questão do meio ambiente, porque afinal de contas, o quilombo está inserido numa Apa. Exatamente. E como é que se dá essa articulação?

00:05:25

Isis: Por exemplo, a gente está dentro dessa APA e além do Quilombo do Borel, possui uma comunidade quilombola. A gente tem o Quilombo do Rosa. A gente tem parceria, faz trabalho com a, a presidente de lá é a Joelma, que a gente faz trabalho com ela. Tem a São Francisco da Casa Grande, que não quis se tornar quilombo, mas é uma comunidade tradicional que também tá na APA e o Curralinho é uma comunidade quilombola. Também é gente com quem a gente faz essas parcerias e porque essas quatro comunidades quilombolas estão dentro da APA. Então a gente precisa trabalhar junto as estratégias de melhoria do meio ambiente, porque a gente entende que o que o quilombo diz que eu posso ter a APA me cerceia, porque tudo que da APA eu preciso de documentação, eu preciso ter uma licença. Então, o que mais nos esbarra dentro dessa APA é a questão das leis de meio ambiente, porque pra gente fazer roça, a gente precisa do plano de manejo. Então a gente tem quase mais de 20 anos de existência de APA e esse plano de manejo ainda não chegou em nossa mãos. Já tentaram levar um plano de manejo mais já pronto, feito pela Unifap e Embrapa. E a gente não quer, a gente quer trabalhar esse plano de manejo, nós, enquanto comunidade, fazer o que a gente quer que esteja nesse

plano de manejo. Então não está. Nunca houve esse diálogo. A gente já acionou Ministério Público, essas coisas, mas nós não conseguimos constituir esse plano de manejo, que é pra dar autonomia pra questão do meio ambiente, pra gente ter a nossa roça.

00:06:45

Alinne: A sociedade deve participar, a comunidade deve participar.

00:06:49

Isis: Porque nós sabemos o que queremos, não é ele chegar lá e dizer o que a gente quer que tem que ser feito.

00:06:56

Alinne: Agora voltando pra associação das mulheres. Gente pro nicho da mulher. Aí você me põe a realidade dessa mulher que é chefe de família, que tem pouca oportunidade. E vocês tem ações pontuais de qualificação de trabalho, educação, incentivo à educação, por exemplo. Vocês têm uma estatística de quantas mulheres, por exemplo, já tiraram o ensino fundamental ou o ensino médio?

00:07:21

Isis: Pra te dizer, por exemplo, nós somos as que mais estudam na comunidade, não é? A maioria das mulheres formadas com nível superior são as mulheres. Então a gente tem uma perspectiva, porque juntando que o quilombo é grande, hoje no quilombo, a gente tem pra mais de 100, 200 mulheres com nível superior na comunidade. Porque principalmente quando chegou a questão da universidade, vai dar que aqui a UVA, Universidade Vale do Acaraú. A grande maioria delas estudaram na UVA e tiraram o nível superior através dela, trabalhando e pagando. Tem um exemplo da minha irmã, que é ela fez UVA, fez pedagogia e, portanto, outras mulheres também na comunidade têm essa formação através disso. Foram poucas as que conseguiram galgar com a questão da universidade estadual e federal. Mas a gente luta por isso que a gente diz que a escola a um nível superior, tanto no Estado quanto no nível federal, é pra elas também. E aí chegou a questão. Eu digo que eu não sou filha das cotas. Eu entrei na universidade em 2008, as cotas chegaram em 2013, mas eu batalho pra elas se apropriarem disso. A cota pra vocês, não quer dizer desmerecer o conhecimento que elas têm, mas sim é uma forma de

garantir que elas estejam inseridas nesse processo, delas estarem nas universidades.

00:08:37

Alinne: E aí a gente vai passar um pouquinho. Para um outro nicho, essas mulheres, arrimo de família e a questão da violência doméstica. Como é essa questão, porque a gente sabe que o Curiaú é bem, muito bem estruturado, tem um posto de saúde, tem um posto, tem ali as escolas, tanto municipal como o estadual. Mas a questão da violência doméstica. Acho que é um dos principais pontos de enfrentamento.

00:09:07

Isis: Embates nosso. É assim, a gente sabe, não é visivelmente, mas a gente sabe que existe a violência e na maioria das vezes essas mulheres se fecham pra dialogar com a gente, sobre a questão da violência. A gente conhece os acontecimento pontuais, sabe quem sofre violência. E justamente quando a gente vê que esse índice está muito, a gente geralmente procura levar ações para a comunidade, levar os CRAS, levar. A gente tem uma psicóloga que é da comunidade que aí a gente faz. Ela não. Ela trabalha essa questão psicológica, mas ela leva outras mulheres que possam trabalhar, porque as mulheres de lá tem vergonha de se abrir com ela enquanto mulher preta. Mas aí a gente procura outras parcerias pra dar conversando com essas mulheres. Então a gente a gente discute de uma forma geral, não dizendo olha, fulana, tu tá fazendo isso, a gente sabe, mas aí porque como gente sabe que acontece a violência, a violência dentro da comunidade. E aí a gente procura construir ações para inserir essa mulher que está sofrendo violência dentro dessas ações, pra dizer pra ele olha, você tem isso como apoio, você pode buscar isso, aquilo, justamente pra não é amedrontar, afastar. Porque quando a gente vai pra cima de dentro, tá sofrendo violência, essa mulher se fecha, se afasta. Então uma das estratégias é criar ações, convidar essa mulher a vir pra essa ação, pra ela poder estar inserida e dizer onde ela tem que acessar pra não ficar sofrendo essa violência vem. E agora, por exemplo, o último mês do mês de setembro, a gente, houve dois casos. Só que elas se fecham, a gente procura conversar e levamos uma ação social sobre de apoio jurídico lá pra dar uma palestra, mas pra elas focarem nessa questão da violência que elas precisam acessar, esses mecanismos que têm de proteção pra elas justamente, para elas saberem que se elas precisarem ir lá e buscar esses auxílios pra elas.

00:10:55

Alinne: Aí eu vou te perguntar o estado, e ele atua como nessa questão da violência? Porque levando em consideração que o Curiaú, por mais que seja próximo de Macapá, ele tem uma certa distância. Como é que as forças de assim, as forças policiais conseguem e eles conseguem atuar a tempo as vezes?

00:11:18

Isis: Não, não consegue. Só se a gente acionar e mesmo assim tem essa dificuldade. A gente já teve um posto de saúde de polícia dentro do Curiaú, pegou fogo. E aí depois eles estiveram lá no Centro de Cultura e agora estão mais pra lá. E se eu não me engano, quase na divisa com a Casa Grande, a ressaca que era o destacamento que tinha dentro da comunidade e aí a gente tinha dificuldade porque eles iam pra lá e tudo que tá acontecendo, tal coisa, briga, isso aqui. Ah, mas a gente não. Aí esbarrava na questão mas aqui todo mundo é parente, eu vou pra lá, eu vou me meter, Eu digo não, não existe esse negócio de ser parente ou não. Se tá acontecendo uma questão de violência, uma criminalidade, o papel da polícia lá é interagir, não dizer porque no Curiaú todo mundo é parente, deixa se acabar pra lá e brigar e aí a gente acabou que a gente sempre teve esse conflito com eles, aí quando era que ele ia sair a gente também não fez questão de ficar, porque eles não vão nos ajudar muito, dar uma ajuda, de acionar a polícia que tá fora pra ir pra lá, tentar amenizar o que tá acontecendo. O que é que a gente já tinha dentro da comunidade? Bem complicado.

00:12:17

Alinne: E aí eu vou te fazer agora a grande pergunta. A proposta da pesquisa é justamente... é a articulação entre essa liderança civil, da sociedade civil, que são vocês e os órgãos oficiais de representatividade, estado, município, governo. Como é que a associação de mulheres interage, por exemplo, com o município, com o Estado, com o governo federal? Vocês conseguem interagir? Vocês conseguem algum benefício para as mulheres da comunidade?

00:12:53

Isis: Com muita luta conseguir, consegue. Por exemplo, a última gestão que teve na prefeitura. Acho que foi uma das gestões que a gente mais pautou e quem mais conseguiu ações foi o governo Clécio, que a gente levou muitas ações para a comunidade, os CRAS, muitas eles tinham, os CRAS tinha os... Tinha um outro

órgão que era o de CDMAQ, que era o Conselho Municipal da Mulher, que também trabalhava com a gente, porque lá dentro do Conselho tem uma pauta, o recorte de mulheres quilombola. E a gente dizia que a gente precisava de políticas com recorte para as mulheres pretas, porque nós somos mulheres e mulheres plurais, diferentes. E aí a gente trabalhava a questão da saúde, da questão da anemia falciforme, que a prefeitura atuou bastante nesse ponto com a gente. E no estado a gente consegue também através do conselho, porque tudo se consegue para as mulheres, para as ações das mulheres na comunidade, através dos conselhos que têm, tanto no Estado quanto no município. E aí a gente procura estar dentro desses conselhos que geralmente a gente, como eu já falei no início, os Conselhos Municipais de Mulheres e o Conselho Estadual de Mulheres que a gente consegue está inserido dentro desses conselhos para levar conseguir alguma coisa através de documentação para a comunidade.

00:14:03

Alinne: E agora, voltando um pouquinho para a questão política partidária. Ontem foi a eleição e às vezes a gente não se sente representado, seja no Legislativo, seja no Executivo, né? São só os cargos que a gente efetivamente contribui ali para a escolha dos nossos representantes. Já houve alguma tentativa de aproximação de algum candidato ou de algum político querendo ajudar a comunidade, querendo entender a pauta das necessidades e aplicar políticas públicas para a comunidade?

00:14:40

Isis: Já que já tivemos assim, por exemplo, como eu falei no governo Clécio, a gente dialogou muito no governo do Capiberibe, do PSB. Gente. O povo olha pro Curiaú e diz que o Curiaú tem cara de PSB, porque todas as grandes ações que a gente teve foi do PSB e ai tanto no governo como no mandato da Cristina Almeida, aí o povo ah, porque as meninas são parceira do IMENA... não, não é a coisa, porque ela tanto você do movimento de mulheres, mas também quando ela sentou no governo, ela chegou lá, foi pauta nossas coisas também. E outros governos também, que já tiveram, tentaram dialogar para levar uma estrutura razoável para a comunidade, mas isso é com muita luta. A nossa maior barra é dentro da comunidade, é a questão do transporte, a gente vem anos, acho que pra mais de 20, 25 anos brigando pela questão do ônibus e não é resolvido. Só pra gente ter uma ideia ontem a gente não teve ônibus que diziam que porque ia ser gratuito a passagem e

aí durante a semana se ele faz cinco, seis, volta na comunidade, é muito. E quando quebra ônibus tem que esperar, conserta o ônibus pra voltar de novo. Então tem um único ônibus que serve Curiaú, Curralinho e Curiaú, Casagrande e Ipê. E aí todo tempo vai, porque não muda, não tira empresa, não muda a estrutura do ônibus porque não dá rendimento. É incrível como dá rendimento e a gente pediu já para tirar a linha e a gente ia correr atrás de outro, uma maneira de sair da comunidade pra vir pro centro da cidade e aí eles nunca retiram. A gente já teve a questão de quebrar o ônibus dentro da comunidade porque o cara não resolvia da empresa pra poder chamar a atenção dele. E aí foi que ele chamou, a gente conversou Ah, vai mudar. Durante os primeiros meses, dois, três meses e consegue ajeitar a linha, mas depois volta tudo de novo. Então o nosso maior esbarro, com a questão de estrutura de dentro da comunidade é a questão do transporte público. Não é atoa eu estou aqui, passo a semana aqui. Eu só vou pro final de semana porque não me da dura pra mim vir pra Macapá. Então, como eu preciso de internet, eu trabalho de Home Office, eu preciso de internet, eu prefiro ficar aqui durante a semana e só vou no final de semana pra lá.

00:16:41

Alinne: E está. Agora vamos voltar de novo com a associação, a associação ela é composta. Como é a estrutura organizacional da associação? Você está presidente, tem uma vice

00:16:51

Isis: Que é a nossa estrutura. Eu sou a presidente, tenho uma secretária, uma tesoureira e o Conselho Fiscal. E aí, dentro dessa estruturação, nós somos mais de 156, eu não me engano, mulheres associadas. Dentro dessas cento e poucas mulheres associadas, a gente tem 12, que está ali, sempre na frente de pauta. As outras, geralmente eu participo das assembleias e das ações, que é aí, porque eu não sei falar, não sei quem a gente tem que estar com a pasta, gente, todo mundo sabe falar. Eu pra chegar aqui eu precisei aprender com as que me antecederam, então não nasci falante assim pra estar falando assim. Eu digo, eu digo que eu digo tenho uma prima que foi aqui que me antecedeu como presidente, eu digo que a culpa do monstro que eu me tornei é porque é assim. Eu eu era associada, ia só pra reuniões, eu era como a maioria e aí um dia faltava. Olha, precisa de uma uma representante da associação pra ir fazer uma fala em tal evento. Aí todo tempo eu me esquivava, me esquivava, ter que um dia eu chegar. Sabe quando eu morava na

comunidade aí que eu não vou, porque eu não tô sem dinheiro pra pagar hoje não, eu vou pagar a passagem do vai. Então eu passei por um processo, um batismo, eu fui, eu tinha que fala era. Veio o encontro de mulheres negras da Amazônia, que estava sendo sediada no estado do Amapá, e aí era a rede Fulana, eu tive que ir lá. Aí eu digo mas o que eu vou falar pras não? Na hora a pergunta vai, vai, vai saber responder. Então eu passei por esse processo. Então todo mundo aprende a falar, porque quem sabe melhor de nós, se não ser nós mesmo, Eu tenho o poder de fala. Eu vou falar do meu lugar de fala, eu vou falar de mim e das minhas, dos meus pares. E aí a gente trabalha isso pra que as mulheres consigam se enxergar nesses espaços e de vez em quando a gente vai mandando uma mandar outra para uma viagem e aí elas vão aprendendo a lidar, oportunizando.

00:18:32

Alinne: As mulheres a falar.

00:18:34

Isis: O lugar de fala, porque elas precisam falar. Eu digo gente, ninguém nasce aprendendo, uma hora a gente aprende, ok, todo mundo sabe o que passa as mulheres aqui dentro do quilombo, então geralmente as perguntas que surge é sobre isso a nossa vivência. Quanto mulher preta, quilombola vocês vão saber falar de nós. Não tem mistério nenhum.

00:18:51

Alinne: Você é professora, né? Isso? Você é professora lá da comunidade.

00:18:54

Isis: Não, eu não estou em sala de aula, eu trabalho. Eu já estive no governo Clécio, no IMPROIR, que era um tipo de política de pra igualdade racial. Eu trabalhava na área de fomento lá com o empreendedorismo preto, e aí eu trabalhei no estado também. No contrato eu trabalhei na Secretaria de Turismo, eu trabalhava no departamento de construção de projetos, estive em sala de aula de 2003 a 2006, e aí, depois desse período, eu só tinha o magistério. Aí eu resolvi fazer a universidade. Foi quando eu fiz vestibular e me preparei, entrei na Unifap e terminei. E aí, nisso eu faço muito questão de palestra. Eu assessora o projeto do Movimento Negro e hoje eu trabalho numa empresa chamada Escola de Ativismo, que é uma empresa que tem sede em São Paulo e os seus... Hoje sou colaboradora, aliás, nessa escola eu

faço assessoria pra eles num projeto dentro da Amazônia. Chamado Segura Amazônia, que trabalha com mais entidades indígena e indigenistas e quilombola na Amazônia. Eles dão apoio de segurança digital, física e patrimonial. Eu sou a secretária desse projeto aqui.

00:20:03

Alinne: Mostra que é necessário, ainda mais depois desses quatro.

00:20:07

Isis: Anos, quatro anos que a gente viveu, que foi muito árduos.

00:20:10

Alinne: Pois foi um desafio, né?.

00:20:11

Isis: Um desafio muito grande. E aí é assim tu sair de casa, porque o projeto faz com que eu viaje muito no Brasil e aí, principalmente na região Norte. E aí tu sair de casa sem saber se volta, porque a gente sabe de que forma esse governo criminalizou a questão do ativismo em prol Amazônia. Então a gente tinha medo de sair, ser atacado, porque muitas das vezes a gente passava por emboscada nessa militância. E mais, é bem complicado. Só que assim eu digo o papai diz tu sai de casa, mas tu não tem vergonha, tem medo, mas não tem vergonha, não tem um amor que me move, a paixão pelo movimento. E acho que é por essa paixão que eu vivo. O que me move realmente.

00:20:48

Alinne: Eu estou mais do que satisfeita.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

JOSÉ ARAÚJO PAIXÃO, **entrevista concedida a ALINNE NAUANE ESPÍNDOLA BRAGA**, **no dia** 28 de outubro de 2022, na Comunidade Quilombola do Curiaú para a dissertação de mestrado intitulada **"Entre o modo de fazer política e a representatividade partidária no Quilombo do Curiaú."**

FICHA TÉCNICA

Projeto: Entre o modo de fazer política e a representatividade partidária no Quilombo do Curiaú

Instituição: Universidade Estadual do Ceará-UECE

Orientador/a (quando for o caso): José Raulino Pessoa Filho

Entrevistado/a: José Araújo Paixão

Telefone para contato: (96) 9-9158-6570

Data de nascimento: 20/02/1960

Local e data da entrevista: Comunidade Quilombola do Curiaú.

Entrevistadora: Alinne Nauane Espíndola Braga

Transcrição (pessoa responsável): Alinne Nauane Espíndola Braga

Tempo de gravação: 21min38s

Formato do arquivo: Áudio

Número de páginas digitadas:

Palavras-chave (até 4): Associação de moradores, reconhecimento da comunidade quilombola, participação da comunidade;

Sumário:

[00:00:01] **ALINNE**:-Boa tarde, Sr. Francisco, tudo bem? É, Sr....

[00:00:04] **JOSÉ**:- José...

[00:00:05] **ALINNE:** - José, perdão. Estou com o Francisco na cabeça, perdão. Sr. José, há quanto tempo o senhor mora aqui?

[00:00:11] **JOSÉ:-** 62 anos.

[00:00:12] **ALINNE:-** 62 anos. Mas o senhor morou, o papai comentou que o senhor morou antes, lá no Pacoval, lá na Sergipe, né?

[00:00:19] **JOSÉ:-** Morei, mas eu só nascido e criado aqui (Curiaú). Na verdade eu passo um tempo lá na Sergipe.

[00:00:24] **ALINNE:-** Passou um tempo lá na Sergipe, então...

[00:00:26] **JOSÉ:-** Na verdade, na casa do meu irmão, mas eu sou nascido e criado aqui, sempre morei aqui.

[00:00:30] **ALINNE:-** Descendente...

[00:00:31] **JOSÉ**:- Eu fui pra lá a trabalho.

[00:00:32] **ALINNE:-** A trabalho. Aí o senhor é descendente mesmo aqui?

[00:00:35] **JOSÉ:-** Nascido e criado.

[00:00:36] **ALINNE:-** Nascido e criado. Deixa eu lhe perguntar uma coisa: Aqui é a questão dos terrenos, por exemplo, quem tem direito de morar no Curiaú? Não é qualquer pessoa que pode vir e comprar um terreno, não, né?

[00:00:45] **JOSÉ:-** Não.

[00:00:46] **ALINNE:-** Só é os descendentes.

[00:00:47] **JOSÉ:-** Não tem terra pra vender. Os remanescentes e descendentes. Filhos do Curiaú.

[00:00:52] **ALINNE:-** Filho do Curiaú. Eu vou colocar mais próximo aqui (o celular). Tá. E aí, cada comunidade são. A dona Isa tava falando que são duas aqui, né? O Curiaú de dentro e o Curiaú de fora.

[00:01:05] **JOSÉ:-** Bem da verdade, é uma comunidade: Curiaú.

[00:01:08] **ALINNE:-** Curiaú.

[00:01:09] **JOSÉ:-** Divide Curiaú de fora e Curiaú de dentro por causa de uma... Uma pequena ilha que tem. Curiaú de fora e Curiaú de baixo. Mas é Curiaú. É só um Curiaú.

[00:01:18] **ALINNE:-** É só um Curiaú.

[00:01:19] **JOSÉ**:- Só um.

[00:01:20] **ALINNE:-** Só um. Aí tá. Nessa região aqui, o senhor atua como liderança?

[00:01:27] **JOSÉ**:- Eu fui presidente aqui da comunidade há 16 anos. Foi 8 mandatos consecutivos.

[00:01:37] **ALINNE:-** Presidente da comunidade.

[00:01:41] **JOSÉ**:- Da comunidade, há 16 anos.

[00:01:43] **ALINNE:-** O senhor lembra o período?

[00:01:45] **JOSÉ** 88... 1988 a... Na época que eu parei de trabalhar aqui. Bem da verdade, que terminou meu mandato.

[00:02:02] **JOSÉ:-** Foi 16 anos?

[00:02:03] **JOSÉ**:- 16 anos! Foi 16 anos.

[00:02:04] **ALINNE:-** 16 anos. De 88 pra cá. Foi 98, 2004.

[00:02:09] **JOSÉ:-** 2004.

[00:02:11] **ALINNE:-** De 2004. E aí, senhor foi eleito, foi?

[00:02:14] **JOSÉ**:- Fui eleito.

[00:02:16] **ALINNE:-** E essa eleição é só com os moradores, né?

[00:02:19] **JOSÉ**:- Só o descendente, remanescentes e descendente.

[00:02:23] **ALINNE**:- Tá. E aí, o senhor como presidente, o senhor atuava junto aos órgãos, né? Prefeitura...

[00:02:30] **JOSÉ:-** Os órgãos públicos: Governo do Estado, governo municipal, governo federal.

[00:02:36] **ALINNE**;- Governo, Estado e Prefeitura. E quando o senhor ia solicitar, o senhor...

[00:02:43] **JOSÉ:-** O governo federal.

[00:02:44] **ALINNE:-** O governo federal. Tá aqui: governo federal. Quando o senhor foi fazer a solicitação, o senhor consultava a comunidade antes de levar as reivindicações? Tinha assembleia?

[00:02:54] **JOSÉ:-** Todos os projetos que foram implantados aqui foram discutidos com a Assembleia Geral. A Assembleia Geral era a que dizia, bem da verdade, o que queria implantar aqui dentro. Nada foi discutido, nada foi feito sem autorização da comunidade.

[00:03:11] **ALINNE:-** Então, tem uma participação muito forte, tem uma consciência muito forte do quilombola.

[00:03:17] **JOSÉ**:- Da comunidade, com certeza. A titulação das terras até foi uma discussão aqui junto com a comunidade. A comunidade foi que decidiu e, através da decisão dela, eu procurei os órgãos públicos, o governo federal.
[00:03:32] **ALINNE**:- Em que ano começou esse processo de discussão da titulação?
[00:03:37] **JOSÉ**:- O processo da titulação começou em 88, 90, mais ou menos 91... 91, 92, 93, por aí.

[00:03:48] **ALINNE:-** E aí, vocês conseguiram fazer, efetivar isso?

[00:03:51] **JOSÉ**:- (19)99.

[00:03:52] **ALINNE**:- (19)99. E com essa efetivação houve a proteção aqui da APA, né?

[00:04:02] **JOSÉ:-** Foi.... não, não... Foi titulada a área de remanescente de quilombo. A APA do Rio Curiaú é outra história.

[00:04:09] **ALINNE:-** E o senhor sabe falar um pouquinho sobre a APA?

[00:04:11] **JOSÉ:-** Sei, porque eu trabalhei no processo.

[00:04:14] **ALINNE**:- Também foi da comunidade?

[00:04:15] **JOSÉ:-** Foi. Bem da verdade, a APA do Curiaú é outra história. É uma lei estadual. A área de remanescente é uma lei federal, através do artigo 68 da Constituição Federal. É que nos dá o direito de auto se reconhecer como remanescente de quilombos, junto ao governo federal, você vai buscar todos esses benefícios, a reivindicação. E através do governo federal nós recebemos o título definitivo da área de remanescente de quilombos. Ela tem aproximadamente umas 3.622 Hectares. A área de proteção ambiental é uma área muito ampla, muito grande. Tanto é que ela abrange várias comunidades: como Curiaú, tem o Mocambo, Pirativa, Casagrande, Rosa, Comunidade do Rosa, Curralinho e Curiaú.
[00:05:15] **ALINNE**:- É por isso que o pessoal confunde o quilombo com a APA.
[00:05:19] **JOSÉ:-** Justamente. É outro território.

[00:05:20] **ALINNE:-** É outro território, é mais amplo.

[00:05:22] **JOSÉ:-** É uma área mais ampla. Ela tem o início aqui na estrada do Curiaú, ela vai até o quilombo 25 da BR-156, tem um ramal que corta que ela vai subir lá em cima da Casagrande. É justamente a delimitação da área de proteção ambiental. É muito ampla, muito grande. Dá mais de 23 mil hectares. É uma diferença muito grande. Para 3 mil e poucas hectares, para 23 mil. Tem mais de 20 mil hectares além da área de remanescente de quilombo. Que a área de remanescente de quilombo, o limite dela é o igarapé do Rio Curiaú, bem aqui logo.
[00:06:00] **ALINNE:-** Ela tem 3 mil hectares.

[00:06:02] **JOSÉ:-** É, no Balneário. É o limite.

[00:06:06] **ALINNE:-** Tem mais diferença. Deixa só ele perguntar mais uma coisa. Então, o quilombo, ele é bem estruturado. De todos os quilombos do Amapá, ele é o melhor estruturado.

[00:06:16] **JOSÉ:-** É o melhor estruturado. Tem tudo que você pode imaginar que dentro tem. Tem asfalto, escola, posto médico, energia direta, asfalto. Tem posto de saúde bem equipado com médico.

[00:06:31] **ALINNE:-** Mas isso tudo foi conquista da comunidade.

[00:06:33] **JOSÉ:-** Tudo foi conquista nossa.

[00:06:36] **ALINNE**:- Mas, porque assim, o que eu estou trabalhando na minha pesquisa é representação e representatividade. A representação seria o governo, o estado e a representatividade seriam os líderes locais. E aí a articulação desses dois. Então, por exemplo, você tinha apoio de algum político?

[00:06:54] **JOSÉ:-** Não. Na época, bom, de nós ter, tinha porque era uma articulação. Porque isso, por exemplo, todos esses benefícios que vieram aqui para dentro do Curiaú, isso dependia muito da articulação da liderança em si, de dentro da comunidade. A liderança corria atrás, junto ao governo do estado, junto ao governo municipal, junto ao governo federal, justamente para trazer os benefícios, as políticas públicas para dentro, para ser implantada aqui dentro. Mas dependia muito da base aqui interna. Não veio nenhum deputado, não veio nenhum vereador, não veio nenhum senador aqui dizer ó, eu vou fazer isso, isso, isso. Não, muito pelo contrário. Nós era que automaticamente saía e fazia a nossa reivindicação.

[00:07:44] **ALINNE**:- E desses políticos, quem ajudou? Por exemplo, no reconhecimento do quilombo, você sabe quem foi o que mais ajudou vocês a conseguir essa articulação com o governo?

[00:07:54] **JOSÉ**:- Junto ao governador, na época, era o Capiberibe. João Alberto Rodrigues Capiberibe. Ele que ajudou. Tanto é que ele, ele e a Madame Mitterrand, a mulher do François Mitterrand, eles estiveram no dia da entrega do título, elas estavam aqui na comunidade, junto com o CAPI. Eles dois serviam de testemunho na época da entrega do título aqui. E veio, o presidente da Fundação Cultural Palmares Brasília, vinha aqui no Curiaú, veio entregar o título em 1999. E a maior articulação foi junto ao governo do estado, governo que nos deu subsídio para chegar até os ministérios, justamente para fazer a nossa reivindicação. Através da Fundação, da Fundação Cultural do Estado, que era a Fundecap na época, que era

o presidente, na época era o João Milhomem, irmão do deputado Evandro Milhomem. E através dele que a gente fez essa articulação, e junto ao governo do estado para trazer o título aqui para o Curiaú.

[00:08:53] **ALINNE**:- E aí ficou definido a organização da comunidade como é hoje.

[00:08:57] **JOSÉ:-** É, mas a bem da verdade as terras, elas não saíram de forma individual, elas foram para a forma coletiva. E o título saiu em nome da associação de moradores do quilombo Curia´´uu.

[00:09:10] **ALINNE:-** Então não posso dizer assim, o Sr. José é dono desse pedaço? Não.

[00:09:14] **JOSÉ:-** Não.

[00:09:14] **ALINNE**:- Não. É cedido para ele morar?

[00:09:16] **JOSÉ** Não, não. Bem, na verdade, é assim, como essas terras foram herança, ficou o mesmo processo, agora ficou de forma organizada, entendeu? Foi de forma organizada. Por exemplo, eu como filho do Curiaú, eu posso morar aqui até quando Deus precisar de mim. É uma coisa que lá vai passando de filho, de pai para filho, de filho para neto, de neto para bisneto. Por exemplo, eu estou na terceira, quarta geração, meu bisavô, meu tataravô lá atrás, foi uma das pessoas que cuidou aqui, pai do meu pai. Só que quando meu vô morreu, o papai ficou cuidando. Papai faleceu, aí estou eu cuidando, aí de mim vou passar para os meus filhos, dos meus filhos vai passar para o meu neto, dos netos passa para os bisnetos. Eu nunca posso dizer esse pedaço é meu, eu estou ocupando enquanto tenho vida.

[00:10:01] **ALINNE:-** O Sr. está tendo a posse, né?

[00:10:03] **JOSÉ:-** É, enquanto eu tenho vida, porque vai passando de filho para neto, é uma área que foi herança. Entendeu? Eu não posso dizer, ah, eu vou vender esse pedaço para fulano, não posso. Não posso fazer isso.

[00:10:16] **ALINNE**:- Pode ser uma pergunta até indiscreta, sinta-se à vontade de não responder: tá, digamos, uma pessoa que é casada e se separa, como é que fica a divisão? Sendo os dois quilombolas ou não?

[00:10:30] **JOSÉ:-** Não, aí vai muito do entendimento dos dois.

[00:10:33] **ALINNE:-** São os dois que vão se resolver?

[00:10:35] **JOSÉ** Os dois que vão decidir.

[00:10:37] **ALINNE**:- E a associação não interfere?

[00:10:39] **JOSÉ**:- Não, na separação não.

[00:10:41] **JOSÉ**:- Mas na divisão da terra?

[00:10:43] **JOSÉ:-** Não, porque ela, na verdade, não pode dividir. Um dos dois vai ter que abrir mão de alguma coisa.

[00:10:47] **ALINNE:-** Por que é da associação?

[00:10:49] **JOSÉ:-** É da associação, entendeu? Por exemplo, se for os dois quilombolas, se houver separação, ou eu me retiro, ou ela se retira. Aí, se tiver filho, fica para os filhos. Aí vai passando de pai para filho. Entendeu? Não posso dizer, ah, eu vou vender para nós dividir. Para eu vender, eu tenho que vender para uma pessoa filha da comunidade. Eu não vou vender a terra. Eu não vendo a terra, eu só vendo o bem. Que está em cima da terra. Entendeu? Porque a terra não é minha propriedade.

[00:11:20] **ALINNE**:- É da associação.

[00:11:21] **JOSÉ**:- É da associação, é de forma coletiva. Por isso que eu digo para você, que ficou de uma forma muito bem estruturada e organizada. Porque se eu não fizesse isso, amanhã o Curiaú ia desaparecer.

[00:11:31] **ALINNE:-** É verdade.

[00:11:34] **JOSÉ:-** Por que o que acontece? Porque qualquer coisinha que tivesse, eu poderia vender para qualquer pessoa. Entendeu? E aí, por exemplo, eu vendia para pessoas de fora. Essa pessoa de fora já trazia outra. Aí depois já trazia outra. Quando eu pensasse que tinha terra de remanescente, ia apagava. A minha

história ia se apagar. Porque a pessoa que vem, ela não tem o mesmo compromisso que eu tenho com a minha cultura.

[00:11:56] **ALINNE:-** É questão de identidade.

[00:11:57] **JOSÉ:-** Identidade. Essa identidade não pode apagar, porque o que me sustenta é nossa identidade.

[00:12:07] **ALINNE:-** Muito obrigada, Sr. José. E deixa eu fazer mais uma pergunta: entre várias conquistas, vocês conseguiram trazer para cá uma seção eleitoral, não é?

[00:12:18] **JOSÉ**:- Com certeza.

[00:12:19] **ALINNE**:- Essa seção eleitoral funciona desde quando?

[00:12:21] **JOSÉ:-** Ih, rapaz... Não, mas mais ou menos assim. Olha, eu acho que ela é desde... Será que tem... No meu título, será que tem a data?

[00:12:36] **ALINNE:-** Eu acho que sim.

[00:12:37] **JOSÉ:-** Então, vamos já descobrir. Vou pegar a minha bolsa. Ai, meu Deus.

[00:12:48] **ALINNE**:- Ei, papai, me empresta o seu telefone rapidão, por favor. Não é que eu estou ainda explorando, mas já estou explorando um pouquinho. Só de leve. Obrigada.

[00:12:59] **JOSÉ:-** Não acho que tem.

[00:13:01] **ALINNE:-** Não tem? Você se importa de eu bater uma foto sua com seu título?

[00:13:06] **JOSÉ** Não. Não é para fazer campanha para o Bolsonaro, não.

[00:13:11] **ALINNE**:- Oi?

[00:13:13] **JOSÉ**:- Não é para fazer campanha para o Bolsonaro, não.
[00:13:15] **ALINNE**:- Olha, eu não posso manifestar, mas Deus me livre.

[00:13:17] **JOSÉ** É, porque eu também, Deus me livre.

[00:13:19] **JOSÉ**:- Se fosse, eu não daria.

[00:13:21] **ALINNE**:- Deus me livre.

[00:13:23] **ALINNE**:- Eu não quero ser assim para que Deus...

[00:13:25] **JOSÉ:-** Ah, Deus me livre, Deus me livre.

[00:13:27] **JOSÉ**:- Eu não quero ser para que esse homem saia do poder, meu Deus. Esse homem não dá para ser meu representante.

[00:13:31] **ALINNE:-** Olha, eu chorei quando esse homem foi eleito. Eu vou dizer, eu vou ser sincera. Eu chorei. Foi o cúmulo, meu. Eu expliquei para os meus alunos, eu disse assim, gente, desculpa falar, a gente é pobre. Esse homem vai matar a gente, dito e certo. Minha mãe morreu de Covid.

[00:13:48] **JOSÉ:-** Não foi só sua mãe. São 700 mil brasileiros morrendo. Eu sou solidário a todos os 700 mil, porque... Cara, é de pura assim, uma grandeza de ignorância. O cara dizer que a pandemia era uma pura gripezinha. E ele me dizer que, publicamente, que ele não era coveiro.

[00:14:09] **ALINNE:-** E tirar sarro.

JOSÉ:- Pela divina Mãe de Deus, que país é esse? Que representante é esse, meu Deus do céu? O povo morrendo, e o cara não faz nada para salvar a humanidade. Muito o cara ser desumano.

[00:14:21] **ALINNE:-** Fora o Apagão que a gente sofreu ainda. Que teve uma articulação muito grande, porque ele só veio porque o Davi deu muita garantia para ele. Porque se não a gente ia passar mais de dois meses...

[00:14:32] **JOSÉ:-** Mais mal, mais mal. E o povo foi tão inocente que ainda usou isso contra o Davi, porque o Davi não tem nada a ver com a questão do Apagão. Mas, enfim.

[00:14:39] **ALINNE**:- Já foi, né sr.

[00:14:43] **JOSÉ**:- A emissão do meu título foi o 4 do 7 de 2013, mas já existia. Opa, desculpa.

[00:14:56] **ALINNE**:- Quer dizer que o senhor não ia deixar essa... Agora você imagina a professora tendo que aguentar aluno falando de Bolsonaro a mensagem e não pode falar nada?

[00:15:06] **JOSÉ** Não, mas... Tem muito, tem muito... Tem muito...

[00:15:12] **ALINNE**:- É gente tem noção.

[00:15:15] **JOSÉ:-** É, mas... É assim. Eu falei assim brincando, entendeu?

[00:15:20] **ALINNE:-** Não, não, não, não, senhor. Deixa pra lá. Vamos continuar aqui nossa entrevista.

[00:15:25] **JOSÉ** Eu assim, eu sou um cara que eu... Até porque eu sou do tempo ainda da ditadura, entendeu? Eu sinceramente não gosto de militar.

[00:15:33] **ALINNE**:- Mas, senhor, e na ditadura como era aqui?

[00:15:37] **JOSÉ:-** Não, graças a Deus nós vivemos um tempo... Nós não vivemos aquele... Aquele terror, aquele terror. Ah, mas até porque quando eu me entendi um pouquinho lá da ditadura estava praticamente acabando. Mas ainda era muito rígido ainda. Não podia falar muito assim que os caras vinham, eu me arrependi mesmo. Entendeu? Você hoje está vivendo no mar de rosa. Você está vivendo numa democracia. Apesar que esse cara aí, esse ignorante, sentou como presidente da República, mas... Porque pra mim esse cara é muito ignorante, sabe? É um cara que eu não tenho palavras pra descrever o tamanho do ignorante. Você já imaginou? Um cara que se diz Presidente da República, incentivar as pessoas pra fechar o Supremo Tribunal Federal e fechar o parlamento. Isso quer quê? dizer o quê? Quer voltar a ditadura de novo? Mas ninguém vai permitir isso. Mas você não sei nem...

[00:16:34] **ALINNE**:- E o povo... O senhor sabe que o que mais me entristece é que o povo não tem noção do que é a ditadura.

[00:16:38] **JOSÉ:-** Não tem.

[00:16:39] **ALINNE**:- Eles acham que... Ah, porque a mais... vai estar mais protegido... Eu sou livre. Você não vai ter direito a manifestar o seu pensamento.

[00:16:46] **JOSÉ**:- Você vai acabar o seu direito. Você vai acabar dando o seu direito pra... Você, bem na verdade, quem sustenta esse país é muito nós. O senhor. É nosso. Ah, porque o governo tem dinheiro. O governo tem... tem... Desculpa, quando você anda falar, o governo não tem porra nenhuma. Quem tem é nosso. É nosso que trabalha. É nosso. O sol é nosso. É nosso que paga os impostos. O dinheiro é nosso.

[00:17:08] **ALINNE**:- E eles são nossos funcionários.

[00:17:09] **JOSÉ**:- São nossos funcionários.

[00:17:10] **JOSÉ**:- É por isso que eu digo que nós é que temos que fazer boas escolhas pra colocar lá. Entendeu? Porque é nós é que damos pra eles... O poder pra que ele gaste o nosso dinheiro

[00:17:23] **ALINNE:-** Isso.

[00:17:24] **JOSÉ:-** Pra que ele gaste o nosso dinheiro. É nós que damos o poder pra ele. Fico muito triste quando eu encontro pessoas que vendem seu voto. Vocês não têm noção do tamanho do voto, que tem o seu voto. O tamanho da decisão do teu voto. O meu ouro, vale ouro. Meu voto não é vendido nem se o cara venda com uma barra de ouro. É mais te deixar ir da colégio, não vão votar, né?
[00:17:46] **ALINNE**:- Também. Mas mais triste pe que não vai votar...

[00:17:49] **JOSÉ**:- Porque aí o outro que vende o voto vai lá e decide por ele.

[00:17:51] **ALINNE:-** Exatamente.

[00:17:53] **JOSÉ** Ah, caramba. E aí, mano? Fica um mingau de caroço que ninguém entende depois. O cara já vendeu, já comprou. Não tem mais compromisso. Eu já te comprei e pronto, tá pago. Agora eu vou trabalhar pra ricar. É o que os caras pensam. No bem da verdade, assim, eu acho que o maior corrupto não é o político em si. O maior corrupto é o eleitor. Porque o eleitor é que faz o cara ser corrupto. Ele que vende, o cara tem dinheiro e compra. Você vai numa

mercearia, por exemplo, você quer comprar qualquer coisa. Você vai lá, o cara tá vendendo e você tendo dinheiro. E quando você vende dinheiro, você compra. É o poder aquisitivo que tá mandando. É mesmo que o seu político. Se o eleitor tá vendendo o voto... Ah, quanto é o teu voto? É 100 reais? Não, eu te dou 150. Vota pra mim, tá? Me arruma aí uns 3 mil votos que eu compro. Tenho bala na agulha, eu vou lá e compro. Conheço um cara aí que só se elege assim, viu? Tu não vê ele fazendo propósito.

[00:18:52] **ALINNE:-** O Vinícius Gurgel.

[00:18:53] **JOSÉ:-** Tá aí. Me tirou a palavra da boca. Tu não vê o Vinícius andando na rua... Não vê o Vinícius... A mulher saiu, a mulher saiu. Ela saiu porque ela mudou de partido. Porque se ela tá na mesma partido, ele carregava ela. Tu não vê o Vinícius na rua pedindo voto pra ninguém. O Vinícius tá em casa, na boa, lá, tomando whisky. E manda os cara nos municípios. Olha, eu quero te “X”, voto daqui, “X” daqui, “X” dali, “X” dali. Tá aqui o dinheiro, vai lá e compre, pronto. Não tem compromisso com esses caras. Eu sei que eles fazem uma tristeza, mas é a realidade da vida. Ele encontra a bicha que vende. Eu, se fosse eu, pegava o dinheiro, comia o dinheiro e votava pra outro. O dinheiro é meu. Me deram. Porque esse dinheiro que ele tá comprando, tá comprando meu. O dinheiro não é dele, esse dinheiro é meu. É o dinheiro que ele rouba lá. Através das emendas parlamentares. Porque esse pilantra desse Bolsonaro colocou uma tal de emenda secreta que ele não tem... Diabo que diga pra onde que o dinheiro vai? Vai tudo pro bolso deles. Olha, Coruja, tu corrupção. que é uma corrupção. Entendeu? É uma corrupção enraizada, tu sabia? Cara, não tem jeito esse país. Aí tu vai pra casa e deixa os pais de família sofrendo lá. É nós que plantamos na condição.[...] Quantos anos de conscientizar?
[...]

[00:21:02] **ALINNE:-** Tá, agora, pra eu lhe deixar descansar em paz.

[00:21:05] **ALINNE:-** A Associação de Moradores, hoje tem um novo presidente.

[00:21:08] **JOSÉ:-** Tem. Ela até passou indo agora e ainda está com a nossa...

[00:21:11] **ALINNE:-** Qual é o nome dela?

[00:21:15] **JOSÉ** É a Celeste Ramos.

[00:21:24] **ALINNE:-** Senhor José, muito obrigada.

[00:21:25] **ALINNE:-** Por nada, minha querida.

[00:21:26] **ALINNE:-** Foi uma satisfação enorme lhe conhecer. Que Deus abençoe.

[00:21:31] **JOSÉ** Amém. Que nos abençoe.

[00:21:33] **ALINNE:-** Que o Lula ganhe.

[00:21:35] **JOSÉ:-** Não, vai ganhar sim.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIA CELESTINA DA SILVA RAMOS DOS SANTOS, entrevista concedida a ALINNE NAUANE ESPÍNDOLA BRAGA, no dia 29 de outubro de 2022, na Comunidade Quilombola do Curiaú para a dissertação de mestrado intitulada “Entre o modo de fazer política e a representatividade partidária no Quilombo do Curiaú.”

FICHA TÉCNICA

Projeto: Entre o modo de fazer política e a representatividade partidária no Quilombo do Curiaú

Instituição: Universidade Estadual do Ceará-UECE

Orientador/a (quando for o caso): José Raulino Pessoa Filho

Entrevistado/a: Maria Celestina da Silva Ramos dos Santos

Telefone para contato: (96) 99149-2305

Data de nascimento: 30/04/1962

Local e data da entrevista: Comunidade Quilombola do Curiaú.

Entrevistadora: Alinne Nauane Espíndola Braga

Transcrição (pessoa responsável): Alinne Nauane Espíndola Braga

Tempo de gravação: 15min30s

Formato do arquivo: Áudio

Número de páginas digitadas: 8 páginas

Palavras-chave (até 4): Associação de moradores, reconhecimento da comunidade quilombola, participação da comunidade;

00:00:00

Alinne: A questão é que isso é conhecido como uma comunidade muito participativa e tudo. A senhora, como representante no momento, confirma isso, porque quem vê de fora, escuta falar, acha que é assim mesmo:- Ah, eles são participativos. A gente acha mesmo. Que lutam, que falam, mas se a senhora como representante sabe dizer assim, quando eu chamo assembleia vem todo mundo participa? Aquela questão de comunidade mesmo.

00:00:39

Celestina: Olhe, pelo quantitativo de pessoas quando se faz um evento desse, né? Seria o ideal que a gente pudesse contar, pelo menos, com 50%. Não vem. O povo ainda é um pouco acomodado. O povo é bom de briga. O povo é bom de reclamar, de criticar. Mas no momento que a gente chama, como aconteceu recente, uma palestra com os órgãos ambientais sobre poluição sonora, o que está acontecendo muitas vezes dentro do Curiaú. Quem deveria estar lá para escutar não veio, que é o dono de baile que estão fazendo festa. O pessoal que constantemente faz festa. Essas pessoas precisariam estar para escutar as leis que as leis estão mais severas. Mas eles não fazem, não participa, que é para justamente depois dizer que não sabia, pra ter desculpa, né? Então eles participam quando é conveniente, porque quando tem a entrega da cesta básica, você gosta de ver: é a casa cheia. Quando tem alguma ação solidária, vai receber benefício, é casa cheia. Agora, quando é pra contribuir, para eles virem escutar para melhoria, não é casa cheia. Poucos vêm que pode isso também. Depois ficar como a gente citou, ficar apontando o dedo. Ah, eu não estava lá, eu não escutei. É mais fácil eu dizer a minha versão do que de fato aconteceu.

00:02:10

Alinne: Porque como uma como uma comunidade relativamente, mas bem relativamente, pequena, e a gente espera que a participação seja maior,

00:02:39

Celestina: Que a participação seja maior. Só que eu acho que ainda está faltando muito para a gente se organizar nesse sentido, porque tem comunidade que é bem mais organizada do que aqui. A gente tá constatando, né? Então, a participação eu ainda acho pequena por tamanho que nós temos, para a proporção que nós temos

do quilombo e para a quantidade de pessoas, a gente espera que com o tempo, com a adequação das pessoas como nós estamos recente, a gente possa ter esse público mais presente. Porque hoje ainda é muito discreto e pequeno, e também é conforme as conveniências.

00:02:54

Alinne: E a senhora tem algum algum plano para isso, para chamar a...

00:03:00

Celestina: Atenção...

00:03:00

Alinne: Da Comunidade, para fazê-la ser mais participativa.

00:03:02

Celestina: Olha, a gente faz. Eu também estou diretora da UBS, né? A gente fez agora recente uma palestra com uma ação pelo dia dos Diabéticos e Hipertenso. Mas é muito raramente que eles vão. Eles vão. A gente chama. Eles não são assim tão frequente para acompanhar. Apesar de ser um benefício pra eles. Eles são assim, fazem, fazem pouco caso. A pretensão que nós temos, sim. A gente, quando pegou a certidão, nós chamamos as instituições constituídas, dizendo que logo, para que a gente possa se despir da vaidade e dar os braços para que a gente possa buscar políticas públicas, porque individual a gente não consegue. A gente só vai para frente se tiver união. A hora que a gente demonstrar essa união, as pessoas se despir de vaidade e entender que a luta pelo coletivo, a gente tentar a diversidade, aí a gente vai avançar e aos poucos a gente está conversando e as pessoas estão vendo que a gente precisa ter essa visão. Nossa, estou até arrepiado.

00:04:17

Alinne: E aí surgiram outras perguntas: primeiro, quais são as outras instituições do Curiaú?

00:04:24

Celestina: Tá? Tem a Associação de Mulheres Mãe Venina! Tem a Igreja do Cordel de Fora. Tem a Igreja de Baixo. Tem a escola do Município e a escola do Estado. Então, para nós, são todas as instituições que têm liderança, onde a gente pode trabalhar junto.

00:04:42

Alinne: E outra pergunta que me chamou a atenção: a senhora diretora da UBS. Tem a UBS, tem a direção das escolas. Quais são os outros órgãos que tem aqui? Quais são os outros serviços? UBS e escolas, né?

00:04:57

Celestina: UBS, Escolas, igrejas.

00:04:59

Alinne: As igrejas, a igreja a gente nem mexe tanto, mas o governo e a prefeitura. Ela oportuniza que os moradores do Curiaú sejam os dirigentes?

00:05:11

Celestina: Na minha situação, eu atendi os critérios por ser do município, por morar na comunidade e ser servidora. Morar na comunidade.

00:05:26

Alinne: Expertise.

00:05:26

Celestina: Teve três.

00:05:28

Alinne: Três.

00:05:28

Celestina: Critérios que eu passei e estou aqui.

00:05:33

Alinne: Não. Mas assim, por exemplo, o diretor da escola, ele é da comunidade?

00:05:38

Celestina: Também. Da escola, do Estado e da escola do município.

00:05:40

Alinne: Isso é isso é uma prática comum ou vem pessoas de fora?

00:05:45

Celestina: Já veio, já veio de fora.

00:05:46

Alinne: Veio...

00:05:48

Celestina: Já veio. É pra ser porque tem lei que diz que no quilombo é para oportunizar os quilombolas, porque nós temos os quilombolas letrados, né? Que tem títulos que dá conta de assumir. Porém a gente sempre sabe que a política partidária, ela dita muita coisa e hoje até que a gente está sendo atendido nisso aí. Eu, como descendente, tô na UBS, o diretor da escola do município é quilombola. A diretora da escola quilombola é quilombola, nascida e criada, a presidente da associação de mulheres é quilombolas. O presidente do Sindicato do Agricultor Rural é quilombola. Então a gente está assim, com já uma representatividade de quilombolas. E a gente está lutando para isso. E hoje em dia, o que a gente está almejando, a gente tem até um grupo de professores quilombolas. A gente está almejando que as vagas dentro da comunidade seja ocupado por quilombolas. O nosso pleito é esse.

00:06:56

Alinne: Muito obrigada, Dona Celeste.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ORIVALDO DE DEUS LEITE JUNIOR, **entrevista concedida a ALINNE NAUANE ESPÍNDOLA BRAGA**, **no dia** 31 de outubro de 2022, na Comunidade Quilombola do Curiaú para a dissertação de mestrado intitulada **"Entre o modo de fazer política e a representatividade partidária no Quilombo do Curiaú."**

FICHA TÉCNICA

Projeto: Entre o modo de fazer política e a representatividade partidária no Quilombo do Curiaú

Instituição: Universidade Estadual do Ceará-UECE

Orientador/a: José Raulino Pessoa Junior

Entrevistado/a: Orivaldo De Deus Leite Junior

Telefone para contato: (96) 99201-5947

Data de nascimento: 08/11/1976

Local e data da entrevista: Comunidade Quilombola do Curiaú.

Entrevistadora: Alinne Nauane Espíndola Braga

Transcrição (pessoa responsável): Alinne Nauane Espíndola Braga

Tempo de gravação: 16min01s

Formato do arquivo: Áudio

Número de páginas digitadas: 14 páginas

Palavras-chave (até 4): Associação de moradores, reconhecimento da comunidade quilombola, participação da comunidade;

00:00:00

Alinne: Mania de eu te chamar de Orivaldinho.

00:00:01

Orivaldo: Tranquilo. Sou conhecido assim mesmo.

00:00:03

Alinne: Desculpa a indiscrição, qual foi com teu nascimento?

00:00:07

Orivaldo: 08/11/1976

00:00:09

Alinne: Olha, já vamos fazer aniversário. Então, Orivaldinho, nascido e criado, descendente quilombola?

00:00:19

Orivaldo: Eu, na verdade, eu, eu, a minha avó foi nascida e criada aqui, meu pai também. Eu nasci no Pacoval, mas desde pequeno, acho que de uns quatro, cinco anos de idade. Aí nós mudamos pra cá. É curioso, acho que eu tinha dez anos, daí não sai mais.

00:00:37

Alinne: Então é descendente.

00:00:39

Orivaldo: E é morador, na verdade, né?

00:00:41

Alinne: Tá, e aí, hoje você é presidente da Associação dos Agricultores?

00:00:48

Orivaldo: Sim, estou hoje como presidente da Associação.

00:00:51

Alinne: Há quanto tempo? Desde que ano?

00:00:54

Orivaldo: Nós vamos fazer um ano ainda na frente da associação que eu estava

compondo a chapa da na gestão passada, a do Anselmo, ele pediu pra mim ser... que ele estava com dificuldade em termo de tesoureiro na associação e eu fui compor com ele a chapa. Registramos até a nossa diretoria. Aí como deu a pandemia e precisou fazer os encontros, eu notei que ele também estava sem tempo, estava com problema pessoal, já tinha expirado a data. Aí eu fui aclamado, na verdade. Não fizemos nem eleição, não foi aclamado, *Orivaldo, tem que ser tu cara*. Aí eu fui aclamado como presidente. Aí eu peguei um outro rapaz, o Geraldo, pra ser o meu vice, que também já foi presidente da associação. Aí foi uma aclamação, inclusive nós vamos mês que vem, agora, agora, nesse mês, agora vamos fazer. Acho que é sexta feira, se não me engano. Vou marcar uma reunião. Nós vamos pra cartório registrar a nossa, a nossa diretoria.

00:01:49

Alinne: Ah, entendi, entendi. E nesse um ano só que tu tá, tu estás presidente há um ano, mas tu faz parte da associação há mais tempo, né? Já? Quantos anos.

00:02:00

Orivaldo: Eu não que uma base de uns quatro anos, acho que quatro.

00:02:04

Alinne: Anos. E tu é agricultor, pessoa? Tu cultiva o quê?

00:02:08

Orivaldo: Na verdade eu sou engenheiro de pesca, né?

00:02:10

Alinne: Sério?

00:02:12

Orivaldo: Eu. Meu pai é funcionário público e também um pequeno pecuarista. Aqui a gente chama aqui criador, na verdade, que a gente não tem.

00:02:21

Alinne: Eu não entendo muita diferença assim.

00:02:25

Orivaldo: Meu pai, um pequeno criador aqui e com isso eu, eu também vim compor, porque a verdade é que associação é a ACRIAÚ-Associação de Moradores,

Associação de Criadores e Agricultores do Quilombo. É o nome da nossa associação. E então, com isso eu passei a compor a associação lá junto com Anselmo, que também é meu primo.

00:02:51

Alinne: E o teu pai. Ele é criador? Bubalino?

00:02:54

Orivaldo: Não, é comum, gado branco.

00:03:02

Alinne: E aí eu vou te perguntar, mas porque tu é líder? É, na minha percepção, a minha entrevista, a proposta é essa. A minha pesquisa. Com os líderes da comunidade, no entanto, é líder e, a tua liderança, ela tende a trazer benefícios para tua comunidade. O que a associação já trouxe para a comunidade?

00:03:27

Orivaldo: Para a comunidade. Por exemplo, na gestão que o que eu participei com o Anselmo, a associação teve muita dificuldade de acessar o PPI, que é um, é um convênio que é feito pelo Estado com as associações de agricultores. Então eles estavam com essa dificuldade e foi por isso que ele me pediu para compor com ele a diretoria, que não estava registrado, pois tinha um problema de CPF de algumas pessoas que o compõe, a diretoria, né? Aí ele pediu compor com ele, eu disse *Cara, estou meio sem tempo, mas eu vou, eu vou nessa luta com vocês, porque eu vejo a dificuldade de avançar na agricultura aqui na comunidade*, e corremos contra o tempo e não conseguimos acessar o PPI, devido alguns documentos, nós não conseguimos. O principal foi a Receita Federal, que tinha um débito lá, até por falta, não foi por maldade de você, foi por falta de conhecimento das pessoas que estavam lá na gestão anterior, que era não prestar conta dessa situação. Esses valores é ilusório por pouca coisa aí, mas graças a Deus nós conseguimos parcelar na gestão do Anselmo, mas veio a pandemia, aí estaca zero. Aí eu vou agora como presidente, eu vou tentar agora, se Deus quiser, estou, estou compondo como as pessoas da comunidade que eu vejo que tem condições da gente. Se a gente avançar nisso. E na gestão do Anselmo, nós fizemos através da Secretaria de Agricultura do Município. Nós fizemos oito áreas com mecanização agrícola e área de cerrado. Aqui a comunidade, inclusive uma área foi essa aqui atrás do Adelson,

aqui no pessoal da Tia Chiquinha, e fizemos uma área aqui, fizemos dois atos aqui na Extremas e quatro 4 áreas no Curiaú de baixo, foi foi essas áreas que nós fizemos ao todo e, agora na nessa gestão agora da política, agora para deputado estadual, nós conseguimos avançar muito. Nós conseguimos fazer 32 áreas mecanizada na comunidade do Curiaú, agora.

00:05:29

Alinne: Com apoio de um deputado?

00:05:31

Orivaldo: Com apoio de um de um partido político e um deputado. Na verdade, ele é vereador, ele é vereador, o Alexandre Azevedo, não é? Então, como eles viram que eu estava nessa, nessa luta com comunidade e tal, eles vieram somar... *Orivaldo, Como é que a gente faz pra? Para ajudar a comunidade*?. E a gente sabe que a política é uma via de mão dupla, né? E eu, com 45 anos, nunca pedi voto pra ninguém na minha comunidade. Aí até li o seu tema sobre aí sobre o partido e eu.

00:06:08

Alinne: Eu vou já te explicar.

00:06:10

Orivaldo: Aí eu não participo. Eu não sou filiado a nenhum partido. Na verdade, eu ajudei a Dona Esmeralda na campanha dela. Ela é minha sogra, né mesmo? Ela é minha sogra. Então eu ajudei muito ela na campanha de que ela foi candidata a vereadora, né? Mas será que eu vou fazer? Acho que na política a gente não perde nada Dona Esmeralda, pelo contrário, a gente sai de um cenário que não é visto e passa a ser ter visibilidade na comunidade, na sociedade. E a senhora vai levantar uma bandeira que talvez, talvez não seja para não escolhermos uma futuramente ou outras pessoas, escolheu. Ela foi um baluarte nessa iniciativa de dizer que o negro tem condições de discutir, de discutir políticas públicas voltadas para as comunidades, porque nós pensamos diferente. Nós, nós somos diferentes. Nós não somos melhores que ninguém.

00:06:59

Alinne: Vocês têm as necessidades próprias...

00:07:00

Orivaldo: Próprias, né? A dificuldade da nossa comunidade não é a mesma dificuldade de um bairro, porque eu Curiaú não é um bairro, né? É uma comunidade. Então hoje que eu tava conversando com ela sobre situação e ajudei eu, a Iza, que é a esposa do Pedro, que também é uma enfermeira aqui, ajudamos muito ela nessa questão da política dela no PT, mas aí é a tal coisa que a gente também a gente aprende muito, né? Tem todo dia, né? Que como a gente passou a fazer parte dessa situação de política mesmo, partidária, e a gente percebe que o discurso é uma coisa e a prática completamente diferente, né? Até na questão de uma elaboração de uma política para o candidato, os valores que são pra ser repassado pra ti, no fim, tivemos dificuldades até de combustível, botar num carro pra fazer uma visita, tá entendendo?

00:07:49

Alinne: Ele desvirtua, né? Tem aquela questão da desvirtuação. Então vocês tiveram essa conquista com esse vereador Alexandre Azevedo?

00:08:01

Orivaldo: Da secretaria de município, porque ele, o irmão dele, era então secretário do município de Agricultura, né? E eles fazem a feira, Agricultura e Arte. Conseguimos trazer pela primeira vez uma feira aqui pro Curiaú, não é? Com esse diálogo sobre a gente precisando, porque precisávamos mostrar os nossos produtos, porque muita gente o *Curiaú não tem nada, não tem nada*. E na verdade, até eu acho isso até um espanto pra eles. Colocamos banana, colocamos o Adelson tem aqui atrás, ali tem também uma granja de frangos. Aqui vende ovos. Tudo foi exposto lá na feira. Verdura nós temos aqui. Meu primo Marinaldo tem uma horta gigantesca aqui atrás também, não é? Eu, eu crio peixe, eu tenho o meu tem, eu faço uma criação de peixe com regulação de água. Eu não escavo tanque. Meu tanque está suspenso. É filtragem, decantação, quando essa questão não é? E graças a Deus teve açaí. Mostramos o açaí. Foi uma venda muito boa que teve pra comunidade uma visibilidade muito boa também, pra mostrar que temos produtos pra ser, pra ser, pra ser mostrado, não é? Aí conseguimos essas 32 áreas feitas através de um político que teve um olhar sensível da comunidade. A gente sabe também foi uma condição que eu ofereci para.

00:09:39

Alinne: Na verdade, foi a associação que foi buscar.

00:09:42

Orivaldo: Sim, não, na verdade é o seguinte eu acho que eles mapearam porque tem essa questão também do político analisar os cenários. Eu acho que eles mapearam, viram aquilo que na verdade não tem um político que seja representativo aqui no Curiaú. Eu não vejo ninguém dessa forma. E assim eu como eu estava conversando muito com a Dona Esmeralda sobre isso, eu não vou votar num negro porque ele é negro, tu tá entendendo? Eu penso bem frente algumas coisas né? Tá, vou votar, por exemplo, valores e princípios que eu acho que é a principal coisa. Assim, eu questiono. Olha, eu pra mim foi até complicado eu não votar num rapaz que era da comunidade, o Rodrigo, que estava numa chapa compartilhada, não nessa eleição pra deputado estadual eu não votei nele porque eu sempre falou assim tá acontecendo o acontece a política e é um xadrez, né? Então tem que saber mover as peças na hora certa, no momento certo. Quando você se lança candidato, é você que está sendo lançado e eu que quero ser candidato. Mas será que a comunidade te escolheu? Pode ser o representante dela que teve uma consulta? Sua prévia sobre isso. Será que o meu nome vai ser bem visto na comunidade? Não que o nome dele não seja bem visto, está entendendo? Eu só acho que queimou algumas etapas que prejudicou. A própria campanha dele, se ele teria força, se ele teria condições, se ele traria esses acordo. Era pra ser feito um antes, uma discussão, como estão fazendo agora. O que a gente pode melhorar na comunidade? A gente precisa de alguém que represente a comunidade, que é preferência, que seja daqui. Hoje, no Curiaú, nós temos hoje três seções. Nessas três seções nós temos 990 votos aqui no Curiaú, na Escola José Bonifácio. Hoje, por exemplo, eu fui ver o Alexandre Azevedo, foi eleito para vereador com 1500 votos. Vereador de Macapá. E nós temos quase 1000 votos aqui dentro. Sem contar que muita gente do Curiaú vota em Macapá. Nós temos muita gente que não mora aqui no Curiaú e vota no Azevedo Costa numa escola para José de Alencar. Tu tá entendendo? Então nós hoje, se a gente sentar para fazer uma política séria ou uma política que a gente possa ver cenários futuros, a gente elege tranquilamente um vereador. Agora, como nós fala, a gente não pode queimar etapas. E não posso eu querer ser o candidato. Eu acho que a gente tem que fazer um grande plebiscito

antes, né? E até e até. Eu digo assim e a gente sabe o que tem que ser antes mesmo isso, né? E escolher, por exemplo, três nomes. A gente faz uma chapa compartilhada que hoje o legislativo compartilhado é o que está conseguindo furar esse grande, essa grande bolha de grande investimentos do recurso financeiro. Esses aporte financeiro estão sendo as nossas políticas. Eles estão conseguindo furar em todo o Brasil com uma chapa compartilhada, né? Então eu penso que a gente deveria pensar e deve pensar política mesmo. A política não é para pobre, né? Cara, esse discurso foi um discurso implantado para as classes minoritárias, não ter representação, não.

00:13:01

Alinne: Exatamente. Agora, deixa eu te perguntar tu acha que o cidadão do Coreaú ele está preparado para essa conversa?

00:13:11

Orivaldo: Eu acredito que boa parte da comunidade está preparada para essa conversa. Boa parte, o que falta no Curiaú, no meu ponto de vista, o que falta no Curiaú são essas pessoas que se intitulam até como liderança, ter uma conversa olho no olho e que a gente faça essa conversa. E assim, gente, nós precisamos, nós precisamos ter uma representatividade do Curiaú e essa é essa representatividade, ela não precisa ser de partidos nenhum, que que é o grande problema. E aqui onde eu falo muito isso, nas reuniões que por exemplo, olha, terminamos ontem para ontem o segundo turno.

00:13:58

Alinne: Das eleições presidenciais

00:13:59

Orivaldo: Eleições presidenciais aqui no Curiaú. As estaduais e municipais. Os palanques não são, não são retirados, tá entendendo? As pessoas levam quatro anos. Perdeu. Não somos adversários, não somos inimigos, gente. Digo assim O que eu percebo é que precisa amadurecer muito a questão do termo político. Isso precisa ser trabalhado muito aqui, porque é o que eu digo. Assim eu não quero fazer parte. Eu não quero ser visto como ele é de alguma cor. Eu não quero ser visto dessa forma partidariamente. Eu quero ser visto. Aquele cara que combate a boa

luta pelo bem da comunidade, independente se amarelo, saco azul, se a cor vermelha.

00:14:47

Alinne: Um político de igual pra igual.

00:14:49

Orivaldo: É o que eu uso e não o que eu vejo. Eu porque eu custei muito a fazer parte. Hoje eu faço parte do grupo do Alexandre Azevedo e estou com cargo na Secretaria de Agricultura do município. Eu sou engenheiro de pesca do município e nós estamos fazendo escavação de tanques, mas nada me prender aqui, até porque eu sou assim e nada me prende que eu possa ter minhas críticas. Eu acho que um grupo não consegue ser um grupo consolidado se as pessoas, todo mundo, pensam iguais. Alguma coisa está de errado que a gente cresce com as diferenças. Mas pera aí, tu já olhou por esse ângulo? Talvez não esteja olhando. É assim, é você despido de vaidades e opinião. Pode ser melhor a sua. E eu dei uma opinião. Puxa, não, beleza, concordo contigo, eu não tinha olhado por esse prisma, então eu vou concordar contigo. E às vezes eu percebo que há um grande cenário de vaidades dentro da própria comunidade com essas lideranças. Vai ver a opinião é do cara lá que tá.

00:15:55

Alinne: Me perdoa.